





ERASMUS '30
A HISTÓRIA DO PROGRAMA
E A PARTICIPAÇÃO DOS
ESTUDANTES PORTUGUESES

Alice Cunha e Yvette Santos

As opiniões expressas no documento são da exclusiva responsabilidade das autoras e não refletem necessariamente a posição da Comissão Europeia.

Título: *Erasmus'30. A História do Programa e a Participação dos Estudantes Portugueses*

Autores: Alice Cunha e Yvette Santos

© dos autores do texto, 2017

Revisão: Marcelino Amaral

Paginação: João Félix – Artes Gráficas

Capa: Sofia Senos

Apoio à publicação: Representação da Comissão Europeia em Portugal

Todos os direitos para língua portuguesa reservados para esta edição pela Representação da Comissão Europeia em Portugal.

Produção: Bookbuilders/Letras Errantes, Lda.

Bookbuilders é uma chancela editorial de

Letras Errantes, Lda.

Rua Oceano Atlântico, 5

2560-510 Silveira

www.bookbuilders.net

info@bookbuilders.net

1.^a edição, Setembro de 2017

Esta é a primeira tiragem deste livro, impressa na

Papelmunde, S.A. em Setembro de 2017

com o Depósito legal 431505/17

e o ISBN 978-989-99720-8-7

ERASMUS '30

A HISTÓRIA DO PROGRAMA E A PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES PORTUGUESES

Alice Cunha e Yvette Santos





Índice

| | |
|---|-----|
| Nota Prévia | 17 |
| Testemunho | 19 |
| A Europa do conhecimento. | 27 |
| Da conceção à implementação do programa ERASMUS . . | 34 |
| Motivações pessoais, constrangimentos e dinâmicas universitárias | 38 |
| Portugal e o ERASMUS. | 51 |
| Dos factos aos números: tendências da participação. . . | 53 |
| Da experiência ao impacto | 104 |
| Notas finais | 111 |
| Fontes e bibliografia | 115 |



Índice de gráficos e tabelas

Gráficos

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 – Saída total de estudantes por ano, 1987-2014 | 53 |
| Gráfico 2 – Evolução da saída de estudantes por ano e por país de origem, 1987-2014 | 54 |
| Gráfico 3 – Saída total de estudantes por país de origem, em %, 1987-2014 | 55 |
| Gráfico 4 – Evolução da saída dos estudantes portugueses por ano, 1987-2014 | 56 |
| Gráfico 5 – Principais grupos de países de destino dos estudantes portugueses, em %, 1987-2014 | 57 |
| Gráfico 6 – Total do valor médio mensal das bolsas por ano académico, 1987-2014 | 58 |
| Gráfico 7 – Saída total de estudantes por país de origem, 1987-1995 | 59 |
| Gráfico 8 – Evolução da saída de estudantes por ano e por país de origem, 1987-1995 | 60 |
| Gráfico 9 – Principais áreas de estudo dos estudantes, 1987-1994 | 62 |
| Gráfico 10 – Valor total médio das bolsas mensais por país de origem, 1987-1995 | 64 |
| Gráfico 11 – Saída total de estudantes por país de origem, 1995-2000 | 71 |

| | |
|---|----|
| Gráfico 12 – Evolução da saída de estudantes por ano e por país de origem, 1995-2000 | 72 |
| Gráfico 13 – Total das saídas dos estudantes portugueses por país de destino, 1995-2000 | 73 |
| Gráfico 14 – Contratos Institucionais por país, em %, 1997-2000 | 74 |
| Gráfico 15 – Total das áreas de estudo dos estudantes portugueses, 1995-2000 | 76 |
| Gráfico 16 – Evolução da saída dos estudantes portugueses por área de estudo, 1995-2000 | 77 |
| Gráfico 17 – Valor total médio das bolsas mensais por país de origem, 1995-2000 | 79 |
| Gráfico 18 – Apoios financeiros por entidade, em %, 1997-1998 | 80 |
| Gráfico 19 – Origem do apoio financeiro por país, em %, 1997-1998 | 81 |
| Gráfico 20 – Saída total de estudantes por país de origem, 2000-2007 | 84 |
| Gráfico 21 – Evolução da saída de estudantes por ano e por país de origem, 2000-2007 | 85 |
| Gráfico 22 – Total das saídas dos estudantes portugueses por país de destino, 2000-2007 | 86 |
| Gráfico 23 – Total das áreas de estudo dos estudantes portugueses, 2000-2007 | 87 |
| Gráfico 24 – Evolução da saída dos estudantes portugueses por ano e por área de estudo, 2000-2007 | 88 |
| Gráficos 25, 26, 27 e 28 – Total da saída dos estudantes portugueses por país de destino nas áreas de Gestão, Ciências Sociais, Ciências Médicas, e Engenharia e Informática, 2000-2007 | 89 |
| Gráfico 29 – Saída total dos estudantes portugueses por distrito, 2000-2007 | 91 |
| Gráfico 30 – Participação total das instituições portuguesas de ensino superior, em %, 2000-2007 | 92 |
| Gráfico 31 – Valor total médio das bolsas mensais por país de origem, 2000-2007 | 94 |

| | |
|---|-----|
| Gráfico 32 – Saída total de estudantes por país de origem, 2007-2014 | 95 |
| Gráfico 33 – Evolução da saída de estudantes por ano e por país de origem, 2007-2014 | 96 |
| Gráfico 34 – Total das saídas dos estudantes portugueses por país de destino, 2007-2014 | 98 |
| Gráfico 35 – Total das áreas de estudo dos estudantes portugueses, em %, 2007-2014 | 99 |
| Gráfico 36 – Evolução da saída dos estudantes portugueses por ano e por área de estudo, 2007-2014 | 100 |
| Gráfico 37 – Saída total dos estudantes portugueses por distrito, 2007-2014 | 101 |
| Gráfico 38 – Participação total das instituições portuguesas de ensino superior, em %, 2007-2014. | 102 |
| Gráfico 39 – Valor total médio das bolsas mensais por país de origem, 2007-2014 | 103 |

Tabelas

| | |
|--|-----|
| Tabela 1 – «Top 5» das saídas de estudantes nas universidades e nos institutos politécnicos, 2000-2007 | 93 |
| Tabela 2 – «Top 5» das saídas de estudantes nas universidades e nos institutos politécnicos, 2007-2014 | 102 |



Lista de siglas

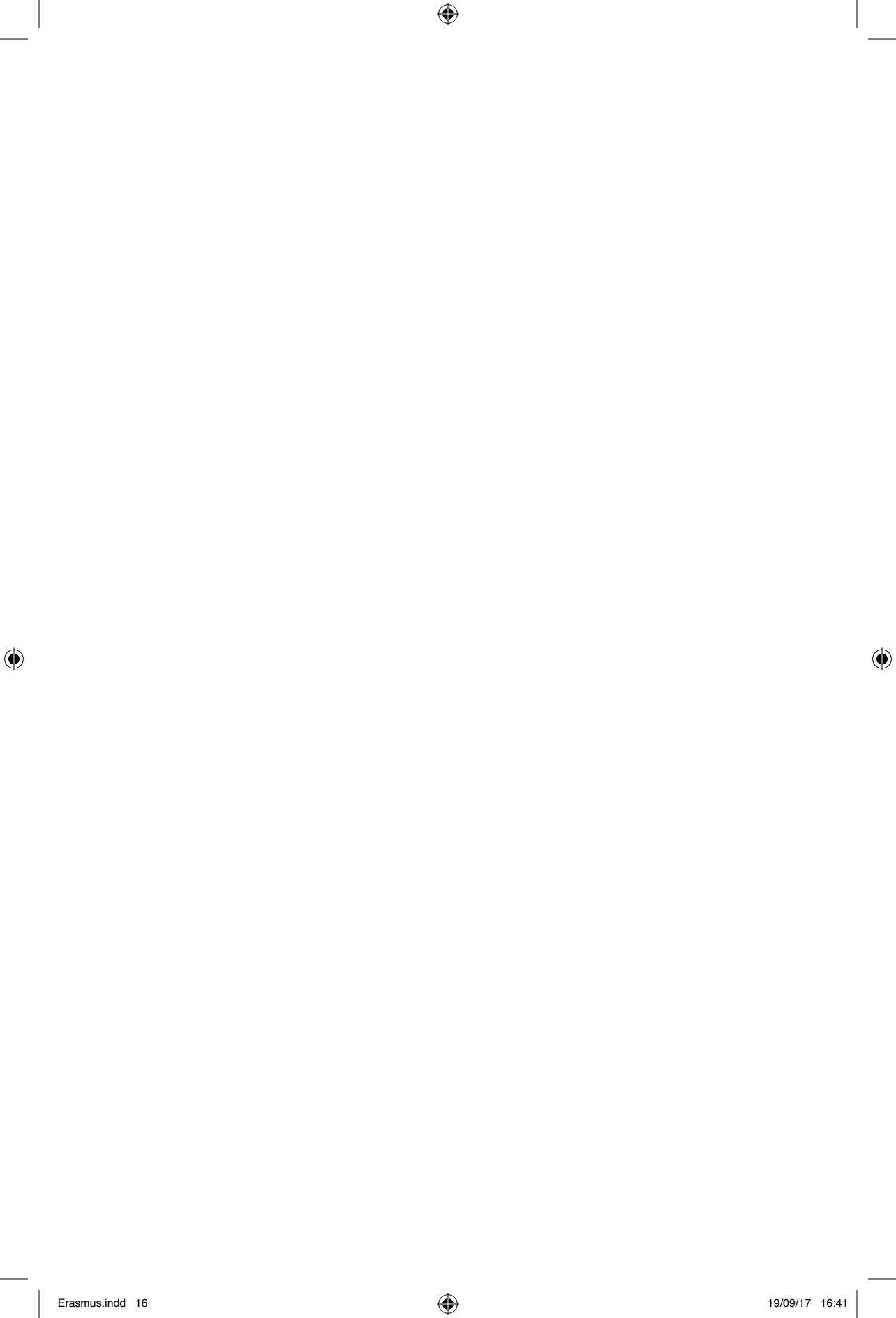
| | |
|---------|---|
| ANAB | Agência Nacional de Atribuição de Bolsas |
| AT | Áustria |
| BE | Bélgica |
| BG | Bulgária |
| CEE | Comunidade Económica Europeia |
| CH | Suíça |
| CY | Chipre |
| CZ | República Checa |
| DE | Alemanha |
| DK | Dinamarca |
| ECL | Europa Central e de Leste |
| ECTS | European Credit Transfer System |
| EE | Estónia |
| EFTA | Associação Europeia de Comércio Livre (European Free Trade Association/EFTA, em língua inglesa) |
| ERASMUS | European Community Action Scheme for the Mobility of University Students |
| ES | Espanha |
| FR | França |
| GR | Grécia |
| HR | Croácia |
| HU | Hungria |
| IE | Irlanda |

| | |
|-------|---|
| IS | Islândia |
| IT | Itália |
| LI | Liechtenstein |
| LT | Lituânia |
| LU | Luxemburgo |
| LV | Letónia |
| MT | Malta |
| NL | Países Baixos |
| NO | Noruega |
| PALV | Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PIC | Programa Interuniversitário de Cooperação |
| PL | Polónia |
| PT | Portugal |
| RO | Roménia |
| SE | Suécia |
| SETCA | Sistema Europeu de Transferência de Créditos Académicos |
| SF | Finlândia |
| SI | Eslovénia |
| SK | Eslováquia |
| TR | Turquia |
| UE | União Europeia |
| UK | Reino Unido |

Agradecimentos

Para a elaboração deste estudo contribuiu a colaboração de várias entidades e pessoas. Como reconhecimento do seu contributo, as autoras gostariam de agradecer:

- à Representação da Comissão Europeia em Portugal pela oportunidade de elaborar este trabalho de investigação;
- à Direção-Geral para a Educação e a Cultura da Comissão Europeia pelo envio dos dados preliminares;
- à Agência Nacional Erasmus+ pelo envio dos dados quantitativos e, em particular, a Sofia Soeiro pelo esclarecimento de algumas dúvidas relacionadas com os mesmos;
- a Leonor de Santa Clara do Ministério da Educação pelos esforços envidados na procura de documentação para o período 1987-1999;
- aos serviços ou gabinetes de relações internacionais e/ou de mobilidade das universidades do Algarve, de Aveiro, da Beira Interior, de Coimbra e do Instituto Politécnico de Bragança, que amavelmente responderam a um pequeno questionário;
- aos entrevistados – Guilherme Nuncio, José Quesado, Raquel Alecrim, Madalena Martins e Sandra Matias – que partilharam a sua experiência pessoal ou profissional;
- e ao Professor Doutor Rogério Bordalo da Rocha, peça-chave na preparação e implementação do ERASMUS no país, que nos honrou com o seu testemunho pessoal.



Nota prévia

No ano em que se celebram os 30 anos de existência do Erasmus, a Representação da Comissão Europeia em Portugal quis associar-se ao ensejo das autoras do presente Relatório de traçar o perfil dos estudantes Erasmus portugueses ao longo das últimas três décadas e fazer uma avaliação do impacto do Erasmus no nosso país.

Em boa hora o fizemos porque o Relatório *Erasmus' 30*, para além da informação atual e sistematizada que apresenta acerca das várias etapas da evolução do Erasmus no nosso país, ilustra inequivocamente a sua força transformadora na nossa sociedade.

Um dos aspetos que o presente estudo põe em evidência é precisamente a natureza transversal do impacto do Erasmus na sociedade portuguesa e europeia. No percurso de cada estudante Erasmus, estão quase sempre envolvidos múltiplos círculos de atores, desde os pais, as famílias e os amigos que apoiam e encorajam decisões por vezes difíceis, passando pelos professores e conselheiros académicos que apontam caminhos e orientam os passos a dar, até aos funcionários das universidades e reitorias que facilitam os processos e ajudam a superar obstáculos.

Como referem as autoras do presente estudo, o Erasmus é “um programa de pessoas para pessoas”: é uma das grandes histórias de sucesso da União Europeia, não só porque criou oportunidades e abriu horizontes a várias gerações de estudantes, mas também porque indiretamente implicou uma parte considerável da sociedade no processo de aprendizagem, descoberta e diálogo intercultural entre europeus.

Sofia Colares Alves

Chefe da Representação da Comissão Europeia em Portugal



A delegação portuguesa na Conferência Europeia (reunião de Ministros de Educação, Secretários de Estado e altos funcionários dos diferentes Estados-Membros da Comunidade Europeia) em Scheveningen, Haia, no dia 16 de Maio de 1986. No primeiro plano o ministro de Educação e Cultura, Professor João de Deus Pinheiro e o Secretário de Estado, Simões Alberto; em segundo plano o Inspector Geral para as Relações Internacionais, Teixeira de Matos e o Professor Rogério Bordalo da Rocha, Delegado de Portugal ao Comité de Educação.

Testemunho

Portugal na criação e construção do Programa ERASMUS – testemunho de quem as viveu por dentro

Após a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) o então Ministro da Educação e Cultura, Professor João de Deus Pinheiro, criou o Grupo Coordenador de Ações Comunitárias em Matéria Educativa (GCACME) através do seu despacho 21/MEC/86, onde procedeu à designação das individualidades responsáveis pela coordenação das atividades com a CEE e à definição das linhas gerais da sua atuação.

Assim, na minha qualidade de Coordenador do GCACME e de Delegado de Portugal ao Comité de Educação (CE) participei, na companhia do Dr. Fernando Teixeira de Matos, Inspetor-Geral para as Relações Internacionais do MEC, na primeira reunião do Comité em Bruxelas, nos dias 20 e 21 de fevereiro de 1986. Foi nesta altura que a Comissão Europeia apresentou aos Estados-Membros, então doze, a sua primeira versão da proposta do Programa ERASMUS; esta versão, foi-nos dito, era a última de várias já internamente amadurecidas e modificadas.

Esta proposta, já há muito aguardada, foi recebida muito positivamente pelas delegações dos Estados-Membros, apesar das inúmeras dificuldades que alguns de nós colocaram imediatamente face à proposta momentaneamente analisada; a expectativa era grande e a vontade generalizada de construir programa tão ambicioso era enorme.

O escalpelizar do texto da Comissão permitiu-me localizar alguns pontos fracos na proposta e lembro-me de tê-los transmitido ao Sr. Ministro após o regresso a Lisboa, resumindo-os numa frase curta – “Este projeto, assim, não tem pés para andar”. Esta minha opinião baseava-se essencialmente no grande peso dado à mobilidade de estudantes em confronto com uma fraca participação de professores. A troca de opiniões com o Sr. Ministro foi esclarecedora e nela esteve bem presente o facto de ambos sermos professores universitários; aí recebi as orientações necessárias para a nossa atuação no CE e particularmente na definição das bases deste Programa.

Durante o ano 1986-1987 a proposta da Comissão foi objeto de negociações normais em todas as reuniões do CE e não posso deixar de lembrar que o facto de ser o único professor universitário no seio dos cerca de 60 membros do Comité me deu argumentos importantes que nos permitiram contribuir para melhorar a proposta inicial da Comissão, reforçando particularmente a necessidade de implicar os professores na gestão e facilitação dos mecanismos conducentes à mobilidade dos estudantes e ao reconhecimento posterior dos créditos por eles obtidos nas universidades de destino. Gostaria de recordar, aqui e agora, o extraordinário espírito de colaboração, de convivialidade, de compreensão mútua, que se vivia no seio do CE, onde cada delegado defendia os interesses do seu País, mas existindo sempre enorme solidariedade e respeito pela posição de cada um, a que não era estranho o facto de o CE ser presidido pelo Estado-Membro que detinha a presidência do Conselho. A contribuição de colegas do CE como Hywell Jones e Domenico Lenarduzzi (Comissão), Alan Forrest e Carlo Frediani (Conselho), Alan Smith e Guy Haug (Bureau ERASMUS), J. P. Gathier, Lilian Vohn, Niels Hummeluhr, Frans Lander, Martine Herphelin, Stephen Jones, Michele Lener, Antoine Bousquet (delegados de Estados-Membros) foi determinante para a construção das bases do Programa ERASMUS; este foi aprovado pelos

ministros da Educação dos doze Estados-Membros em reunião no seio do Conselho de 14 de Maio de 1987 e criado pela Decisão do Conselho de 15 de Junho de 1987, sendo “... destinado a aumentar de forma significativa tal mobilidade na Comunidade e a promover uma cooperação mais estreita entre as universidades” (Art.º 1.º da Decisão). Estavam, assim, lançados os alicerces do “edifício” que viria a ser conhecido como a Europa dos Cidadãos e que é, hoje, na União Europeia, uma das ferramentas integradoras de maior sucesso para as novas gerações.

O nome escolhido para o Programa foi simultaneamente um símbolo e um acrónimo. Por um lado evoca a idade de ouro em que estudantes e académicos se deslocavam entre os centros de estudo mais importantes da Europa, como o fez Desiderius Erasmus (1469-1536), o humanista holandês do Renascimento, cuja ciência invulgar foi inseparável de longos péréiplos pelos principais centros europeus de saber, incluindo Paris, Cambridge, Veneza, Lovaina e Basileia; por outro lado, trata-se de uma abreviatura do título inglês do Programa, *European Community Action Scheme for the Mobility of University Students*.

Destinado a começar no ano letivo 1987/88 (Art.º 1.º, n.º 3 da Decisão), foi alucinante o trabalho desenvolvido, em tempo relativamente curto, a nível comunitário (Comissão e Bureau ERASMUS em Bruxelas) com a implementação do Conselho Consultivo ERASMUS (Art.º 3.º da Decisão) e das reuniões periódicas dos Diretores das Agências Nacionais de Administração de Bolsas (NGAA) de cada Estado-Membro, a nível dos Estados-Membros com a organização das NGAA para a gestão e distribuição de bolsas aos estudantes e a nível das universidades, para preparar esta mobilidade em perspectiva completamente original e extremamente desafiante. Enquanto que nos dez anos anteriores (1976-1985), desde o início da criação do Comité de Educação, os Estados-Membros, além de projetos bilaterais exteriores aos mecanismos comunitários, se foram adaptando com o funcionamento

de “Programas Comuns de Estudo” (PCE), em Portugal a mobilidade era inexistente. O caso português era paradigmático, porque a mobilidade interna existente nos anos 60, embora facilitada por *curricula* académicos iguais, se fora gradualmente perdendo, iria agora ser confrontada com situação original e invulgar de reconhecimento legal do período de estudos (entre três meses e um ano letivo) frequentado por cada estudante numa universidade de outro Estado-Membro e que, como tal, deveria ser obrigatoriamente transposto para o *curriculum* académico de cada um.

Considero que, na generalidade, as universidades portuguesas, salvo raras exceções, souberam responder muito positivamente a este enorme repto, a que não foi estranha a forte ligação que foi possível criar com o GCACME (Dr.^a Darnel Nóbrega, Dr.^a Teresa Henriques), o Gabinete de Relações Internacionais do MEC (Dr.^a Maria do Rosário Baptista, Dr.^a Margarida Belard) e a Agência Nacional ERASMUS (ANAB) e o espírito de entreajuda, de colaboração, de defesa dos mesmos propósitos, de compreensão dos problemas que iam surgindo e se iam resolvendo, das decisões claras e objetivas que íamos tomando em conjunto, que cimentaram este trabalho de base fundamental para o êxito da nossa participação. Gostaria de salientar aqui particularmente as ligações de excelência criadas entre a Agência Nacional (Dr.^a Maria Gabriela Bragança) e os professores coordenadores de Programas Interuniversitários de Cooperação (PIC), que a partir de 1987/88 substituíram os anteriores PEC, salientando o magnífico empenho dos Professores Doutores Clara Queiróz, João Barrento, José da Encarnação, Pedro Telhado Pereira e Carlos Santos.

Uma das dificuldades maiores que houve que resolver entre a Comissão, o CE, o Bureau ERASMUS e as NGAA foi a questão dos orçamentos destinados a cada Estado-Membro e a definição dos valores a atribuir a cada bolsa, as quais justificaram das reuniões mais acaloradas e participadas no seio do CE e da Comissão com as NGAA. As posições que defendi

sempre nestes palcos foram largamente discutidas e cimentadas a nível interno com trocas de opiniões com colegas da Direção Geral do Ensino Superior/MEC (Dr. Manuel Carmelo Rosa), Secretaria de Estado das Comunidades Europeias e Direção Geral das Comunidades Europeias/MNE (Dr. Vítor Martins, Embaixador Gregório de Faria, Dr. Rui Marques) e universidades (Professores Doutores Jorge Veiga, José Esperança Pina, José Lopes da Silva e Renato Araújo), de quem sempre recebi um apoio incondicional; quando o princípio básico era que a bolsa comunitária deveria pagar a diferença entre o que o estudante despendia no seu país e no país de acolhimento, as nossas posições baseavam-se, essencialmente, no facto de os estudantes portugueses se deslocarem maioritariamente para países de custo de vida mais elevado e, dado sermos um país periférico relativamente ao centro da Comunidade, terem maiores custos de viagens.

Esta posição, sempre inabalável, nunca foi, por circunstâncias pontuais e compreensíveis, claramente apoiada pelos colegas gregos e irlandeses, apesar de a apoiarem informalmente; a Comissão nunca conseguiu (ou quis?) compreendê-la mas, felizmente, os colegas holandeses, espanhóis e franceses foram sensíveis aos nossos argumentos e venceu-se esta “batalha”. Um dos exemplos disto mesmo foi, no âmbito do Programa LÍNGUA (um excelente complemento do ERASMUS), a proposta de valores das bolsas mensais inicialmente feita para os estudantes alemães ser praticamente o dobro da dos estudantes portugueses; o nosso protesto junto da Sr.^a Comissária Vasso Papandreou permitiu-nos obter um forte aumento do nosso orçamento para as bolsas LINGUA, um dos nossos maiores êxitos no âmbito destas negociações.

Uma palavra é também aqui devida à generalidade dos estudantes portugueses com comportamentos académicos que ultrapassaram os nossos mais ambiciosos propósitos iniciais. É evidente que os professores portugueses apostaram, na generalidade e nos primeiros anos do Programa, em estudantes mais bem preparados pedagógica e cientificamente,

os quais teriam maiores possibilidades de êxito, o que veio de facto a confirmar-se. E foi para mim motivo de grande satisfação ouvir colegas de diversas universidades manifestarem os maiores encômios sobre o comportamento académico dos nossos estudantes, realçando sempre a sua capacidade de adaptação, particularmente a uma nova língua, a uma nova cultura e a um diferente ambiente universitário. E nunca esquecerei a estupefação de colegas ingleses quando os nossos estudantes, que não eram *english born*, recebiam primeiros prémios nas universidades do seu País.

As inúmeras questões que as NGAA consideravam de grande importância serem discutidas no seu seio, antes de abordadas com a Comissão, levaram a que fosse constituído um Grupo de Trabalho (GT) das NGAA onde participaram quatro “grandes” Estados-Membros (UK, F, I, D) e um representante das restantes Agências; dadas as posições que eu sempre assumi na discussão destas questões e por ter acesso ao maior número de reuniões do sector, fui nomeado representante das restantes. O GT, coordenado por John Reilly (UK), apresentou, no final de 1990, relatório circunstanciado que escalpelizou inúmeras questões de fulcral importância para o desenvolvimento do Programa; face ao seu conteúdo equilibrado, dialogante e elucidativo, muito contribuiu para o fortalecimento das ligações entre a Comissão, o Bureau ERASMUS e as NGAA.

Foi devido à participação no Programa ERASMUS que muitos dos nossos jovens universitários puderam viver e compreender a Europa, não como uma entidade abstrata, mas como um projeto pleno de encontros e trocas de experiências, de abertura de espíritos, de aprendizagens comuns e de miscelânea de culturas, constituindo-se, assim, como o elemento maior de uma estratégia de desenvolvimento económico e social da União Europeia, que contribui para a consolidação do Mercado Interno, chave suscetível de garantir, no futuro, a competitividade da União a nível mundial, num espaço que espero continue a ser de liberdade, segurança e bem-estar.

Os mais de 200 000 estudantes portugueses que beneficiaram do Programa desde 1987 e os 678 000 europeus que, só em 2015, estudaram e trabalharam no âmbito do Programa mostram bem como ele respondeu aos nossos ambiciosos sonhos de há trinta anos.

Rogério Bordalo da Rocha

Professor Catedrático Jubilado da FCT/UNL
Delegado de Portugal ao Comité de Educação da CEE (1986–1993)
e ao Comité Consultivo ERASMUS (1988–1994)
Coordenador do GCACME/Gabinete dos Assuntos
Europeus (GAE) (1986–1993)
Diretor da Agência Nacional ERASMUS (1988–1996)



A Europa do conhecimento

O processo de construção europeia, tal como o próprio nome indica, está em constante evolução, o que se aplica aos mais variados domínios – tantos quantos os da esfera de intervenção da União Europeia (UE) –, incluindo o do ensino, da ciência e da tecnologia.

Ao longo da História foram-se formando redes de cientistas e de intercâmbio de conhecimento, que remontam, pelo menos, até à Idade Média. Os cientistas portugueses, de resto, não ficaram à margem destas redes, como se pode aferir em vários trabalhos no campo da História da Ciência¹.

¹ Ver, nomeadamente: ASSIS, José Luiz, *Militares, Ciência e Técnica. Circulação e Trocas internacionais (1850-1918)*. Lisboa: Caleidoscópio, 2016; NINHOS, Cláudia, «Para que Marte não afugente as Musas». *A Política Cultural Alemã em Portugal e o Intercâmbio Académico (1933-1945)*. Lisboa: FCSH-UNL, 2016 [tese de Doutoramento em História Contemporânea]; CLARA, Fernando, NINHOS, Cláudia (eds.), *Nazi Germany and Southern Europe, 1933-45: Science, Culture and Politics*. London: Palgrave Macmillan, 2015; SALGUEIRO, Ângela, *Ciência e Universidade na I República*. Lisboa: FCSH/NOVA, 2015 [tese de Doutoramento em História Contemporânea]; NUNES, Maria de Fátima, «Congressos internacionais: práticas científicas e culturais». In *Perspetivas sobre Construir Ciência – Construir o Mundo*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2015, pp. 11-17; SALGUEIRO, Ângela et. al. (eds.), *Internacionalização da Ciência. Internacionalismo Científico*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2014; SALDANHA, Ana, *Práticas, redes e produções científicas dos naturalistas do Museu Bocage na Europa entre guerras (1914-1945)*. O património documental

Por outro lado, também se tem verificado, numa perspectiva histórica, que a mobilidade científica tem sido promovida a nível da academia e das instâncias políticas, sendo que particularmente no último quarto de século essa mobilidade extravasou o campo dos docentes e dos investigadores e atingiu o segmento dos estudantes de vários níveis da sua formação universitária e mesmo profissional.

A cooperação europeia no domínio do ensino superior é, de facto, anterior à criação da União Europeia, mas foi, em grande medida, impulsionada por esta para novos e maiores aprofundamentos. Naquela que pode ser considerada como a “fase exploratória de uma Europa da mobilidade”², nos anos 40, começavam a ser criados centros de reflexão, que envolviam não apenas académicos, mas também intelectuais e políticos, que iriam contribuir para a conceção de uma “Europa da Educação”, e cujas reflexões seriam, mais tarde, vertidas de algum modo na criação do Programa ERASMUS.

Ainda neste âmbito, a meio dos anos 50 do século passado existiu a tentativa de criar uma universidade europeia supraestadual e de a incluir no Tratado de Roma de 1957, tentativa

do Arquivo MUHNAC_UL. Évora: Universidade de Évora, 2014; LOPES, Quintino, «A Junta de Educação Nacional (1929/36) e as bolsas de estudo no país: promoção científica num Portugal europeizado». In *Internacionalização da Ciência. Internacionalismo Científico*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2014, pp. 53-63; FITAS, Augusto *et. al.* (eds.), *A Junta de Educação Nacional e a Investigação Científica em Portugal no período entreguerras*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2013; ROLLO, Maria Fernanda *et. al.*, *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no século XX. Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões*. Lisboa: Instituto Camões e Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2012; LOPES, Quintino, NUNES, Maria de Fátima e FITAS, Augusto, «A Junta de Educação Nacional/(Instituto para a Alta Cultura) – 1929/38 – e os congressos científicos: trocas e circulação de saberes». In *Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, pp. 1338-1351.

² BOURDON, Muriel, *L'Europe des Universitaires. Naissance et développement d'une politique européenne : l'Université Pierre Mendès France et son réseau*. Grenoble: Université de Grenoble, 2010, p. 44.

falhada nessa ocasião, mas concretizada anos mais tarde, em 1971, com a decisão de se criar o Instituto Universitário Europeu de Florença. Este foi, sem dúvida, um desenvolvimento importante, sobretudo no domínio do estímulo à investigação e à prossecução de estudos pós-graduados, numa década em que, a nível comunitário, se definia como prioridade “reconciliar os europeus”, nomeadamente apostando no princípio da liberdade de circulação de pessoas e, em concreto, através de programas de mobilidade.

Neste encadeamento de sucessivos debates – mas mais amplo no seu escopo, nas suas metas e no seu alcance – surgiria um outro projeto de cooperação entre os Estados-membros, o Programa ERASMUS, adotado em 1987. Os anos 80 potenciaram, aliás, que se comesçasse a considerar as universidades como um meio para a criação de uma identidade europeia mais forte e justamente a mobilidade estudantil como um instrumento para alcançar tal, o que foi alvo de uma “rara promoção política”³, refletida sobretudo na criação desse Programa. De tal modo que este se tornou o mais conhecido, e até popular, sendo mesmo considerado como o programa emblemático⁴ da UE.

E, embora a área da Educação não constasse das premissas fundamentais do Tratado de Roma, por se considerar uma competência exclusiva nacional, a mesma veio adquirindo importância no seio da cooperação europeia, tendo sido formalmente incluída no Tratado de Maastricht (art.º 126.º), estando vertida atualmente no Tratado de Lisboa (2009), com o sugestivo título de “Educação, Formação Profissional, a Juventude e o Desporto” (Título XI, artigo 149.º). Se lermos com atenção este artigo, concluiremos que constam nele as

³ PAPATSIBA, Vassiliki, «Political and Individual Rationales of Student Mobility: a case-study of ERASMUS and a French regional scheme for studies abroad». In *European Journal of Education*. Vol. 40, n.º 2, 2005, p. 173.

⁴ TEICHLER Ulrich (ed.), *Erasmus in the Socrates Programme. Findings of an Evaluation Study*. Bonn: Lemmens Verlags & Mediengesellschaft mbH, 2002.

origens do Programa ERASMUS+, lançado em janeiro de 2014, e que foi batizado precisamente de novo programa para a educação, formação, juventude e desporto, deixando de ser um subprograma do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida, como acontecia desde 2007.

Este assunto não se esgota, contudo, nos tratados, constando inclusive das preocupações da atual Comissão Europeia. Nesse sentido, este estudo estabelece, de algum modo, a ponte com as Prioridades da Comissão Juncker, ao abordar questões como: em que medida é que o Programa ERASMUS tem contribuído para a empregabilidade dos jovens; até que ponto o Programa tem conduzido à uniformização ou à aproximação dos *curricula*; e quais têm sido os trâmites administrativos, o aperfeiçoamento e a facilitação da mobilidade estudantil através deste Programa.

Além da sua grande dimensão política e de ter a particularidade de ser um programa de pessoas para pessoas, o ERASMUS é todo um mundo, dadas as suas múltiplas dimensões. Daí que a investigação em si centrada tem necessariamente de ser setorial, dividida pelas suas várias abrangências. Nesse sentido – e embora o Programa envolva diferentes tipos de destinatários (as instituições de ensino superior, os estudantes, os docentes e investigadores, e o pessoal administrativo) –, este estudo centra a sua análise nos estudantes portugueses – os *outgoing*⁵ na gíria do Programa –, e cuja mobilidade está, aliás, no cerne do mesmo. Deste modo, percorremos as quatro primeiras fases

⁵ No futuro, entre outros aspetos, será importante fazer também um estudo sobre os estudantes que escolhem Portugal como país de destino, os *incoming*, assim como uma comparação entre ambas as categorias. Será também interessante discernir e comparar os estudantes que participaram no Programa com aqueles que se candidataram mas não foram bem-sucedidos nessa candidatura, assim como os que nunca pretenderam participar no mesmo. Do mesmo modo, será oportuno realizar um inquérito nacional aos estudantes, de modo a aferir a visão dos próprios sobre a sua experiência e os resultados, pessoais e profissionais, da mesma. Não esquecendo, igualmente, a investigação sobre a mobilidade de docentes e não docentes, categoria de investigação praticamente negligenciada até agora.

do ERASMUS⁶, não considerando o ERASMUS+ (2014–2020), por ainda estar em execução.

A substância dos dados, e mesmo de outras fontes primárias, não é, contudo, equilibrada para todos os períodos, na medida em que até 2000 os dados disponíveis são mais parcos em informação do que os seguintes. Os primeiros 13 anos do ERASMUS em Portugal ainda estão assim envolvidos numa espécie de “nevoeiro”, pois não se sabe muito sobre ele, a informação está guardada, mas não disponível ainda.

O estado da arte nacional a este respeito também não é esclarecedor. Apesar de a investigação sobre mobilidade estudantil a nível europeu, com enfoque no ERASMUS, ter uma expressão relevante – sendo inclusive difícil de a resumir dada a diversidade de estudos⁷ –, esta não é, contudo, acompanhada a nível nacional, uma vez que os trabalhos existentes sobre o país são sobretudo dissertações de mestrado (em Ciências da Educação, da Língua e Cultura Portuguesa, das Migrações, e da Psicologia), de índole qualitativa, muito suportadas por entrevistas a antigos estudantes ERASMUS e sobre os últimos anos do Programa⁸. Além disso, são díspares e centram-se

⁶ Primeira fase ERASMUS (1987–1995); SÓCRATES I (1995–2000); SÓCRATES II (2000–2007); Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida – PALV (2007–2013).

⁷ KING, Russell, FINDLAY, Allan and AHRENS, Jill, *International student mobility literature review: final report*. London: Higher Education Funding Council for England, 2010, p. 46.

⁸ VIEIRA, Maria Manuel, «Das disposições cosmopolitas à mobilidade como competência? Ensino superior, Programa Erasmus e mobilidade estudantil». In *Revista Educação em Foco*, Ano 18, n.º 26, 2015, pp. 15–42; COSTA, Lara Sofia de Sousa Barbosa e Dias, *Os Gabinetes de Relações Internacionais e o seu contributo para a promoção da Internacionalização do Ensino Superior: o Caso do GRI da ESEC*. Coimbra: Superior de Educação de Coimbra, 2015 [Dissertação de Mestrado em Marketing e Comunicação]; MONTEIRO, Anabela Figueiredo Machado, *A mobilidade académica europeia e o turismo educativo e cultural: Fatores de decisão e de motivação*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014 [tese de Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura]; CAROÇO, Inês Raquel Freixo, *Sexualidade, Amor e Cosmopolitismo no Programa Erasmus*. Lisboa: FCSH, 2014 [dissertação de Mestrado em Migrações, Inter-Etnicidades

sobremodo nas motivações individuais e no enquadramento institucional, faltando uma visão histórica e política, e mais análise crítica. Também não existe um estudo sistematizado

e Transnacionalismo]; GOUVEIA, Regina *et. al.*, «A importância das TIC na integração/inclusão de alunos ERASMUS em institutos politécnicos». In *Atas do XII Congresso da SPCE*, 2014, pp. 979-991; TRANFAGLIA, Ludovica, *O desafio para o multilinguismo: o projecto Erasmus*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2014 [Dissertação de Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa]; SILVA, Sandra Isabel Costa, *Saudades de casa e estratégias de adaptação em estudantes em mobilidade internacional: determinantes e consequências*. Lisboa: Faculdade de Psicologia, 2013 [dissertação de Mestrado em Psicologia]; LEMOS, Sofia Maria dos Reis Ferreira Correia, *O Programa Erasmus na Universidade da Beira Interior (UBI)*. Covilhã: UBI, 2012 [dissertação de Mestrado em Relações Internacionais]; BOA-VENTURA, Ana Cecília de Oliveira Gândara, *O Impacto da Comissão Europeia nas Dinâmicas de Mudança no Ensino Superior da UE*. Coimbra: Faculdade de Economia, 2012 [dissertação de Mestrado em Relações Internacionais]; DALCIN, Vânia Letícia, *A mobilidade dos estudantes universitários: contribuição para o desenvolvimento da interculturalidade*. Lisboa: Instituto de Educação, 2011 [dissertação de Mestrado em Ciências da Educação]; JORGE, Ana Patrícia Gaspar, *Erasmus abrindo a porta ao(s) mundo(s): percepções e expectativas de estudantes Erasmus na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2010 [dissertação de Mestrado em Ciências da Educação (Pedagogia Universitária)]; ANDRADE, José Romão Costa, *A Universidade e o seu contributo para o desenvolvimento da União Europeia*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2010 [tese de Doutoramento em Ciência Política]; GONÇALVES, Ramiro José Henriques Pinto Ribeiro, *ERASMUS: Uma experiência para toda a vida*. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 2009 [dissertação de Mestrado em Psicologia]; ALBUQUERQUE, Alexandra, CARVALHO, Milena e BARROS, Teresa, «Can ERASMUS mobility really help crossing borders? The in and out of a case-study». S.l.: SPACE, Higher Education Press, 2008; LOURO, Lília Maria Gonçalves, *A mobilidade de estudantes no Espaço de Ensino Superior Europeu como forma de construção de uma identidade europeia. Estudo de caso da Universidade de Lisboa*. Lisboa: Universidade Aberta, 2007 [dissertação de Mestrado em Relações Interculturais]; PINHO, Maria de Fátima Duarte de Almeida, *Mobilidade transnacional e competências profissionais: Um estudo de caso com alunos envolvidos no Programa Erasmus*. Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2002 [dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Educação e Desenvolvimento].

e exaustivo que evidencie a participação dos estudantes portugueses no programa ERASMUS, lacuna que, em pequena parte, o presente trabalho preenche, sendo um primeiro contributo nesta área de investigação.

Da conceção à implementação do programa ERASMUS

Tal como quase tudo na União Europeia, o Programa ERASMUS não surgiu de repente, nem do ímpeto de uma pessoa só ou de uma entidade. Foi, antes, um processo, que agregou diversos atores, e que culminou na sua criação, depois de vontade e de discussão política, de relatórios técnicos, de mudanças orgânicas internas.

Numa leitura abrangente, estava implícito no Tratado de Roma que a Comunidade Económica Europeia (CEE) tinha responsabilidade no campo da Educação, o que levou a que, em julho de 1971, a Comissão constituísse um comité sobre Ensino e Educação, cuja tarefa era coordenar o trabalho que já estava a ser desenvolvido pela Comissão neste âmbito e delinear as bases para uma futura política europeia para a educação. Isto pela altura em que os ministros da Educação dos Estados-membros, reunidos no Conselho, reconheceram a necessidade da cooperação na área da educação como complemento à formação profissional, essa sim constante do Tratado (art.º 118 e art.º 128).

Entretanto, a Comissão, havia convidado (a 19 de julho de 1972) o Professor Henri Janne, antigo ministro da Educação belga e europeísta convicto, a elaborar um relatório onde fossem formulados os primeiros princípios para uma política de educação a nível comunitário, relatório esse entregue no início de 1973, com o título de “Por uma

Política Comum da Educação”. O Relatório Janne foi, de facto, uma das primeiras reflexões académicas sistematizadas sobre o assunto e cujas conclusões refletem, em grande medida, a opinião de várias personalidades, que foram consultadas a esse respeito.

Nas suas conclusões, o Relatório defende, nomeadamente, que a política da educação já recaía na esfera de competência da CEE, embora frise que é aconselhável respeitar escrupulosamente as estruturas e as tradições nacionais; que a participação de outros Estados europeus não-membros da CEE deve ser contemplada (o que veio a verificar-se); que uma política comunitária da educação é algo a longo prazo e deverá ser planeada com bastante antecedência; e que a CEE deve complementar as políticas dos Estados-membros no sentido de uma progressiva harmonização⁹.

A nível político, pouco tempo depois, em 1974, foi apresentado o primeiro projeto político sobre “A Educação na Comunidade Europeia”, no qual se voltam a abordar as questões relativas à mobilidade, ao reconhecimento dos diplomas, à cooperação interuniversitária e às línguas¹⁰.

Num âmbito mais alargado da reforma institucional das então Comunidades Europeias e dos objetivos de uma futura união europeia e meios de a alcançar – mas seguindo a mesma lógica do relatório precedente no que diz respeito à educação –, no Relatório Tindemans plasmava-se que deveria ser encorajada uma maior integração no que dizia respeito à educação através da promoção da mobilidade estudantil, e cujo objetivo seria “dar aos europeus de amanhã uma visão

⁹ EUROPEAN COMMISSION, *For a Community policy on education*. Report by Henri Janne, Bulletin of the European Communities, Supplement 10/73, disponível em <http://aei.pitt.edu/5588/1/5588.pdf>, consultado a 10 de fevereiro de 2017, pp. 50-51.

¹⁰ COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES, «L'éducation dans la Communauté européenne». In *Bulletin des Communautés européennes*, supplément 3/74. Luxembourg: Office des Publications Officielles des Communautés Européennes, 1974.

pessoal e concreta da realidade europeia e um conhecimento detalhado das nossas línguas e culturas”¹¹.

Na mesma senda, uma década depois, o relatório final do Comité Adonnino sobre a Europa dos povos¹² reforçaria as conclusões dos relatórios anteriores ao incluir nas suas propostas o reconhecimento mútuo dos diplomas do ensino superior, a cooperação entre universidades e os programas de mobilidade estudantil.

Entretanto, com o alargamento da CEE em 1973, foi criada a Direção-Geral para a Investigação, Ciência e Educação, responsável por essa área dentro da Comissão e, em 1976, o Programa de Ação da Comunidade Europeia¹³, que lançou nessa altura um programa-piloto para a cooperação interuniversitária, que previa a atribuição de apoios aos Programas Conjuntos de Estudos.

Em sùmula, todos estes avanços têm em comum a vontade e o desígnio de se conferir uma dimensão europeia à educação. O avanço decisivo surgiria através de Peter Sutherland, que apenas exerceu o cargo de Comissário Europeu para a Educação pelo período de um ano, em 1985, e foi precisamente nesse ano que avançou com a criação do Programa ERASMUS, decisão precedida por duas resoluções do

¹¹ EUROPEAN COMMUNITIES. COMMISSION, Report on European Union. Report by Mr Leo Tindemans, Prime Minister of Belgium, to the European Council. Bulletin of the European Communities, Supplement 1/76, Bruxelles: European Communities, 1976, disponível em: http://aei.pitt.edu/942/1/political_tindemans_report.pdf, consultado a 10 de fevereiro de 2017, p. 28.

¹² EUROPEAN COUNCIL, *Ad Hoc Committee «on a people's Europe»*. Report to the European Council. Milan: European Council, 1985, A 10.04 COM 85, disponível em <https://www.ombudsman.europa.eu/en/resources/historicaldocument.faces/en/4659/html.bookmark>, consultado a 10 de fevereiro de 2017.

¹³ Desenvolvido durante três anos sobre sete ações consideradas prioritárias, entre as quais constavam o reconhecimento dos diplomas, o levantamento das barreiras administrativas e sociais e o ensino das línguas.

Parlamento Europeu¹⁴, que também não esteve ausente da discussão desta matéria.

A receptividade com que a proposta foi recebida pelos Estados-membros não recolheu, contudo, o entusiasmo e o apoio de todos. De facto, nos anos 80 a UE era ainda e sobretudo uma união económica, e trazer a educação para a esfera de competências comunitárias não estava no horizonte de muitos deles. Se pelo lado da educação seria difícil avançar – pois vários Estados-membros se opunham a avanços comunitários nesta matéria –, o argumento utilizado foi o de se considerar a educação universitária como formação, o que já a ligava ao emprego, logo, previsto nos tratados. Apesar disso, a renitência de alguns Estados-membros perante a possibilidade de intervenção da Comunidade na política da educação manteve-se (manifestada sobretudo nas reuniões do Conselho de Ministros) e o Programa apenas foi adotado a 15 de junho de 1987¹⁵, não deixando, todavia, de representar “um ponto de convergência de um conjunto de vontades políticas e institucionais”¹⁶.

Esta decisão política dos ministros da Educação – ancorada nos princípios da formação profissional, da capacidade da Comunidade dispor de um vasto número de diplomados com experiência de estudo e de vida noutro Estado-membro e de apoio à cooperação universitária – permitiu a criação de um esquema de mobilidade para os estudantes universitários com bolsas (Ação 2), que potenciou uma maior mobilidade de estudantes e de professores pelos Estados-membros, através nomeadamente do estabelecimento de uma verdadeira rede universitária europeia, da concessão de bolsas individuais a estudantes e do reconhecimento de diplomas.

¹⁴ Journal officiel des Communautés européennes C 104, 16/04/1984.

¹⁵ Em reunião do Conselho de Ministros da Educação, a 14 de maio de 1987. Decisão do Conselho de 15 de junho de 1987 que adota o programa de acção comunitário em matéria de mobilidade dos estudantes (ERASMUS) (87/327/CEE).

¹⁶ PAOLI, Simone, *Il sogno di Erasmo. La questione educativa nel processo di integrazione europea*. Milano: Franco Angeli, 2010, p. 207.

O objetivo principal deste Programa não se esgotava, todavia, e ia aliás bem mais além, no âmbito da educação, pois pretendia-se que este servisse como um instrumento para estimular o processo de integração europeia, ou seja, para fortalecer a própria integração entre os europeus, que deveriam reconhecer uma herança cultural e valores comuns partilhados pelos países europeus; e estimular o reconhecimento das semelhanças em vez das diferenças. Ora, neste aspeto, o Programa excedeu certamente as expectativas dos seus signatários iniciais, pois se foi cumprindo os objetivos mais tangíveis, por outro lado tem contribuído para um melhor conhecimento dos diversos povos da Europa pelos participantes do Programa. E, como em tudo na vida, um maior ou mais esclarecido conhecimento potencia uma maior aproximação ou ligação ao outro.

De resto, o próprio nome adotado, além de acrónimo de *European Community Action Scheme for the Mobility of University Students*, acaba por ser também o símbolo de mobilidade de académicos e estudantes pelos mais importantes centros de estudos da Europa, personalizado pela figura primeira de Erasmus de Roterdão.

Motivações pessoais, constrangimentos e dinâmicas universitárias

Desde a sua implementação que o ERASMUS tem conquistado sucessivas metas e crescido em dimensão e impacto. Os seus objetivos têm sido alterados e/ou complementados ao longo da sua história, contemplando a criação de uma “consciência” europeia; fomentar um mercado laboral europeu, ao motivar os antigos estudantes a superar as fronteiras internas; permitir a transferência de competências e de tecnologias dentro da Europa, dinamizando, assim, a economia; e ajudar os estudantes a adquirir aptidões sociais, tais como a independência e o respeito intercultural, e a melhorar as suas competências linguísticas.

Ora, se do ponto de vista institucional as metas sempre estiveram bem definidas, assim como, e desde cedo, a intenção do seu aperfeiçoamento com base na experiência adquirida¹⁷, do ponto de vista dos estudantes, as motivações que os levam a participar no Programa também têm estado bem definidas.

Os motivos que levam os estudantes a estudar no estrangeiro são vários, comuns a todos os Estados-membros, e percorrem os 30 anos do Programa. A literatura portuguesa e a estrangeira têm apontado três motivos principais, a saber: o conhecimento de uma outra cultura, a aquisição de uma nova experiência pessoal e o aperfeiçoamento das competências académicas e linguísticas. Cada estudante determina as suas prioridades e hierarquiza as suas motivações. Por exemplo, a questão cultural era considerada mais importante para os estudantes dos países nórdicos do que para os dos países mediterrânicos, que colocavam, nos primeiros anos do Programa, a experiência académica em primeiro lugar¹⁸. Se alguns estudantes procuram a excelência académica, outros pretendem o enriquecimento cultural e pessoal. De resto, e ainda em relação à excelência académica, é de notar que, como o número de vagas no Programa é limitado, uma das maiores determinantes para o estudo no estrangeiro acaba por ser o desempenho académico do estudante, na medida em que estudantes com notas baixas têm menores probabilidades de fazer ERASMUS em comparação com os seus colegas com notas altas¹⁹.

¹⁷ *ERASMUS: Boletim de Informação 1/89*. Brussels: ERASMUS Bureau, 1989, p. 6. Consultado a 9 de fevereiro de 2017, disponível em: <https://bookshop.europa.eu/>

¹⁸ TEICHLER, Ulrich and MAIWORM, Friedhelm, *The Erasmus experience. Major findings of the Erasmus evaluation research project*, European Commission, 1997, p. 42.

¹⁹ DI PIETRO, Giorgio and PAGE, Lionel, «Who Studies Abroad? Evidence from France and Italy». In *European Journal of Education*. Vol. 43, n.º 3, 2008, p. 396.

Por outro lado, outros fatores condicionam a decisão do estudante participar no ERASMUS, tais como o enquadramento institucional, pedagógico e administrativo oferecido nas instituições de origem e de acolhimento, o dinamismo das redes interuniversitárias, o contexto económico e social nacional e europeu, o incentivo familiar, e sobretudo a questão financeira. A este último respeito, o acentuar das desigualdades socioeconómicas entre os Estados europeus e o contexto internacional de crise durante a vigência do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida poderão ter eventualmente motivado mais estudantes a considerar a mobilidade estudantil como uma oportunidade profissional, perante as dificuldades de integração dos trabalhadores no mercado de trabalho nacional, nomeadamente nos países mediterrânicos²⁰.

Do ponto de vista institucional, a mobilidade é condicionada à dinâmica universitária assegurada pelos funcionários das faculdades e das reitorias, e sobretudo pelos professores no que diz respeito à seleção dos estudantes, à definição do plano curricular e ao desenvolvimento e à consolidação de acordos com universidades estrangeiras²¹. A antiguidade das redes de contacto estabelecidas entre as universidades no âmbito dos programas de mobilidade anteriores ao programa ERASMUS e o dinamismo dos atores universitários durante estes 30 anos têm tido um papel importante para assegurar a internacionalização das universidades a nível europeu. Por outro lado, desde o início que os docentes tiveram um papel significativo a nível de uma seleção preliminar dos estudantes que se candidatam a

²⁰ Sobre este assunto, ver a comparação entre a França, o Reino Unido e a Itália em: BALLATORE, Magali et BLOESS, Thierry, «L'autre réalité du programme Erasmus: affinité sélective entre établissements et reproduction sociale des étudiants». In *Formation Emploi. Revue française de sciences sociales*, n.º 103, 2008, pp. 57-74.

²¹ Entrevista a Sandra Matias – funcionária da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e responsável pela gestão administrativa do programa ERASMUS nessa faculdade de 1996 até 2014 –, realizada em Lisboa, a 24 de março de 2017.

este programa de mobilidade, dada a sua responsabilidade no acompanhamento académico quotidiano dos seus estudantes: “O aluno era escolhido com base naquilo que o docente conhecia do percurso académico do aluno. Era o docente que fazia um pouco essa seleção através da motivação do aluno, com os critérios que os próprios professores definiam. [Estes critérios] não estavam uniformizados (por departamentos)”²².

Convém também referir o esforço empreendido na construção de uma máquina administrativa desenhada para facilitar a interação entre as universidades e os vários atores envolvidos na dinamização do Programa. A infraestrutura administrativa, a logística e os recursos humanos, o perfil dos atores, assim como a colaboração realizada entre as várias entidades envolvidas – instituições europeias, ministérios, universidades e empresas privadas – têm tido um impacto sobre o perfil dos estudantes que participam no Programa e sobre o número de saídas.

A política de internacionalização das instituições de ensino superior portuguesas, o alargamento do leque de beneficiários do Programa e o aumento das ações que marcam os diferentes programas de mobilidade ao qual pertence o ERASMUS têm incentivado as instituições a alocar mais meios logísticos e humanos para assegurar a boa execução do Programa. Cada instituição segue uma lógica interna no que concerne à internacionalização que, por sua vez, pretende dar a melhor resposta para a dinamização do ERASMUS, o que tem norteado as instituições a procurar estabelecer e seguir boas práticas, que foram sendo questionadas e melhoradas ao longo dos anos.

Numa primeira fase do Programa, embora competisse à ANAB (Agência Nacional de Atribuição de Bolsas) a atribuição das bolsas ou do “contrato a zero”²³ numa base individual, a nível das faculdades, a organização do ERASMUS

²² Entrevista a Sandra Matias.

²³ No caso dos estudantes que participavam no Programa sem bolsa, mas que precisavam do contrato ERASMUS para o reconhecimento dos créditos (os chamados *free-movers*).

era essencialmente centralizada pelos professores responsáveis pelo estabelecimento de acordos bilaterais com outras universidades, sendo alguns deles firmados oralmente. Os professores, responsáveis pelos PIC (Programa Interuniversitário de Cooperação), tinham uma função central na dinamização da mobilidade ERASMUS, uma vez que era a partir dos seus contactos, enquanto docente e investigador, com a instituição de acolhimento, que se concretizava a mobilidade.

À medida que as universidades delineavam uma política de internacionalização na qual a mobilidade ERASMUS tinha um papel significativo, e em que o número de estudantes ERASMUS aumentava, tornou-se necessário alocar funcionários responsáveis para a centralização e a gestão administrativa deste Programa, disponibilizando o apoio necessário ao trabalho pedagógico conduzido pelos professores. A partir de 1995, a figura do Coordenador Institucional vulgarizou-se no seio das reitorias das universidades, no mesmo período em que o ERASMUS passou a integrar os serviços de Relações Internacionais já existentes nas reitorias e nas faculdades.

A Universidade de Coimbra tinha, desde 1986, um Serviço de Relações Internacionais, na dependência direta da Reitoria, ao qual competia “dar uma resposta, organizada e estruturada às novas exigências que a entrada de Portugal na Comunidade Europeia trouxe”, sendo que “o facto de a Universidade de Coimbra ter tomado a decisão de se associar em rede com universidades onde já existiam serviços de relações internacionais muito bem organizados, permitiu-nos aprender muito e importar boas práticas que foram fundamentais para o estabelecimento de uma organização interna eficaz que foi crescendo sustentadamente e que hoje tem a seu cargo um conjunto de competências alargadas”²⁴.

No caso da Universidade de Aveiro, também existia essa preocupação, pelo que em 1993 foi criado o Gabinete de

²⁴ Divisão de Relações Internacionais da Universidade de Coimbra, em resposta a um breve questionário enviado no âmbito deste estudo.

Relações Internacionais, integrado nos Serviços das Relações Externas dessa Universidade; o mesmo acontecendo em 1996 com a Universidade da Beira Interior. Mas nem todas as universidades reagiram ao mesmo tempo, pelo que nalgumas o estabelecimento dos gabinetes de Relações Internacionais ou de mobilidade são relativamente recentes, remontando à vigência do SÓCRATES II. É o caso, por exemplo, do Instituto Politécnico de Bragança e da Universidade do Algarve, embora, neste último caso, desde 1993 que possuía estruturas que trabalharam em colaboração com a Reitoria, tendo em 1999 sido criada a Área de Programas Europeus²⁵.

Em todos os casos, estes gabinetes – com equipas relativamente pequenas, com três a seis funcionários exclusivamente dedicados ao ERASMUS²⁶ – passaram a gerir os processos de concessão das bolsas, as questões administrativas com a universidade de acolhimento, além do esclarecimento e do apoio aos estudantes, no fundo grande parte da logística que o Programa exige, mas também a sua promoção e divulgação junto de docentes e estudantes, uma vez que “envolver a comunidade académica, docentes e alunos, era prioritário dado o desconhecimento geral do programa ERASMUS”²⁷.

E embora a lógica da sua criação fosse a de facilitadora, também se depararam com alguns constrangimentos, que ainda se verificam, ao nível do desenvolvimento da sua rede universitária no estrangeiro “principalmente com países como o Reino Unido devido às discrepâncias das áreas científicas e

²⁵ Gabinete de Relações Internacionais e Mobilidade da Universidade do Algarve, em resposta a um breve questionário enviado no âmbito deste estudo.

²⁶ Gabinete de Internacionalização e Saídas Profissionais da Universidade da Beira Interior; Gabinete de Relações Internacionais e Mobilidade da Universidade do Algarve; Gabinete de Relações Internacionais da Universidade de Aveiro; Divisão de Relações Internacionais da Universidade de Coimbra; Gabinete de Relações Internacionais do Instituto Politécnico de Bragança.

²⁷ Gabinete de Relações Internacionais do Instituto Politécnico de Bragança, em resposta a um breve questionário enviado no âmbito deste estudo.

à localização geográfica da UBI, por ser uma universidade do interior”²⁸, mas também com a extensão do Programa dentro de um mesmo estabelecimento de ensino superior e a sua interligação com as suas diferentes Escolas²⁹.

À medida que o número de estudantes ERASMUS e o número de ações associadas aos programas de mobilidade aumentavam, as equipas administrativas e pedagógicas foram respondendo às dificuldades e aperfeiçoando a gestão administrativa pela sua centralização e pela utilização de ferramentas que melhoravam a articulação dos procedimentos. A uniformização e a simplificação dos métodos de reconhecimento do período curricular validado no estrangeiro constituíram sempre um dos grandes desafios das instituições do ensino superior e dos seus gabinetes de mobilidade. Além dessa, persistem ainda outras barreiras, tais como o valor da bolsa, considerado “um dos fatores que desmotiva os estudantes a sair no âmbito da mobilidade ERASMUS, devido às dificuldades que as famílias enfrentam face à crise portuguesa”³⁰, assim como os “mitos” associados aos longos procedimentos administrativos que o estudante deve encarar. A nacionalidade estrangeira de estudantes oriundos de Estados não-membros, e que precisam de visto para realizar ERASMUS, pode também complicar a mobilidade, não existindo, à data, um regime de exceção que possa tornar este processo menos burocrático³¹. A nível orçamental, foi apontada a necessária revisão dos valores orçamentais do Programa, que têm vindo a diminuir com a multiplicação das

²⁸ Gabinete de Internacionalização e Saídas Profissionais da Universidade da Beira Interior, em resposta a um breve questionário enviado no âmbito deste estudo.

²⁹ Gabinete de Relações Internacionais do Instituto Politécnico de Bragança.

³⁰ Gabinete de Relações Internacionais e Mobilidade da Universidade do Algarve.

³¹ Gabinete de Relações Internacionais do Instituto Politécnico de Bragança.

ações de mobilidade. A nível burocrático, reclama-se a adequação das exigências administrativas da Comissão Europeia à realidade nacional, assim como uma maior articulação com outros serviços administrativos das instituições para potenciar os resultados do ERASMUS e a internacionalização das instituições portuguesas³². Também é referida a *décalage* existente entre as políticas e as práticas adotadas na “diversificação dos métodos e ambientes do ensino” e o necessário reforço “dos instrumentos de cooperação e coordenação entre as Agências Nacionais dos diferentes países”³³, para potenciar as suas capacidades de resposta e as suas responsabilidades sobre o Programa. Finalmente, sugere-se dar um maior destaque ao contributo positivo dos estudantes, “ao partilhar toda uma cultura e linguagem de acolhimento e serviço ao estudante internacional, quebrando velhos hábitos e formas de prestar informação, aprendendo a aprender com os estudantes sobre nós próprios e aproveitando os contributos que os próprios estudantes estão desejosos a dar”³⁴.

Pese embora essas dificuldades, nos primeiros anos, e reportando-nos concretamente a Portugal, a nível logístico aferimos que “o Programa arrancou bem, são anos embebidos de entusiasmo, do entusiasmo da adesão, dos estudantes que queriam participar, dos professores que tinham redes europeias (mas também com a resistência de outros) e da equipa que trabalhava no Programa”, sendo também reconhecido que “as universidades e os politécnicos tiveram um papel fundamental a dinamizar”³⁵ este Programa, para o qual também concorreu o “passa palavra” dos alunos e o envolvimento das próprias famílias. Mesmo que, à época, ainda não

³² Divisão de Relações Internacionais da Universidade de Coimbra.

³³ Gabinete de Relações Internacionais da Universidade de Aveiro, em resposta a um breve questionário enviado no âmbito deste estudo.

³⁴ Gabinete de Relações Internacionais da Universidade de Aveiro.

³⁵ Entrevista a Madalena Martins – técnica da ANAB e Agência Nacional SÓCRATES entre 1992 e 2000; Coordenadora Sócrates/ERASMUS entre 2000 e 2002 –, realizada em Lisboa, a 27 de março de 2017.

se falasse do processo (e da necessidade) de internacionalização das universidades e da investigação, este Programa não pode ser dissociado desse movimento, embora, na altura, os estudantes se referissem apenas ao desejo de “abrir a janela” ou de “dar o salto”.

Após termos abordado as motivações pessoais dos estudantes em torno da mobilidade, na sua ótica também existem constrangimentos, como veremos de seguida. Desde logo, um dos mais apontados é a fraca disponibilização orçamental para a atribuição de bolsas, cujo valor não suporta todas as despesas do estudante. Os contornos das bolsas europeias nem sempre foram entendidos pelos pais dos estudantes, pelo menos durante os primeiros dez anos de Programa. Pois no seu entendimento, estas bolsas deviam cobrir todas as despesas³⁶:

“Quando estávamos a tratar dos processos administrativos dos alunos, lembro-me de receber pais. Hoje, às vezes, ainda vem um ou outro. Lembro-me que, em 1996-1997, tive pais a virem falar comigo, muito preocupados com o valor da bolsa que os filhos iriam receber. [...] O valor nunca chegou para pagar a totalidade da estadia. [...] Até isso foi necessário evoluir, porque as pessoas nunca perceberam que era somente um subsídio. Essa tomada de consciência foi gradual”³⁷.

A literatura também é unânime a este respeito, ao considerar a limitação orçamental do Programa como o principal travão à massificação do mesmo. Ao longo de 30 anos, e embora se tenha verificado um aumento do valor mensal das bolsas de mobilidade concedidas pela Comissão Europeia, o seu valor continua, em muitos casos, a não ser suficiente, e difere muito de país a país, sendo estabelecido segundo o custo de vida estimado no país de acolhimento. A análise do

³⁶ Entrevista a Sandra Matias.

³⁷ Entrevista a Sandra Matias.

perfil socioeconómico dos estudantes ERASMUS confirma uma participação vinda sobretudo de um meio socioeconómico e académico médio-alto (como no caso português), embora a participação de estudantes oriundos de uma classe média e baixa tenha aumentado.

No período 2005–2008, a questão do estatuto social dos pais dos estudantes ainda incidia sobre a decisão de realizar a estadia no estrangeiro³⁸. Neste sentido, a decisão de sair é fortemente ponderada, tendo em consideração as despesas exigidas. Algumas universidades, bem como outras entidades, têm criado bolsas de apoio complementar à bolsa ERASMUS. Contudo, essa não é a prática generalizada e, por vezes, não oferecem um apoio alargado e adaptado às diversas situações socioeconómicas dos estudantes. Daí que se possa distinguir a mobilidade como “consumo” por parte de estudantes pertencentes a grupos socioeconómicos elevados, de países com altos salários, por oposição à mobilidade como “investimento” por parte de estudantes com menos rendimentos, oriundos de países de salários mais reduzidos³⁹.

Atualmente é, de longe, maior a procura do que a oferta de bolsas ERASMUS, o que leva a uma “crise de crescimento” do Programa, se bem que, logo em 1990, já se admitisse o risco deste “se tornar vítima do seu próprio êxito”⁴⁰.

Por sua vez, a integração curricular da estadia no estrangeiro também constituiu um desafio para a União Europeia desde o início do Programa. No fundo, o ERASMUS mexia

³⁸ GONZÁLEZ, Carlos Rodríguez, MESANZA, Ricardo Bustillo and MARIEL, Petr, «The determinants of international student mobility flows: an empirical study on the Erasmus programme». In *Higher Education*. Vol. 62, 2011, p. 420.

³⁹ OTERO, Manuel Souto, «The socio-economic background of Erasmus students: A trend towards wider inclusion?». In *International Review of Education*. Vol 54, 2008, p. 137.

⁴⁰ ERASMUS: *Boletim de Informação*, volume 1990, n.º 9. Brussels: ERASMUS Bureau, 1990, p. 1. Consultado a 9 de fevereiro de 2017, disponível em: <https://bookshop.europa.eu/>

com a cultura organizacional das universidades, através da simples possibilidade de se reconhecer uma cadeira realizada numa universidade por outra congénere europeia, o que, inicialmente, causou resistência por parte de alguns docentes, comportamento esse que se foi alterando ao longo do tempo. Até à Declaração de Bolonha de 1999, a diversidade dos graus de ensino e dos sistemas educativos do ensino superior nos países europeus dificultava o reconhecimento das cadeiras e a decisão individual de realizar a estadia no estrangeiro. Bolonha teve, neste âmbito, o mérito de harmonizar os diferentes sistemas de ensino superior, de forma a aperfeiçoar estruturas compatíveis de graus, a transferência de créditos e a igualdade nas qualificações académicas entre as universidades dos Estados signatários. Embora as dificuldades de reconhecimento tivessem sido muito reduzidas com o esforço realizado pelas universidades, ainda permanecem lacunas associadas à falta de uniformização nas disciplinas, ao método utilizado para o reconhecimento dos créditos, ao sistema das notas que difere entre as universidades, e às discrepâncias no processo de conversão. A realização dessa conversão, realizada pelo docente responsável e/ou pelo Conselho Científico, ainda passa geralmente pela avaliação global do percurso curricular realizado no estrangeiro, pelas qualidades académicas do estudante e pelo conhecimento pessoal do docente sobre o grau de exigência da faculdade de acolhimento, se bem que recentemente têm vindo a ser instaurados procedimentos mais transparentes, de modo a evitar reclamações.

Há casos que revelam precisamente esta falta de transparência e as contradições nos procedimentos de reconhecimento das cadeiras validadas no estrangeiro, que não são claros desde a preparação do plano curricular entre o estudante e o professor:

“Eu senti-me livre para escolher as disciplinas, mas quando voltei [o processo de reconhecimento] não era transparente a 100%. Para já, que notas é que ia ter? A escala de notas difere de país para país. Portugal é de 0 a

20 enquanto em Itália é de 0 a 30. E qual é o critério [para o reconhecimento]? É o critério que cada faculdade quiser aplicar. Quando fui para Itália não sabia porque nunca tinha pensado nisso. Eu tive notas relativamente altas em Itália que não foram notas relativamente altas em Lisboa. Eu tive um 27, na altura equivaliu a um 14 no ISCSP. Eu, até hoje, acho que fui prejudicado. O sistema de classificação não está uniformizado e isso acaba por prejudicar ou beneficiar, dependendo da tabela que é usada”⁴¹.

Mas também há casos em que as cadeiras escolhidas foram inteiramente da escolha do estudante e que, após o regresso ao país, a nível académico-burocrático tudo se passou dentro da normalidade, tendo o estudante tido todas as equivalências das cadeiras, sem qualquer constrangimento⁴².

Para além da conversão das notas, também se apontam falhas no reconhecimento dos créditos validados e na uniformização das cadeiras realizadas:

“É impossível haver ou é muito difícil haver uma coincidência de 100% do número de ECTS porque essas disciplinas lá fora valem mais ou menos do que as nossas. E eu fiquei com créditos extras e até hoje não tenho forma de provar a ninguém que eu fiz aqueles créditos. [...] Não estão elencadas no certificado de habilitações nem no anexo ao diploma as disciplinas que fiz, mas aquelas que não fiz. É um problema que ainda hoje se mantém”.

⁴¹ Entrevista a Guilherme Nuncio – antigo estudante de Relações Internacionais, participou no ERASMUS no ano letivo 2008-2009, em Itália, na Universidade de Bolonha. Atualmente trabalha no Núcleo de Cooperação e Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, precisamente no programa ERASMUS+ –, realizada em Lisboa, a 22 de março de 2017.

⁴² Entrevista a José Quesado – antigo estudante do curso de Medicina, participou no ERASMUS no ano letivo 2014/2015, na Eslovénia, na Universidade de Ljubljana (Liubliana) –, realizada via telefone, a 29 de março de 2017.

Finalmente, outro constrangimento é o linguístico. Se, por um lado, a diversidade linguística da UE reflete e é parte da riqueza cultural europeia, por outro pode obstar à mobilidade estudantil. No caso português, em que a língua nacional é das menos ensinadas a nível europeu, tal é um obstáculo a ter em consideração. De forma a resolver este problema, várias iniciativas foram tomadas, nomeadamente com várias universidades a ministrarem cursos ou cadeiras na atual língua franca, o Inglês, tendo também sido reforçados os Cursos Intensivos de Língua a partir dos anos 2000, pelo que, desse prisma, esse obstáculo tem sido parcialmente sanado, embora esses cursos possam ser insuficientes para se alcançar um nível linguístico que permita uma comunicação eficiente. Porém, predomina a língua do país de acolhimento, obrigando a uma certa adaptação e flexibilidade do estudante e do docente para realizar as cadeiras:

“As aulas de licenciatura [na Universidade de Bolonha] eram todas dadas em italiano. O que acontecia, e isso foi-nos logo dito nas primeiras aulas, é que cada professor ia criar a sua regra em relação aos exames. No meu caso, curiosamente, eu não fiz nenhum exame escrito em inglês porque os meus professores não queriam que eu escrevesse nessa língua porque não estavam à vontade com o inglês. Tive outras disciplinas lecionadas em italiano e onde fiz um exame em espanhol porque o professor tinha dupla nacionalidade, italiana e argentina. Outra professora pediu-me expressamente para não escrever em inglês”⁴³.

Há, assim, ainda margem de manobra para implementar melhorias neste Programa, que vão no sentido das necessidades dos estudantes, para quem o ERASMUS está fundamentalmente vocacionado.

⁴³ Entrevista a Guilherme Núncio.

Portugal e o ERASMUS

Com a criação, e sobretudo com a implementação do ERASMUS, começa uma nova era no domínio da cooperação interuniversitária europeia e da mobilidade estudantil.

Neste âmbito, com a adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia a 1 de janeiro de 1986 (atual União Europeia) e com a adoção do Programa ERASMUS um ano depois, estudantes e professores passaram a ter à sua disposição um instrumento altamente potenciador de mobilidade europeia, que teria repercussões não apenas societais, mas também científicas, tecnológicas e mesmo económicas, que se mantêm até hoje.

Por outro lado, a adesão à CEE/UE foi todo um mundo de novas descobertas e de exigências não apenas a nível do Estado e da Administração Pública, mas também para os atores económicos, sociais e para a população em geral. À parte a teoria do “bom aluno”, Portugal integrou-se bem na esfera comunitária, daí que a participação desde a primeira hora – ainda que fosse um Estado-membro recente, com pouco mais de um ano após a adesão – no ERASMUS tenha decorrido de forma natural, sem registos de dificuldades maiores.

A adesão das universidades portuguesas ao ERASMUS foi preparada no ano letivo 1986-87, através da participação no último ano dos Projetos Comuns de Estudo e a gestão do Programa no país conheceu alguns desenvolvimentos,

sobretudo a nível de nomenclatura. Nos dois primeiros anos, a atribuição de bolsas ERASMUS foi administrada diretamente pelo ERASMUS Bureau em Bruxelas, que então ajudava a Comissão Europeia na implementação do Programa. Em 1988 seria criada a Agência Nacional para a Administração de Bolsas⁴⁴, cujo primeiro diretor foi precisamente um professor universitário, Rogério Bordalo da Rocha, agência essa que iniciaria as suas atividades no âmbito da mobilidade estudantil no decorrer do ano letivo 1989/90; e, em 1996, a Agência Nacional Sócrates⁴⁵. Atualmente a gestão do Programa compete à Agência Nacional ERASMUS+, criada em fevereiro de 2014⁴⁶, e que está sob a tutela dos ministérios da Educação; da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Enquanto a Agência ERASMUS+ é uma estrutura de dimensão média, profissionalizada, compartimentada por áreas, a ANAB era uma estrutura “muito pequena, que beneficiava de muitas sinergias, nomeadamente com os gabinetes de Relações Internacionais das universidades, com quem se estabeleceram muito boas relações”. O mesmo sucedia entre as diferentes agências nacionais que, na altura, eram relativamente poucas, o que permitia que todos se conhecessem, o que também gerava um “ambiente familiar”⁴⁷.

⁴⁴ Despacho 161/ME/88 no âmbito do Grupo Coordenador das Ações Comunitárias em Matéria Educativa do Ministério da Educação, tendo entrado em funcionamento no início do ano seguinte.

⁴⁵ Despacho n.º 51/ME/95. Também era designada por Instância Nacional de Coordenação do Programa Sócrates, e posteriormente foi inserida no Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Internacionais do Ministério da Educação (criado pelo Decreto-lei n.º 56/96 de 22 de maio).

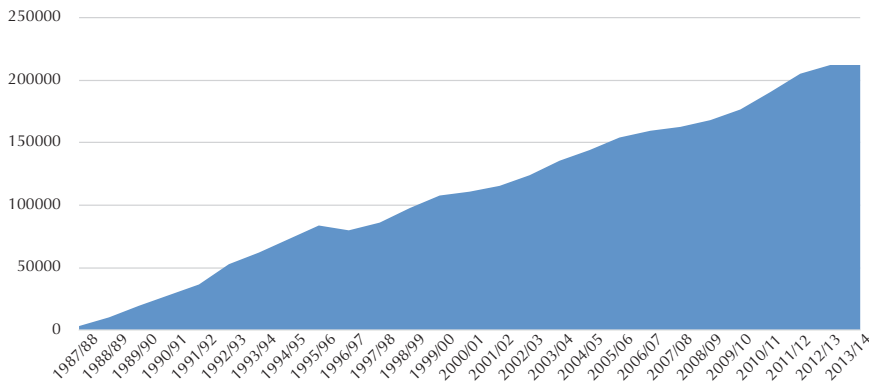
⁴⁶ Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/2014, de 24 de fevereiro; Declaração de Retificação n.º 23/2014, de 9 de abril de 2014.

⁴⁷ Entrevista a Madalena Martins.

Dos factos aos números: tendências da participação

Olhando retrospectivamente para os 30 anos do programa ERASMUS, 3244 estudantes realizaram uma estadia no estrangeiro no seu primeiro ano académico de execução. Em 2013/2014, esse número inicial elevou-se para os 200 000, numa subida quase ininterrupta do número de participantes (Gráfico 1).

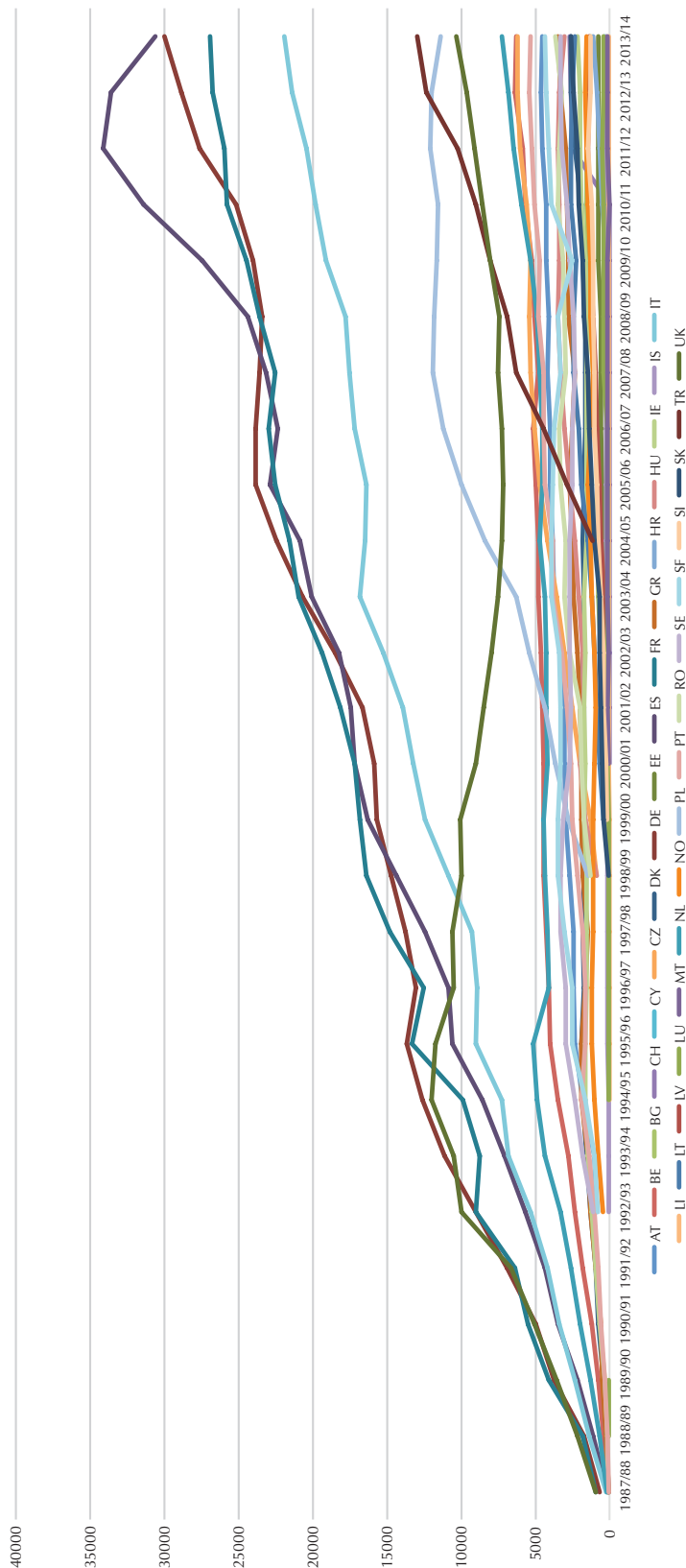
Gráfico 1 – Saída total de estudantes por ano, 1987-2014



Fontes: Elaboração própria, baseada nos dados recolhidos em EUROPEAN COMMISSION, *On the way to Erasmus+ A Statistical Overview of the Erasmus Programme in 2012-13*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2015, pp. 216-217; EUROPEAN COMMISSION, *Erasmus. Facts, Figures & Trends. The European Union support for student and staff exchanges and university cooperation in 2013-2014*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2015, p. 31.

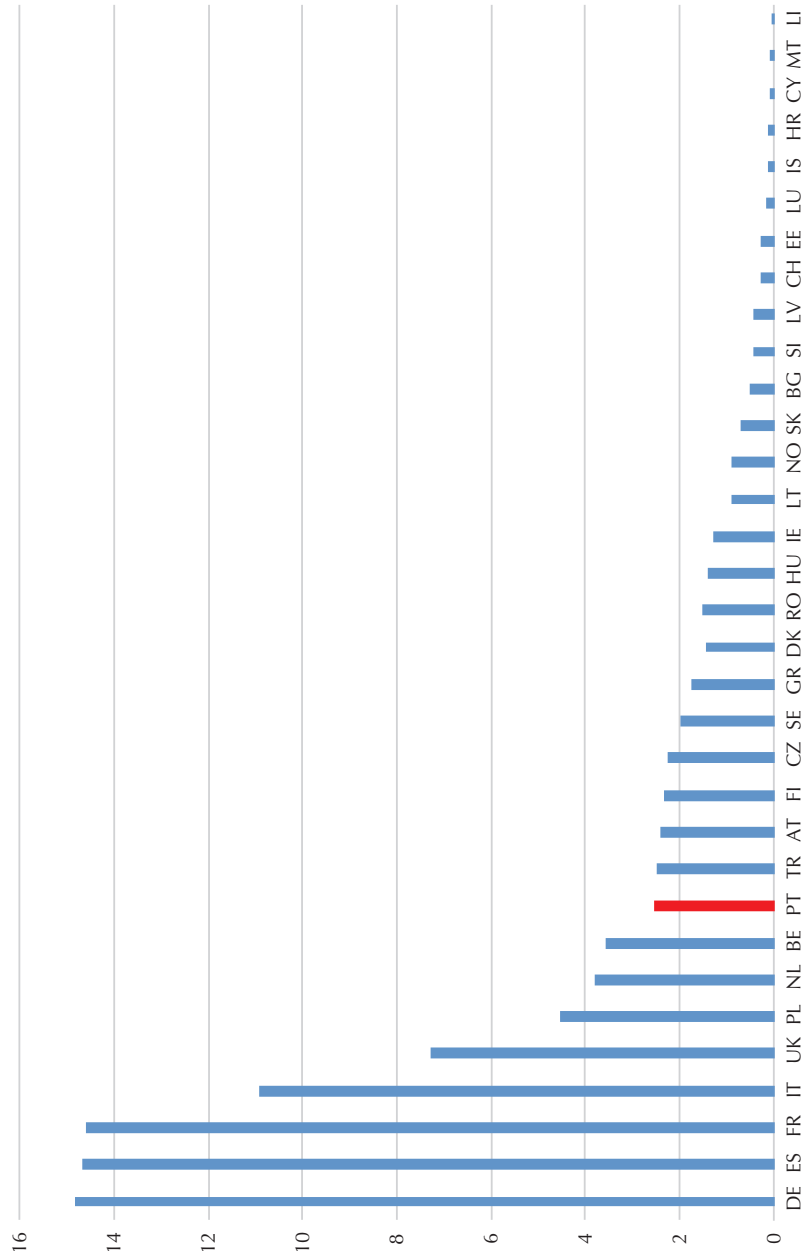
A Alemanha destaca-se como o principal país emissor de estudantes, seguida pela Espanha, pela França, pela Itália e pelo Reino Unido. A Polónia constitui o principal país emissor da Europa Central, e Portugal situa-se em nono lugar dos países pioneiros que aderiram ao Programa ERASMUS, como se pode ver nos gráficos seguintes.

Gráfico 2 – Evolução da saída de estudantes por ano e por país de origem, 1987-2014



Fontes: Elaboração própria, baseada nos dados recolhidos em EUROPEAN COMMISSION, *On the way to Erasmus+...*, op. cit., pp. 216-217; EUROPEAN COMMISSION, *Erasmus. Facts, Figures & Trends...*, op. cit., p. 31.

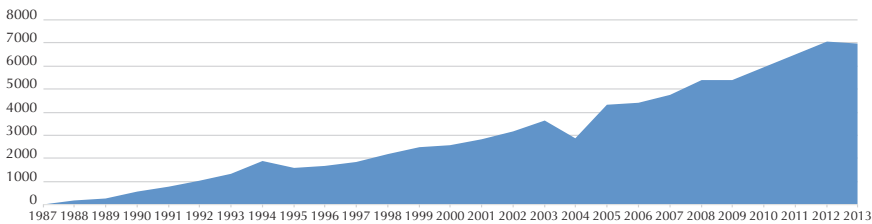
Gráfico 3 – Saída total de estudantes por país de origem, em %, 1987-2014



Fontes: Elaboração própria, baseada nos dados recolhidos em EUROPEAN COMMISSION, *On the way to Erasmus+...*, op. cit., pp. 216-217; EUROPEAN COMMISSION, *Erasmus. Facts, Figures & Trends...*, op. cit., p. 31.

Na altura da candidatura, a escolha do país de destino pelos estudantes responde a diversos fatores, entre os quais a língua, a qualidade académica da instituição, a distância geográfica, mas também o clima e as potencialidades turísticas e de lazer⁴⁸. Apesar do apoio financeiro da UE com a concessão de bolsas, o custo de vida e a distância geográfica ainda são relevantes para explicar os fluxos de estudantes entre países⁴⁹. No caso dos estudantes portugueses, estes dois fatores constam mesmo entre os mais considerados aquando da escolha do país de destino. Na realidade, e durante estes 30 anos do Programa, os estudantes nacionais foram maioritariamente para os países pioneiros do Programa, e depois para os países da Europa Central e de Leste (Gráfico 5). Esses países são relativamente próximos geograficamente ou com um custo de vida relativamente baixo. São disso exemplo a Espanha, a Itália, a França, a Alemanha, o Reino Unido e, mais recentemente, a Polónia e a República Checa.

Gráfico 4 – Evolução da saída dos estudantes portugueses por ano, 1987-2014

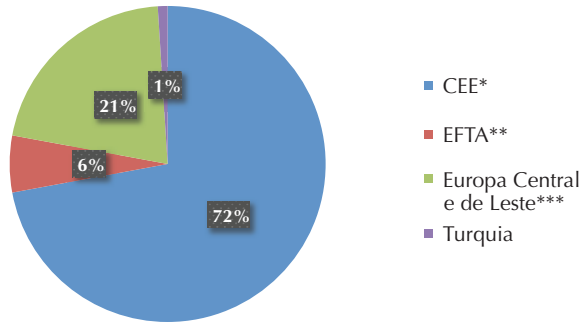


Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados oficiais da Agência Nacional ERASMUS+

⁴⁸ GONZÁLEZ, Carlos Rodríguez, MESANZA, Ricardo Bustillo and MARIEL, Petr, «The determinants of international student mobility flows...», *op. cit.*, p. 417.

⁴⁹ GONZÁLEZ, Carlos Rodríguez, MESANZA, Ricardo Bustillo and MARIEL, Petr, «The determinants of international student mobility flows...», *op. cit.*, p. 427.

Gráfico 5 – Principais grupos de países de destino dos estudantes portugueses, em %, 1987-2014



* CEE: BE, DE, DK, ES, FR, GR, IE, IT, LU, NL, UK

** EFTA: CH, NO, SE, SF, LI, IS

*** Europa Central e de Leste: AT, BG, CY, CZ, EE, LT, LV, MT, PL, RO, SI, SK, HR

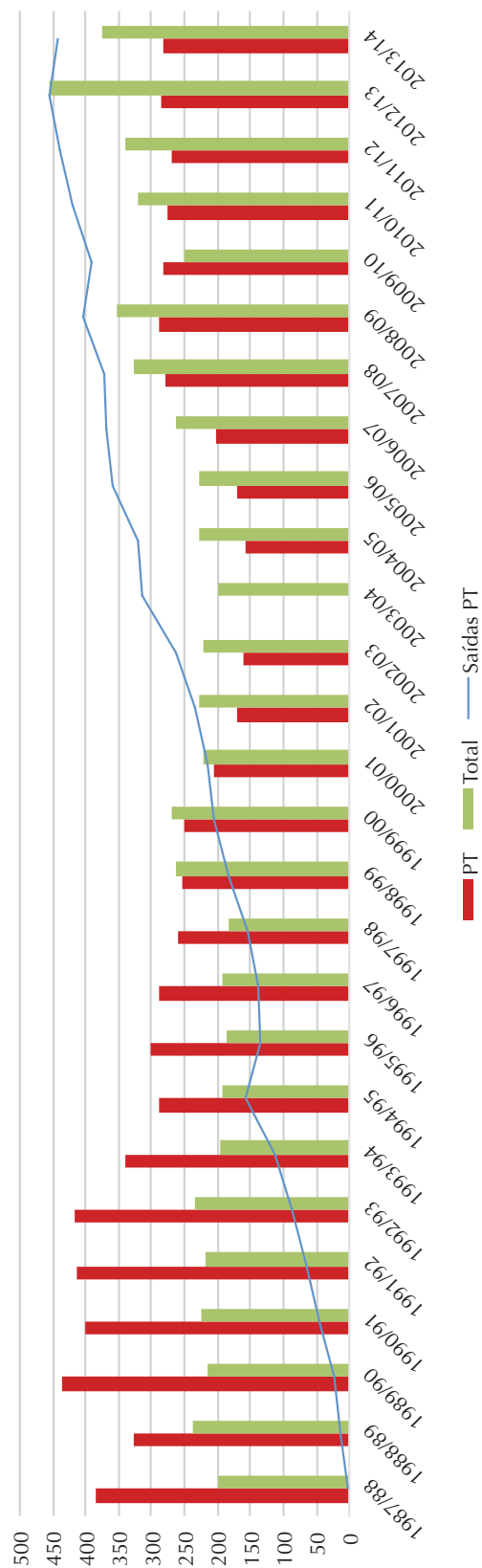
Fontes: Elaboração própria, baseada nos dados recolhidos em EUROPEAN COMMISSION, *On the way to Erasmus+...*, op. cit., pp. 216-217; EUROPEAN COMMISSION, *Erasmus. Facts, Figures & Trends...*, op. cit., p. 31.

A diversificação das áreas de estudo também tem marcado estes 30 anos. Na senda da tendência europeia, na qual as áreas de Gestão, das Ciências Sociais, das Línguas e da Engenharia se têm destacado, Portugal acompanhou essa evolução. As áreas com representação minoritária foram crescendo, assegurando uma maior representação de todas as áreas de estudo, sendo de destacar a área das Ciências Médicas a partir do final dos anos 90 em comparação com a tendência europeia. As Artes e as Humanidades também não têm tido a mesma relevância em Portugal do que a nível europeu.

O valor total médio das bolsas concedidas a nível europeu tem sido flutuante de ano para ano⁵⁰. Portugal entra no Programa com o valor total médio mais alto das bolsas. Essa tendência começaria a mudar a partir de 1993/94 para chegar,

⁵⁰ O valor médio das bolsas não representa o valor exato que cada estudante recebe para realizar a sua estadia no estrangeiro. O valor da bolsa concedida a cada estudante é determinado pela estimativa do custo de vida em cada país de acolhimento.

Gráfico 6 – Total do valor médio mensal das bolsas por ano académico, 1987-2014



Notas: Não existem dados relativos a Portugal para o ano académico 2003/2004; até ao ano 2000 o valor das bolsas está em ECU, depois em EURO.

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados oficiais da Agência Nacional ERASMUS+

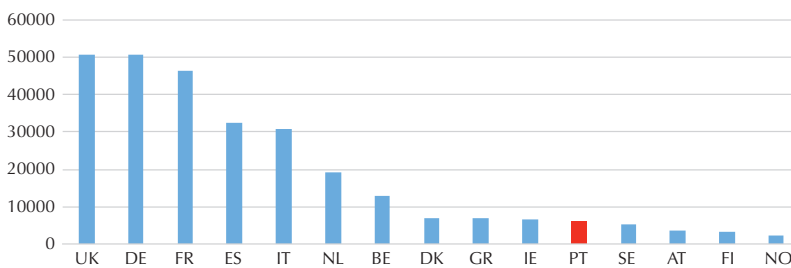
em 1997/98, abaixo do valor médio europeu, à medida que a saída de estudantes portugueses aumenta e o Programa se alarga a outros países europeus. No ano académico 2002/03 regista-se o valor médio mais baixo em 30 anos, para voltar a subir e estabilizar a partir do ano académico 2007/08.

Finalmente, convém referir a participação significativa das mulheres, não esquecendo também a dos estudantes com necessidades especiais, que têm direito a apoios suplementares, nomeadamente na majoração da bolsa⁵¹.

Vejam os, de seguida, com detalhe, a adesão geral a este Programa, por fases, com um enfoque particular para a participação dos estudantes portugueses e as saídas dos mesmos para universidades europeias.

Aquando do arranque do Programa, um dos grandes objetivos era aumentar a mobilidade dos estudantes na Europa, incluindo nos países da EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre – EFTA, em língua inglesa). No ano académico de 1987/88, o número de saídas de estudantes a nível europeu foi baixo, cifrando-se, segundo os dados oficiais, em 3244 aqueles que

Gráfico 7 –Saída total de estudantes por país de origem, 1987-1995

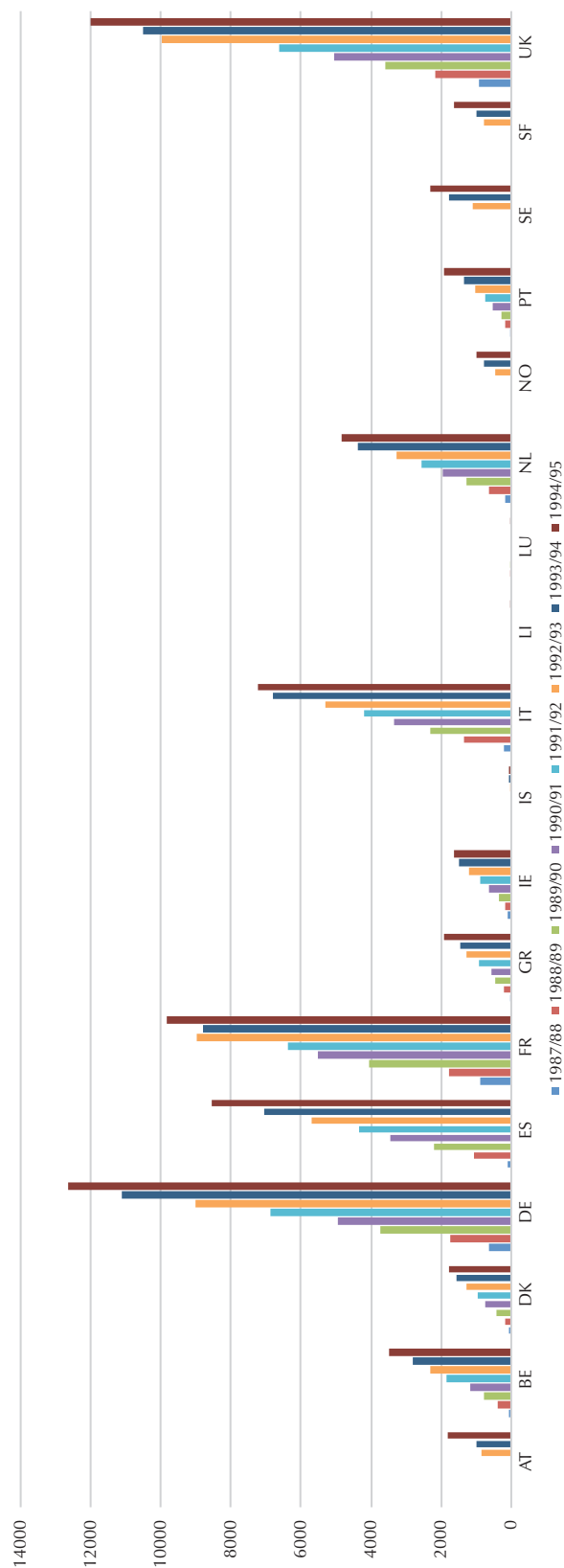


Nota: Embora não constem do Gráfico, a Islândia, o Luxemburgo e o Liechtenstein registaram, respetivamente, o valor total de 174, de 90 e de 3 estudantes.

Fontes: Elaboração própria, baseada nos dados recolhidos em EUROPEAN COMMISSION, *On the way to Erasmus+...*, op. cit., pp. 216-217; EUROPEAN COMMISSION, *Erasmus. Facts, Figures & Trends...*, op. cit., p. 31.

⁵¹ Ver, nomeadamente: EUROPEAN COMMISSION, *On the way to Erasmus+ A Statistical Overview of the Erasmus Programme in 2012-13*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2015, p. 48.

Gráfico 8 – Evolução da saída de estudantes por ano e por país de origem, 1987-1995



Fontes: Elaboração própria, baseada nos dados recolhidos em EUROPEAN COMMISSION, *On the way to Erasmus+...*, op. cit., pp. 216-217; EUROPEAN COMMISSION, *Erasmus. Facts, Figures & Trends...*, op. cit., p. 31.

realizaram uma estadia no estrangeiro. Contudo, com a diferença de apenas três anos letivos, esse número elevou-se exponencialmente para a saída de 19456 estudantes em 1990/91, e em 1994/95 já participaram 73407 estudantes (gráficos 7 e 8).

Em média, os estudantes permaneceram no estrangeiro entre quatro a seis meses (43% dos estudantes realizaram uma estadia de sete meses a um ano letivo), tinham em média 21 anos de idade⁵², e a França, a Alemanha e o Reino Unido constituíam os principais países emissores e recetores de estudantes ERASMUS, situação que é em grande parte explicada pela antiguidade das redes universitárias tecidas entre estes três países. E mesmo com a adesão a este Programa pelos países da EFTA, este trio continuava a destacar-se em 1993/94. Nesse ano académico, 17% dos estudantes que participaram no Programa vinham da Alemanha, 16,8% do Reino Unido e 15% da França⁵³. Em paralelo, novos países emissores e recetores, como a Espanha ou a Itália, iriam progressivamente ocupar um lugar de destaque até 2014.

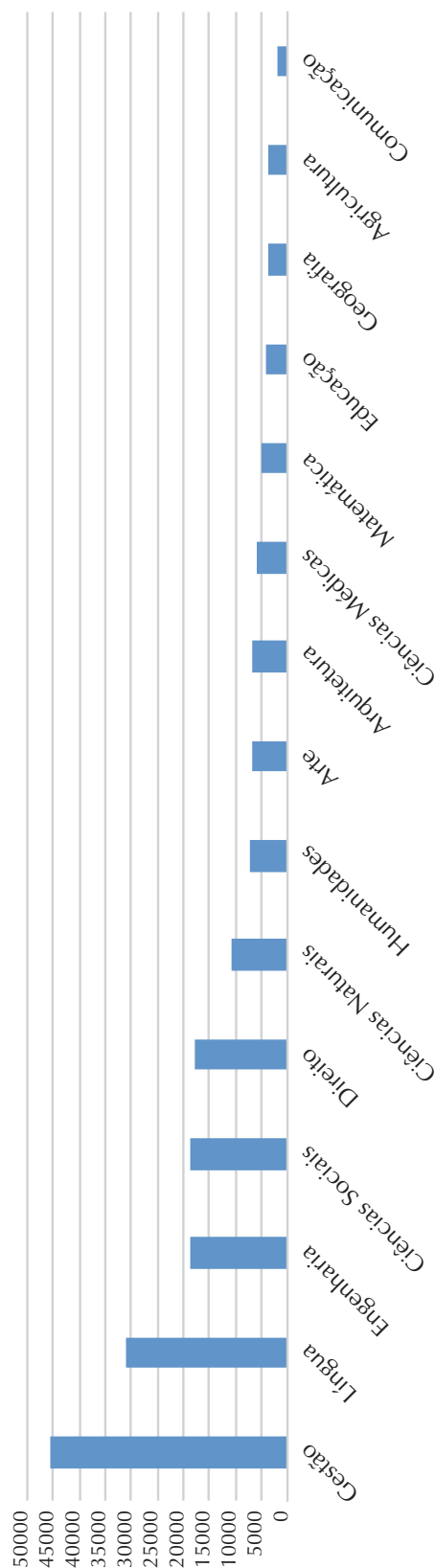
Em Portugal, foram 25 os estudantes que em 1987 beneficiaram deste Programa, sendo que no ano académico 1992/93 as saídas já alcançaram os 1025 estudantes, e no final da primeira fase atingiram 1303, o que representa uma taxa de crescimento média total de 71,86%. Nesta fase de arranque, iria verificar-se a maior taxa média de crescimento, sendo que, nas fases seguintes, essa taxa de crescimento estabiliza, na ordem dos 8,97%, 8,07% e 5,59%, respetivamente para SÓCRATES I, SÓCRATES II e PALV.

Os principais destinos escolhidos pelos estudantes portugueses foram o Reino Unido e a França, mas essa tendência iria rapidamente mudar. A nível dos cursos (Gráfico 9), Gestão

⁵² TEICHLER, Ulrich and MAIWORM, Friedhelm, *The ERASMUS Experience. Major Findings of the ERASMUS Evaluation Research Project*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 1997, pp. 77-79.

⁵³ TEICHLER, Ulrich and MAIWORM, Friedhelm, *The Erasmus experience...*, *op. cit.*, p. 32.

Gráfico 9 – Principais áreas de estudo dos estudantes, 1987-1994



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados recolhidos em TEICHLER, Ulrich e MAIWORM, Friedhelm, *The Erasmus Experience...*, op. cit., p. 37.

e Línguas constituem os dois cursos mais representados a nível europeu (20% dos estudantes), seguidos pelos da Engenharia, das Ciências Sociais e do Direito (menos de 10%)⁵⁴.

Em Portugal, pouco sabemos das áreas de estudo em que os estudantes ERASMUS estavam matriculados nesta primeira fase. A partir da análise de 29 acordos bilaterais nos quais Portugal figurava enquanto país coordenador, verifica-se que as áreas de estudo representadas são a Engenharia e Informática, a Gestão, a Filologia Clássica, a Economia, a Geografia, o Planeamento Urbano e Regional, a Linguística, a Sociologia, a Estatística, o Turismo, a História, a Educação e o Ensino, e o Direito⁵⁵.

As redes de contactos entre universitários foram consagradas no PIC que servia para enquadrar a saída dos estudantes. O Reino Unido, a França e a Alemanha ocuparam um lugar de destaque nesses PIC, facilitando o envio de um número significativo de estudantes desde o início do Programa⁵⁶, dificultando por vezes o alargamento da rede, tanto a nível geográfico como a nível das universidades⁵⁷.

Em Portugal, e dado o atraso acumulado no desenvolvimento da cooperação universitária a nível europeu, a prioridade inicial foi dada ao desenvolvimento das redes através dos PIC enquanto país coordenador e país parceiro. Uma das áreas de estudo para a qual se pretendeu apostar de início foi a

⁵⁴ Os estudantes de Medicina e do Ensino representam menos de 1% dos estudantes a nível europeu. In TEICHLER, Ulrich and MAIWORM, Friedhelm, *The Erasmus experience...*, op. cit., p. 36.

⁵⁵ A partir do relatório: COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES, *Action Scheme for the Mobility of University Students, Erasmus Directory/Répertoire Erasmus, 1989/90*. Bruxelles: Task Force: Human Resources, Education, Training and Youth, 1990, pp. 703-719.

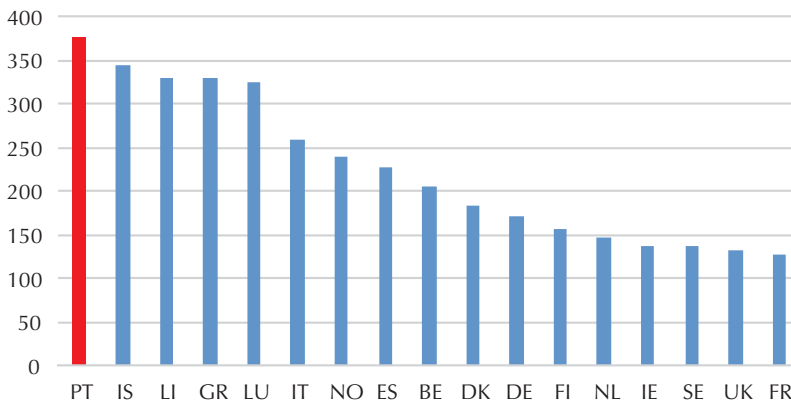
⁵⁶ BOURDON, Muriel, *L'Europe des Universitaires...*, op. cit., pp. 47-125.

⁵⁷ É disso exemplo a Universidade de Grenoble (França) que tem desenvolvido contactos estreitos desde 1960 e 1970 com as universidades italianas e do Reino Unido, ou das universidades francesas fronteiriças que têm desenvolvido contactos com as universidades alemãs. In BALLATORE, Magali et BLOESS, Thierry, «L'autre réalité du programme Erasmus...», op. cit.

área da Engenharia⁵⁸. No ano académico 1989/90, a Universidade Técnica de Lisboa e a Universidade de Coimbra destacavam-se enquanto coordenadores de PIC. Por sua vez, esta última e a Universidade Nova de Lisboa destacavam-se pelo número de parceiros envolvidos. A este respeito, defendia-se justamente que “o aumento considerável no número de PIC sugere um interesse crescente das universidades portuguesas pelo Programa ERASMUS”⁵⁹. Os institutos politécnicos também eram representados pelo Politécnico da Guarda e pelo de Viana de Castelo.

A nível de bolsas, entre 1987 e 1994, os estudantes portugueses e gregos beneficiaram dos valores mais altos comparativamente com os restantes países, de maneira a incentivar as saídas, como se demonstra a seguir.

Gráfico 10 – Valor total médio das bolsas mensais por país de origem, 1987-1995



Fontes: Elaboração própria, baseada nos dados oficiais da Agência Nacional ERASMUS+; e em dados recolhidos em TEICHLER, Ulrich and MAIWORM, Friedhelm, *The ERASMUS Experience...*, op. cit., p. 67 para os anos de 1987 a 1994.

⁵⁸ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. GAERI, *A participação portuguesa no ERASMUS: 1987-1999*. Lisboa: Ministério da Educação, 2000, p.4.

⁵⁹ SILVA, J. Lopes da, «O Programa ERASMUS na Universidade Técnica de Lisboa». In ERASMUS: Boletim de Informação 2/89. Brussels: ERASMUS Bureau, 1989, p. 6. Consultado a 9 de fevereiro de 2017, disponível em: <http://bookshop.europa.eu/>.

Embora tenha sido feito um esforço de majoração das bolsas, nomeadamente no caso português, o valor das bolsas ERASMUS concedidas ainda era considerado a principal dificuldade para a saída, independentemente do país de origem e dos anos de saída. Paradoxalmente, Portugal era apontado pela Comissão Europeia por ter bolsas altas, mesmo que a lógica do país fosse ir buscar mais estudantes e com outro perfil económico, num contexto em que, efetivamente, 90% dos estudantes portugueses saíam apenas com o apoio financeiro da bolsa ERASMUS e da família, o que concorria para a ideia preconcebida de que este era um programa de elites⁶⁰.

Concebido com uma matriz e um ideal inclusivo, e pese a intenção real de alargar o leque dos beneficiários a estudantes oriundos de todos os estatutos socioeconómicos e não somente de um meio educativo privilegiado, nos primeiros anos de execução do Programa efetivamente o nível de escolaridade e de rendimento dos pais dos estudantes ERASMUS era considerado como médio-alto⁶¹. Dados referentes ao ano académico 1990/91 mostram que 35% dos pais desses estudantes possuíam uma licenciatura, sendo que essa percentagem era maior nos países em que a massificação do ensino superior ocorreu nas décadas anteriores à implementação do ERASMUS: a Bélgica atingiu os 48%, o Reino Unido 45%, a Dinamarca 22% e os Países Baixos 28% do nível de instrução superior dos pais.

Porém, a maioria dos estudantes ERASMUS tem pais que completaram somente o ensino obrigatório. Em Portugal, e dado os atrasos acumulados na alfabetização, na democratização e na massificação do ensino superior, a percentagem de pais detentores de uma licenciatura era baixa. Por outro lado, o nível de rendimento desses pais era considerado alto pelos estudantes ERASMUS portugueses⁶².

⁶⁰ Entrevista a Madalena Martins.

⁶¹ TEICHLER, Ulrich and MAIWORM, Friedhelm, *The ERASMUS Experience...*, op. cit., pp. 71-72.

⁶² 50% dos entrevistados situam o nível de rendimento acima da média, quando a média europeia é de 41%; 46% confirmam um rendimento médio e

Portugal, à semelhança dos seus congêneres europeus, tinha um período médio de espera nos processos de decisão de concessão das bolsas à volta dos oito meses, o seu valor era geralmente apontado como principal fator impeditivo à saída em todos os países, problema que, em Portugal, não era compensado então com a oferta de bolsas alternativas.

Para além das dificuldades logísticas e financeiras à participação neste Programa, nesta fase foram também referidas outras questões, tais como a deficiente divulgação do Programa junto dos estudantes; o enquadramento dos estudantes com vista à sua estadia no estrangeiro, nomeadamente através de cursos de língua; ou de apoio institucional para encontrar um alojamento a preço acessível nos países onde o custo de vida era superior ao português. Ao problema do alojamento, que era considerado o problema mais importante e mais difícil de resolver – numa época em que não existiam as facilidades atuais (nomeadamente as fornecidas pela internet) –, apontava-se a dificuldade em compreender o sistema de arrendamento de casas, em arranjar um alojamento a um preço acessível para um período de estadia muito curto, a falta de oferta ou a baixa qualidade do alojamento, e em comunicar na língua do país de acolhimento. Perante a dificuldade em encontrar alojamento, as universidades procuraram dar um apoio extra aos estudantes, ao disponibilizarem quartos em residências universitárias, o que, nessa fase do programa, levaria a que 61% dos estudantes vivessem em residências universitárias⁶³.

Os estudantes ERASMUS podem frequentar um curso de aprendizagem da língua, que pode ser realizada no país de origem (75% dos estudantes apostavam numa preparação linguística pelos seus próprios meios) e/ou no país de acolhimento. As aulas têm sido essencialmente dadas na língua

13% abaixo da média, sendo que os estudantes gregos e irlandeses têm uma taxa maior de pais com rendimentos baixos. In TEICHLER, Ulrich and MAIWORM, Friedhelm, *The ERASMUS Experience...*, op. cit., p. 40.

⁶³ TEICHLER, Ulrich and MAIWORM, Friedhelm, *The ERASMUS Experience...*, op. cit., p. 92.

do país de acolhimento. Tendo como referência o ano académico 1989/90, 65% das aulas dadas pelos parceiros institucionais dos PIC foram exclusivamente ministradas na língua do país de acolhimento; 23% parcialmente na língua do país de acolhimento; e 12% noutra língua.

Embora haja um respeito pela diversidade linguística, destacam-se cinco línguas principais na categoria das mais faladas, que são também, de resto, as mais ensinadas no ensino secundário: o Inglês (40-41%), o Francês (22%), o Alemão (15-17%), o Espanhol (8-10%), o Italiano (7%), e 6-5% para as restantes línguas⁶⁴.

Para além das diferenças entre o ensino público e o privado, uma das grandes complexidades remetia para o sistema variado de ciclos ou de níveis de formação⁶⁵, dificultando o reconhecimento dos diplomas a nível europeu. Para além desta situação, a liberdade de escolha das disciplinas pelos estudantes – inserida num dos princípios de descoberta de novos métodos e de novos conhecimentos que norteia o programa ERASMUS –, dificultava ao mesmo tempo a uniformização dos diplomas a nível europeu e a aceitação do período de estudo fora como sendo parte integrante do curso. Essa ambiguidade refletia-se na preparação da estadia na instituição de

⁶⁴ TEICHLER, Ulrich and MAIWORM, Friedhelm, *The ERASMUS Experience...*, *op. cit.*, pp. 88-89.

⁶⁵ Destacam-se vários sistemas europeus: 1) O sistema *one tier* correspondia a um ciclo de estudos de cinco ou seis anos, que termina com uma tese e permite o acesso ao doutoramento. Este sistema é aplicado na Alemanha, na Áustria, na Itália, em Espanha, na Grécia, na Países Baixos, na Suíça, na Rússia e na generalidade dos países da Europa de Leste e da Europa Central; 2) O sistema *two tier* era constituído por dois ciclos com aquisição de dois graus diferentes, o bacharelato e o mestrado. Este sistema era aplicado no Reino Unido, na Irlanda, na Dinamarca, na Islândia, na Suécia, na Finlândia, na Bélgica e na Noruega. Em paralelo a estes dois sistemas, a França, a Bélgica francófona e Portugal destacavam-se por um sistema próprio, organizado em três graus pré-doutorais, divididos em Portugal pelo bacharelato, pela licenciatura e pelo mestrado. In AMORIM, Fernando, «O sistema europeu de transferência de créditos (ECTS)». In *Janus*, 2006, pp. 3-4.

acolhimento, uma vez que é dada à maioria dos estudantes a liberdade de escolha, enquanto 39% das aulas são determinadas ainda na instituição de origem.

De facto, muitos dos estudantes preferem frequentar cadeiras que a instituição de origem não oferece. No ano académico 1990/91, 2/3 dos estudantes frequentavam cadeiras que não eram reconhecidas no país de origem; 1/2 dos estudantes aproveitava para abrir os horizontes culturais, tirando cursos noutras línguas e experimentando novas metodologias de ensino; e, finalmente, 1/5 desenvolviam uma nova área de especialização.

No regresso, os estudantes viam-se sujeitos ao prolongamento do curso para finalizar a licenciatura, variando segundo o curso. Os estudantes em Comunicação e Informação (60%), em Direito (60%) e em Ciências Sociais (57%) anteciparam o prolongamento que, em média, correspondia a mais de metade do tempo de estudo fora⁶⁶. A maioria dos estudantes acabava o curso poucos anos depois de fazer ERASMUS: 77% três anos depois e 94% cinco anos após. Os estudantes portugueses eram os estudantes que demoravam mais tempo a validar o grau de licenciatura (sete anos), ao contrário dos ingleses (três anos e nove meses) e dos franceses (quatro anos)⁶⁷.

No cômputo geral, nesta primeira fase do programa ERASMUS, no que diz respeito aos resultados e aos efeitos sobre a criação de uma consciência europeia nos estudantes, ficou demonstrado que existiu uma preocupação mais direccionada para um questionamento sobre si próprio e sobre a descoberta de uma realidade social e cultural diferente⁶⁸.

Em 1995, o programa ERASMUS integrou oficialmente o programa SÓCRATES I. Este Programa, numa tentativa de abarcar várias áreas, procurava estimular a mobilidade estu-

⁶⁶ TEICHLER, Ulrich and MAIWORM, Friedhelm, *The ERASMUS Experience...*, op. cit., p. 119.

⁶⁷ TEICHLER, Ulrich and MAIWORM, Friedhelm, *The ERASMUS Experience...*, op. cit., p. 142.

⁶⁸ BOURDON, Muriel, *L'Europe des Universitaires...*, op. cit., p. 198.

dantil e do pessoal docente, desenvolver os currículos, os programas intensivos e o Sistema Europeu de Transferência de Créditos Académicos (SETCA). Mais especificamente, o programa SÓCRATES devia responder a duas ações principais: a ajuda às universidades para atividades de dimensão europeia e a descentralização da concessão das bolsas de mobilidade para os estudantes. O PIC seria substituído pelo Contrato Institucional, que consagrava a cooperação entre a Comissão Europeia e as universidades, e devia estabelecer uma estratégia europeia coerente. Tal visava alterar a estrutura de administração do programa SÓCRATES para a centralização da gestão do intercâmbio, assegurar o desenvolvimento da rede universitária e criar redes temáticas entre universidades, de forma a caminhar para a uniformização dos programas universitários a nível europeu. Neste sentido, foram criados serviços de Relações Internacionais nas instituições públicas assim como agências nacionais, que teriam a incumbência de gerir o Programa nos respetivos países. Em Portugal, a primeira agência nacional, como foi referido acima, foi criada em 1996, inserida no Gabinete dos Assuntos Europeus e Relações Internacionais do Ministério da Educação, e com a tarefa de promover ações associadas à difusão de informação e à formação sobre o SETCA.

A passagem do ERASMUS para o SÓCRATES não foi, todavia, simples, uma vez que “o ERASMUS já tinha adquirido uma alma e uma imagem própria”, acabando o novo Programa por ser “um peso para uma área que já vivia por si, tinha a sua própria lógica e dinâmica e do ponto de vista da gestão não foi fácil”⁶⁹, nem em Portugal nem nos outros Estados, o que foi aliás reconhecido pela própria Comissão Europeia.

Para além da criação deste Programa, e dada a experiência da fase de arranque da mobilidade estudantil, várias ações foram determinadas de maneira a se poder responder aos objetivos estabelecidos pela Comissão Europeia e corrigir as

⁶⁹ Entrevista a Madalena Martins.

fragilidades identificadas na primeira fase, sobretudo relacionadas com as dificuldades linguísticas e financeiras e com a falta de diversificação dos destinos dos estudantes⁷⁰.

Finalmente, convém referir a importância da adesão dos países da Europa Central e de Leste (os antigos países da União Soviética, Chipre e Malta) ao ERASMUS em 1998/99, adesão essa que veio contribuir para a massificação e para a diversificação das redes de contacto entre universidades e para a mobilidade estudantil em geral. Com este alargamento do número de Estados participantes, Portugal não ficou para trás.

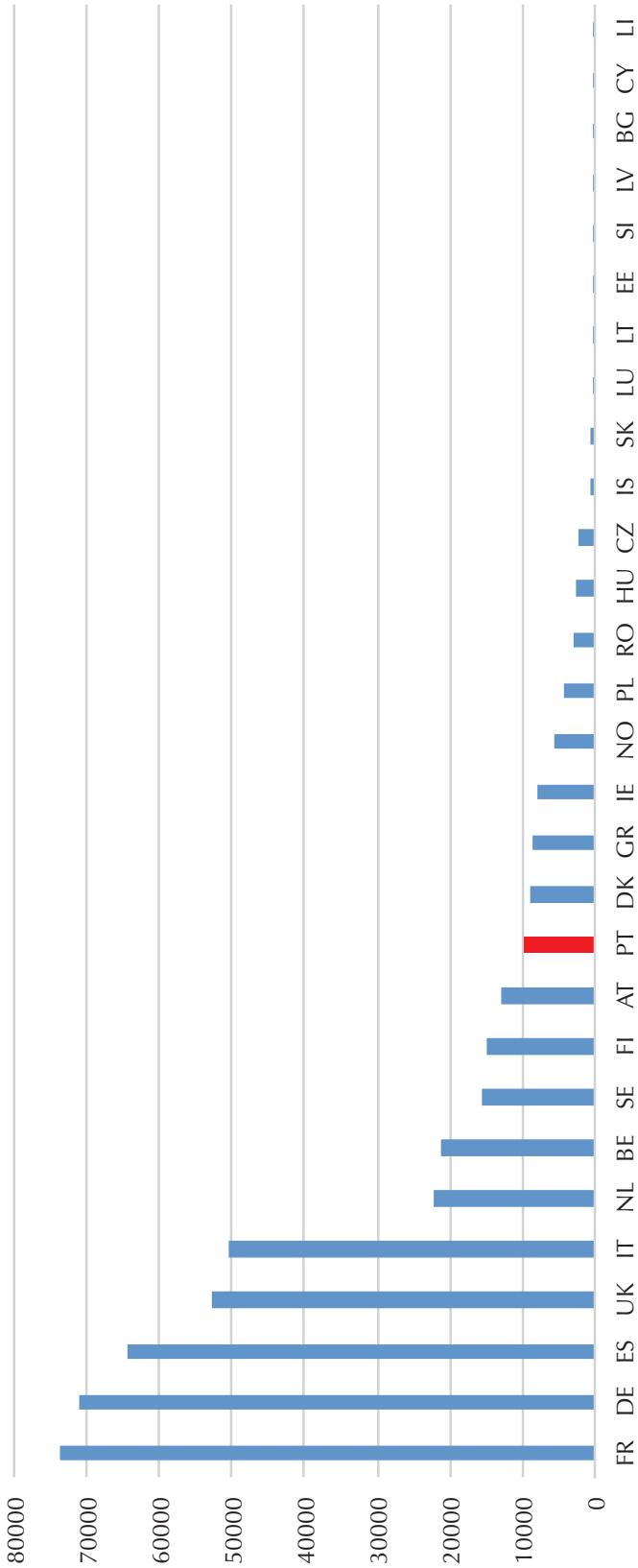
Durante a fase do SÓCRATES I, o fluxo de mobilidade a nível europeu esteve em constante subida, verificando-se, no entanto, um momento de declínio, que foi, todavia, interrompido pelo alargamento do Programa aos países da Europa Central e de Leste. O trio Alemanha-França-Reino Unido manteve-se como o principal emissor e recetor de estudantes, embora se tenha verificado uma diminuição das entradas no Reino Unido e o surgimento da Espanha e da Suécia como novos grandes países emissores (sobretudo a primeira) e recetores (gráficos 11 e 12). Se, em 1988/89, este triângulo agregava 62% dos estudantes, numa década esta atração diminuiu para 49% em 1997/98. Neste sentido, este triângulo de países, mais a Itália e a Espanha, devem ser considerados como os principais países emissores de estudantes ERASMUS durante esta fase⁷¹. Em relação aos países da Europa Central e Oriental, a Roménia, a Hungria e a República Checa iniciam as suas primeiras experiências na mobilidade estudantil ERASMUS também nesta fase.

Em Portugal, as saídas anuais aumentaram progressivamente a ritmos variados. No ano académico 1995/96 saíram 1609 estudantes, número em diminuição em relação ao ano

⁷⁰ TEICHLER Ulrich (ed.), *Erasmus in the Socrates Programme...*, *op. cit.*, pp. 19-20.

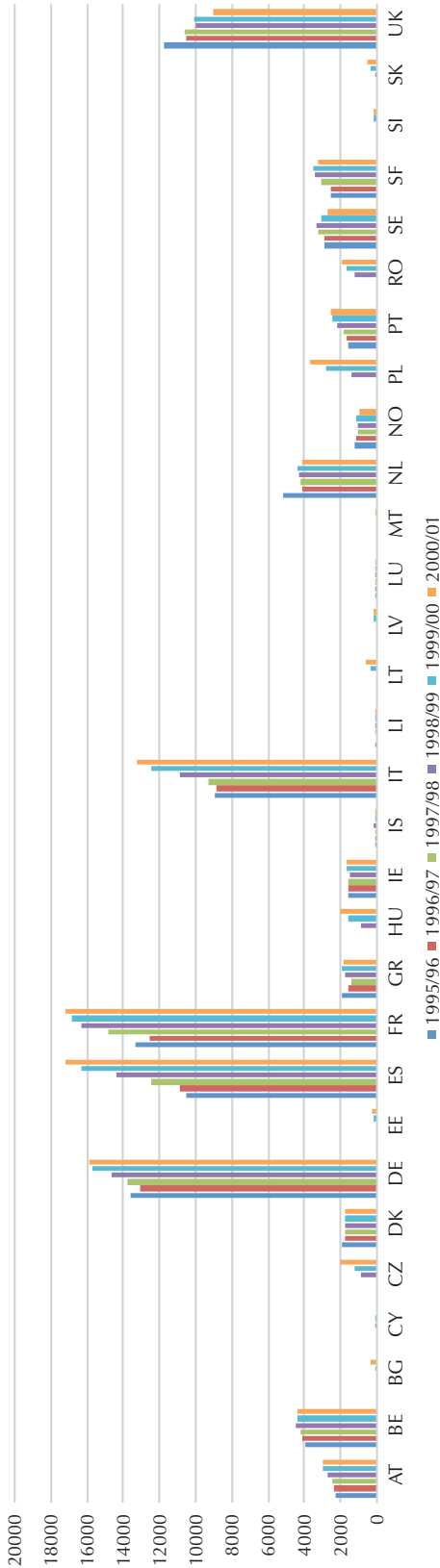
⁷¹ GONZÁLEZ, Carlos Rodríguez, MESANZA, Ricardo Bustillo and MARIEL, Petr, «The determinants of international student...», *op. cit.*, p. 417.

Gráfico 11 – Saída total de estudantes por país de origem, 1995-2000



Fontes: Elaboração própria, baseada nos dados recolhidos em EUROPEAN COMMISSION, *On the way to Erasmus+...*, op. cit., pp. 216-217; EUROPEAN COMMISSION, *Erasmus. Facts, Figures & Trends...*, op. cit., p. 31.

Gráfico 12 – Evolução da saída de estudantes por ano e por país de origem, 1995-2000

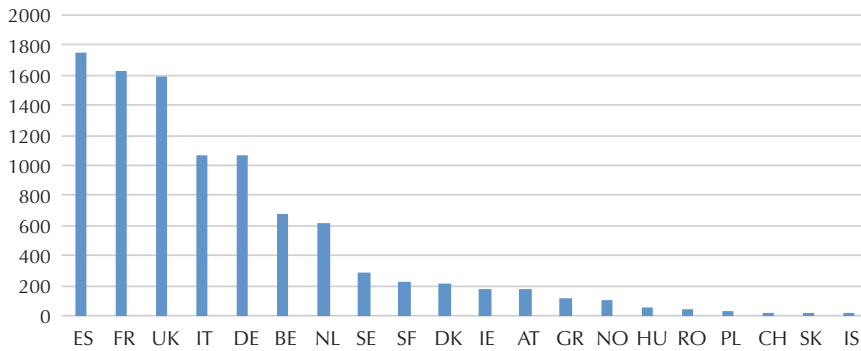


Fontes: Elaboração própria, baseada nos dados recolhidos em EUROPEAN COMMISSION – *On the way to Erasmus+...*, op. cit., pp. 216-217; EUROPEAN COMMISSION, *Erasmus. Facts, Figures & Trends...*, op. cit., p. 31.

1994/95, para voltar a subir para 2174 saídas em 1998/99, e para chegar a 2472 em 1999/2000⁷².

No período de 1995/2000, a Espanha, a França e o Reino Unido destacaram-se como os principais países de atração para os estudantes portugueses (Gráfico 13), embora para este último se note uma descida; a Itália e a Alemanha figuram logo atrás; seguidas pela Bélgica e Países Baixos; enquanto a Áustria, a Dinamarca, a Irlanda, a Suécia e a Finlândia conservaram um fluxo estável. Os países da Europa de Leste – Hungria, Polónia e República Checa – desde o ano académico 1998/99 passaram também a receber alguns estudantes portugueses.

Gráfico 13 – Total das saídas dos estudantes portugueses por país de destino, 1995-2000



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados oficiais da Agência Nacional ERASMUS+

Em 1998/99, a Espanha, a França, a Itália, o Reino Unido e a Alemanha absorberam 74% do fluxo de estudantes portugueses com uma representação maioritária de mulheres (60% das saídas em 1998/99)⁷³. A frequentar sobretudo a licenciatura (85% do total das saídas em 1998/99), a idade média

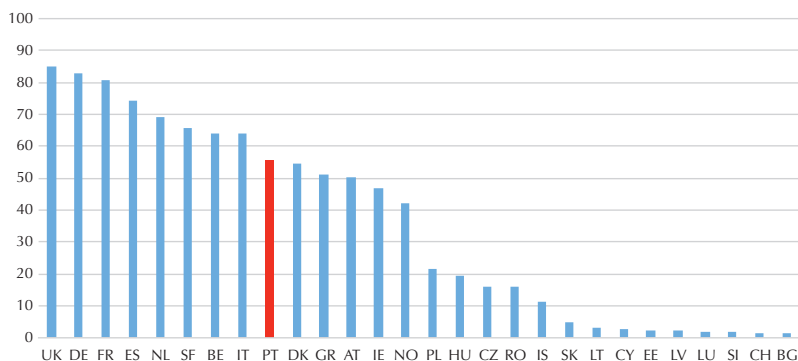
⁷² Dados da Agência Nacional ERASMUS+.

⁷³ MAIWORM, Friedhelm and TEICHLER, Ulrich, «The Students' Experience». In *Erasmus in the Socrates Programme...*, op. cit., p. 85.

dos estudantes manteve-se nos 21-22 anos, com uma estadia média de seis meses. Embora se procurasse, a nível da gestão do Programa, “um equilíbrio entre os países de destino, a realidade, no fundo, contrariava-o, uma vez que os estudantes têm preferências”⁷⁴. Mesmo assim – e na atualidade – continuam a existir situações em que a escolha do país não é feita por opção, mas decorrente de outros fatores, nomeadamente de um processo administrativo que corre menos bem e que obriga o estudante a procurar um país de destino e uma faculdade alternativos⁷⁵, ou por preferência de um professor⁷⁶.

A partir de 1997/98, o número de contratos institucionais aprovados foi de 1479 para esse ano, 1629 em 1998/99, e 1764 em 1999/2000. As instituições francesas, alemãs e inglesas continuavam a ter a maior participação nos Contratos Institucionais como instituições parceiras (Gráfico 14).

Gráfico 14 – Contratos Institucionais por país, em %, 1997-2000



Nota: Embora não constem do Gráfico, no Liechtenstein e em Malta a percentagem de contratos institucionais foi de, respetivamente, 0,2% e de 0,1%.
Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados recolhidos em TEICHLER Ulrich (ed.), *Erasmus in the Socrates Programme...*, op. cit., p. 33.

⁷⁴ Entrevista a Madalena Martins.

⁷⁵ Entrevista a José Quesado.

⁷⁶ Entrevista a Raquel Alecrim – antiga estudante de Tradução, vertente Português/Inglês e Francês, fez ERASMUS na Universidade de Southampton, no Reino Unido, no ano letivo 2008/09 –, realizada em Lisboa, a 21 de março de 2017.

Portugal pertencia ao grupo dos países que coordenava menos Contratos Institucionais, juntamente com a Bulgária, a Finlândia, a França, a Áustria, a Dinamarca e o Reino Unido. Em contrapartida, as instituições belgas, espanholas, gregas, islandesas e norueguesas possuíam o maior número na coordenação desses contratos. Os Contratos Institucionais liderados pelas instituições portuguesas incluíam vários parceiros institucionais, destacando-se a França (17,7%), a Espanha (17,2%) e o Reino Unido (12,8%), que representavam os principais países de destino dos estudantes portugueses. Em segundo lugar, a Bélgica (8,7%) e a Alemanha (8,1%); em terceiro, a Itália (6,5%) e os Países Baixos (5,2%)⁷⁷.

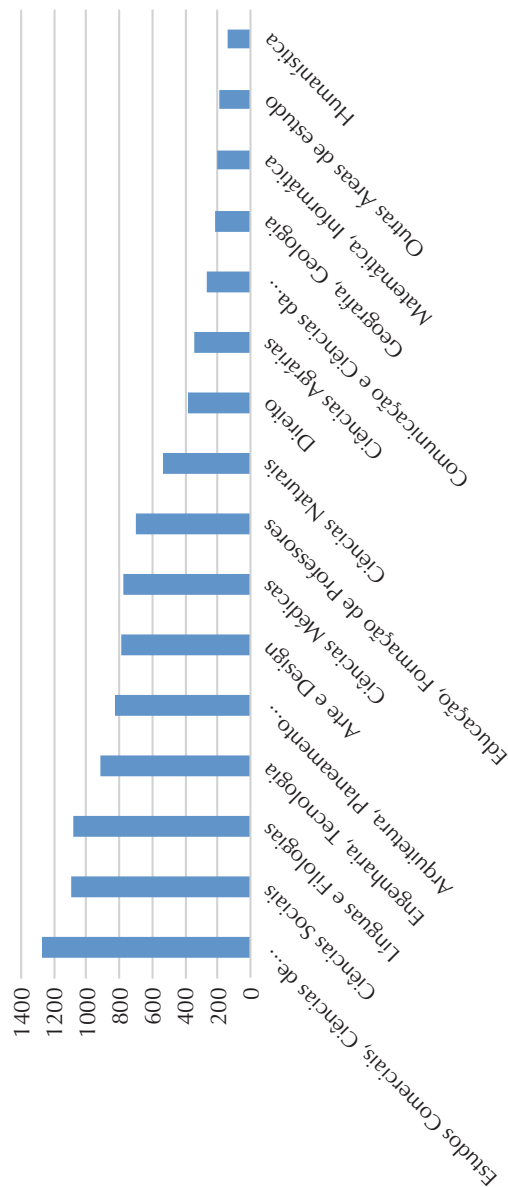
A nível dos cursos, a Gestão (20,36%), as Línguas e a Filologia (14,94%) e as Ciências Sociais (11,8%) continuavam a ser os principais fornecedores de estudantes a nível europeu. No entanto, verificou-se um alargamento das áreas de estudo, nomeadamente para as Ciências Médicas, sendo que Portugal seguiu essa tendência, que se viria a acentuar nos anos seguintes. A partir da análise dos dados estatísticos da Agência Nacional, as áreas de estudo que predominavam em Portugal no período de 1995/96 a 1999/2000 (gráficos 15 e 16) são: Gestão; Ciências Sociais; Línguas e Filologias; Engenharia, Tecnologia; Arquitetura, Planeamento Urbanístico e Regional; Arte e Design; Ciências Médicas; e Educação, Formação de Professores.

Em comparação com a fase de arranque, as áreas de estudo a que pertencem os estudantes foram-se diversificando, verificando-se, para determinadas áreas, uma tendência para a estagnação (cursos de Arquitetura e de Arte e Design) ou para o aumento (Ciências Médicas) das saídas.

Embora seja de difícil validação, os estudantes ERASMUS em geral continuavam a pertencer sobretudo

⁷⁷ MAIWORM, Friedhelm, «Participation in ERASMUS: Figures and Patterns». In *Erasmus in the Socrates Programme...*, op. cit., p. 33.

Gráfico 15 – Total das áreas de estudo dos estudantes portugueses, 1995-2000



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados oficiais da Agência Nacional ERASMUS+

Gráfico 16 – Evolução da saída dos estudantes portugueses por área de estudo, 1995-2000



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados oficiais da Agência Nacional ERASMUS+

a uma classe média-alta⁷⁸. Porém, verificou-se uma maior percentagem de estudantes oriundos da classe média e baixa do que na fase de arranque. Os resultados de um inquérito realizado pela Comissão Europeia em 1998/99, que identificava a origem socioeconómica dos estudantes no programa ERASMUS, evidenciaram que nos países com baixo Produto Interno Bruto (PIB) como a Eslovénia, a Espanha e Portugal, os estudantes tinham maior dificuldade em realizar a estadia no estrangeiro, porque as despesas eram maiores nos países com PIB elevado⁷⁹. A origem socioeconómica dos pais determinava então o tipo de estudantes que participavam no Programa, sendo que os países europeus economicamente mais pobres, como Portugal, enviavam para o estrangeiro estudantes oriundos de um meio socioeconómico alto. Até 2006, ainda se confirmava a participação, a nível europeu, de uma grande proporção de estudantes filhos de executivos, profissionais liberais e técnicos superiores (38%), titulares de uma licenciatura (60%)⁸⁰.

O valor da bolsa média mensal total para este período (Gráfico 17) diminuiu em relação aos anos anteriores e continuou a representar uma percentagem reduzida dos custos adicionais e das despesas totais (1/2 e 1/5 respetivamente)⁸¹. As diferenças entre países a este respeito mantiveram-se.

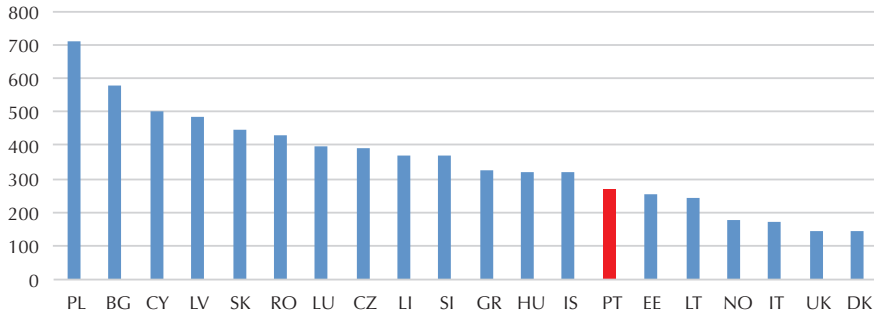
⁷⁸ MAIWORM, Friedhelm and TEICHLER, Ulrich, «The Students' Experience». In *Erasmus in the Socrates Programme...*, op. cit., p. 87.

⁷⁹ Sobre as motivações dos estudantes espanhóis e da importância dos fatores socioeconómicos, ver também: HERRERO, Pilar Pineda, ANDRÉS, María Victoria Moreno e PONS, Esther Belvis, «La movilidad de los universitarios en España: estudio sobre la participación en los programas Erasmus y Sicue». In *Revista de Educación*, 346, Mayo-agosto 2008, pp. 363-399.

⁸⁰ OTERO, Manuel Souto, «The socio-economic background of Erasmus students...», pp. 146-147.

⁸¹ TEICHLER, Ulrich (ed.), *Erasmus in the Socrates Programme...*, op. cit., p. 94.

Gráfico 17 – Valor total médio das bolsas mensais por país de origem, 1995-2000

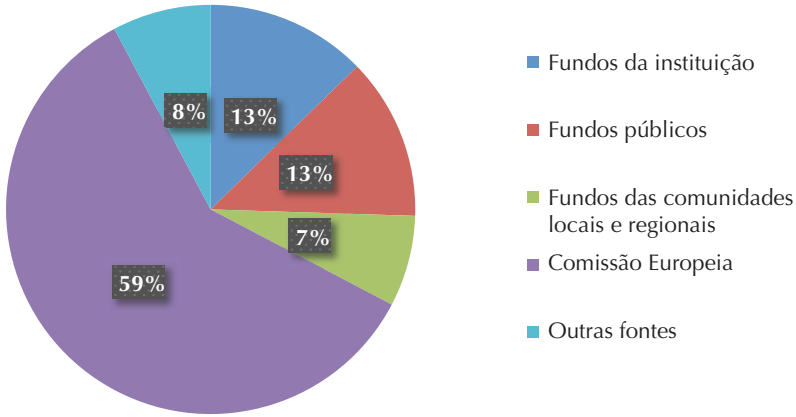


Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados oficiais da Agência Nacional ERASMUS+

Com a entrada de países da Europa Central e de Leste, e de acordo com a política europeia de incentivo às saídas, as bolsas com o valor mais alto foram atribuídas à Polónia, seguida pela Bulgária e por Chipre. Os países da antiga CEE e da EFTA concederam as bolsas com o valor mais baixo. Embora o valor das bolsas tenha diminuído desde o início do Programa, Portugal continuava a conceder bolsas com um valor significativo e acima da média europeia.

Ainda na esfera do financiamento, foram encetadas algumas iniciativas para que fossem oferecidas bolsas complementares⁸², suportadas por diversas instituições. A partir de um inquérito realizado a mais de 1500 instituições europeias do ensino superior, tendo como referência o ano académico 1997/98 (gráficos 18 e 19), das 875 que responderam, concluiu-se que o financiamento europeu constituía a principal fonte de financiamento (59%) em comparação com o financiamento nacional global (41%).

⁸² Ver, nomeadamente, ERASMUS Newsletter 3/89. Brussels: ERASMUS Bureau, 1989, p. 14. Consultado a 9 de fevereiro de 2017, disponível em: <https://bookshop.europa.eu/>

Gráfico 18 – Apoios financeiros por entidade, em %, 1997-1998

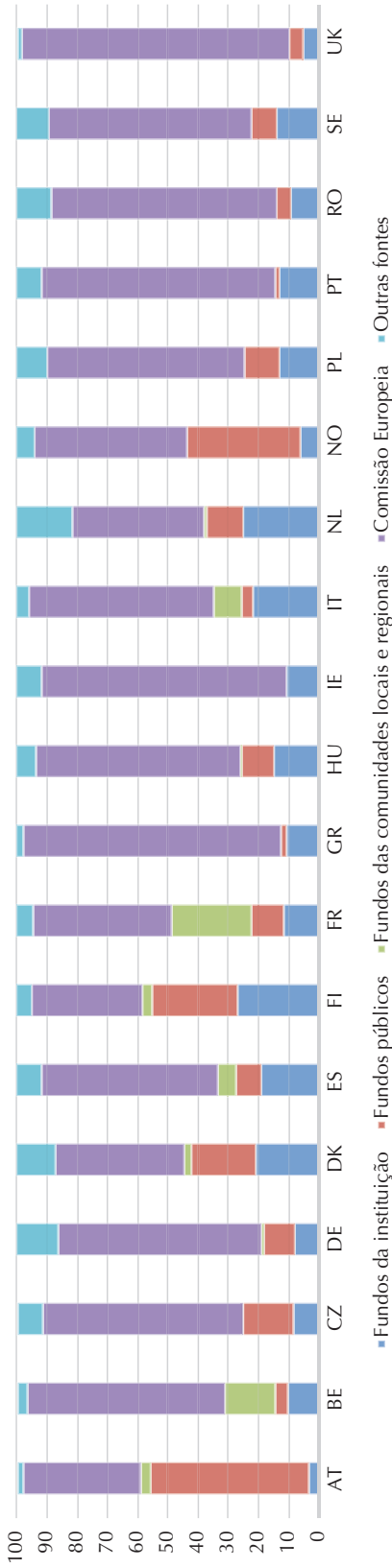
Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados recolhidos em TEICHLER, Ulrich (ed.), *Erasmus in the Socrates Programme...*, op. cit., p. 65.

De facto, nem todos os países europeus disponibilizavam os mesmos apoios e com os mesmos valores. Se o apoio atribuído pela Comissão Europeia diferia segundo o país, esse apoio podia ser compensado pela disponibilização de apoios a nível nacional. Por exemplo, a Áustria destacava-se pelo baixo valor do apoio da Comissão Europeia e pelo apoio significativo dado pelos fundos públicos. A Finlândia, a Noruega e a Dinamarca seguiam o mesmo padrão da Áustria. Por outro lado, a França e a Bélgica destacavam-se pelo financiamento disponibilizado pelas comunidades regionais e locais. Finalmente, um conjunto de países – Reino Unido, Grécia, Portugal e Irlanda – apoiavam-se essencialmente no financiamento comunitário.

No caso específico de Portugal, o apoio nacional vem sobretudo das universidades (13,2%), sendo que a Universidade de Aveiro era apontada como sendo uma das universidades portuguesas a disponibilizarem bolsas complementares nos anos 90⁸³.

⁸³ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. GAERI, *A participação portuguesa no ERASMUS...*, op. cit., pp.19-20.

Gráfico 19 – Origem do apoio financeiro por país, em %, 1997-1998



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados recolhidos em TEICHLER, Ulrich (ed.), *Erasmus in the Socrates Programme...*, op. cit., p. 65.

Embora efetivamente se tenham verificado algumas melhorias, os problemas identificados desde o início do ERASMUS mantiveram-se, nomeadamente no que concerne aos trâmites administrativos (tempo de espera para os pedidos de bolsa, orientação sobre o programa académico da instituição de acolhimento), às questões financeiras, ao alojamento, ao reconhecimento dos diplomas e às transferências dos créditos, embora nesta fase o envolvimento universitário, incluído em Portugal, no projeto ECTS (European Credit Transfer System; Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos, em língua portuguesa) já fosse maior⁸⁴.

Os resultados do inquérito referido acima demonstraram uma melhoria geral na percentagem dos reconhecimentos da estadia no estrangeiro (82%) assim como uma diminuição do tempo de prolongamento esperado pelos estudantes (55%). A Finlândia possuía a taxa mais alta de prolongamento do tempo e a França a taxa mais baixa (24%). Os estudantes portugueses, por sua vez, tinham a maior taxa de reconhecimento dos diplomas (96%) e encontravam-se abaixo da média europeia quanto ao tempo de prolongamento dos estudos (50%)⁸⁵.

Os estudantes mantiveram a prática inicial de frequentar cadeiras diferentes das oferecidas pela sua instituição de origem. O principal fator que impossibilitava uma plena integração nos cursos relacionava-se com o domínio da língua, pelo que se registou uma ligeira diminuição das aulas dadas na língua oficial do país de acolhimento, embora ainda fosse então a norma. A utilização de uma segunda língua (o Inglês) foi aumentando enquanto única língua do curso (de 4% em

⁸⁴ Destaca-se o envolvimento das universidades portuguesas no desenvolvimento do ECTS (46% das universidades em 1998) e na participação em projetos de redes temáticas (51 instituições portuguesas em 1998). In MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. GAERI, *A participação portuguesa no ERASMUS...*, op. cit., pp.15-16.

⁸⁵ MAIWORM, Friedhelm and TEICHLER, Ulrich, «The Students' Experience», op. cit., pp. 108-110.

1990/91 para 11% em 1998/99) e enquanto segunda língua (de 21% para 24%).

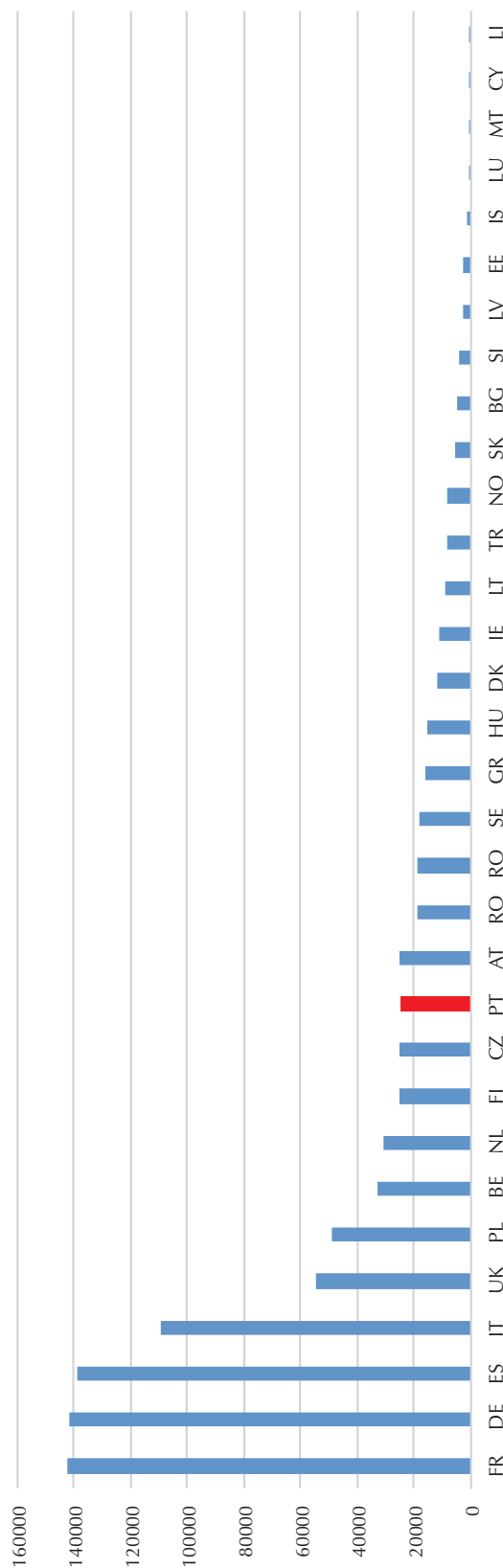
Em 2000, arrancou um novo programa para um período de sete anos. Marcado pela internacionalização da universidade europeia, o programa SÓCRATES II definia-se pelo esforço de reformar o ensino superior, caracterizado pela sua uniformização através do processo de Bolonha e pela promoção da aprendizagem e pela formação ao longo da vida. Por outro lado, este período foi marcado por um novo alargamento do programa a novos países europeus, incluindo a Turquia. Em 2002, 30 países europeus já beneficiavam do programa SÓCRATES II.

Durante esta fase, a Espanha, a França e a Alemanha continuavam a ser os principais países emissores (gráficos 20 e 21) e recetores dos estudantes ERASMUS. A Itália e o Reino Unido seguiam estes três países, sendo que este último foi ultrapassado pela Polónia no ano académico 2003/04. Os restantes países europeus caracterizavam-se pela estabilidade das saídas durante este período, à exceção da Turquia a partir de 2006.

Portugal também tem valores de saída estáveis durante o programa SÓCRATES II. A Espanha e a Itália afirmaram-se como os dois principais destinos dos estudantes portugueses, seguidos pela França e pela Alemanha (Gráfico 22). Em contrapartida, a Estónia, a Lituânia e a Islândia quase não receberam qualquer estudante português. A proximidade geográfica, a facilidade da língua e a afinidade cultural são apontadas como as principais motivações que levam os estudantes portugueses a escolher a Espanha como principal país de destino⁸⁶. Olhando para a evolução por ano e por país de destino, verificamos um aumento constante das saídas para Espanha, Itália e Países Baixos, assim como para a Bélgica. De salientar

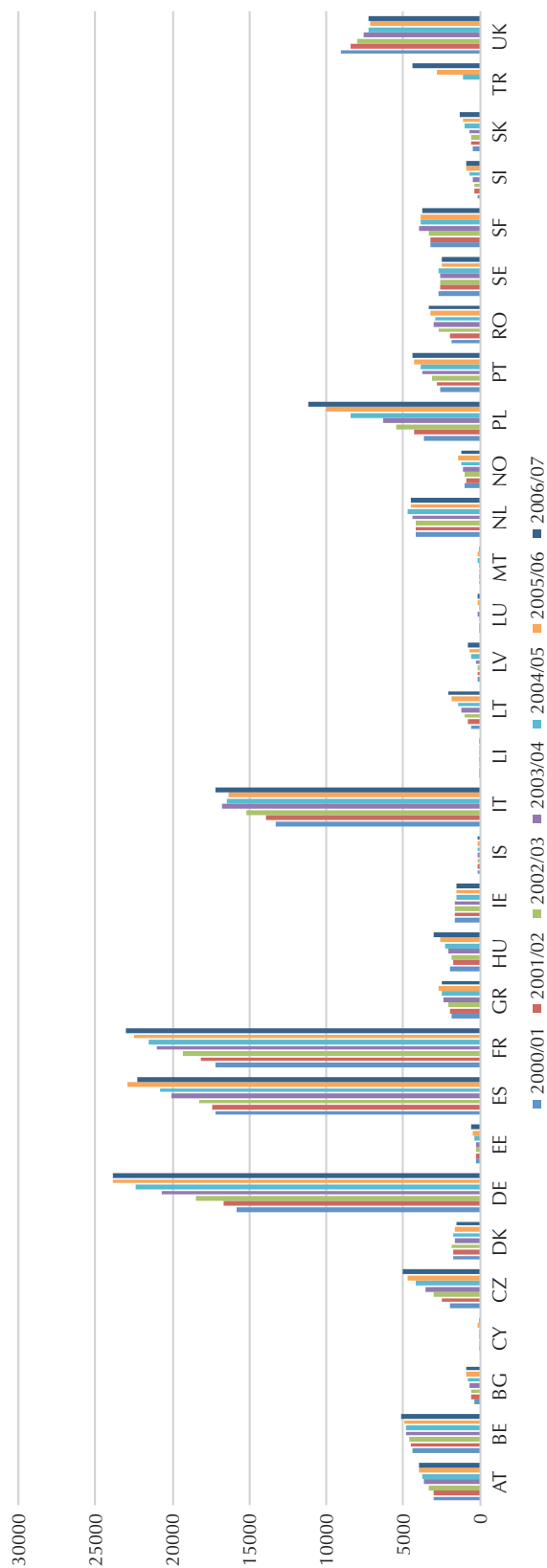
⁸⁶ AGÊNCIA NACIONAL SÓCRATES E LEONARDO DAVINCI, *Estudo sobre a Evolução da Acção. Programa Sócrates 2000-2004*. Lisboa: Agência Nacional Sócrates e Leonardo da Vinci, 2005, p. 39.

Gráfico 20 –Saída total de estudantes por país de origem, 2000-2007



Fontes: Elaboração própria, baseada nos dados recolhidos em EUROPEAN COMMISSION, *On the way to Erasmus+ A Statistical Overview of the Erasmus Programme in 2012-13*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2015, pp. 216-217; EUROPEAN COMMISSION, *Erasmus. Facts, Figures & Trends. The European Union support for student and staff exchanges and university cooperation in 2013-2014*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2015, p. 31.

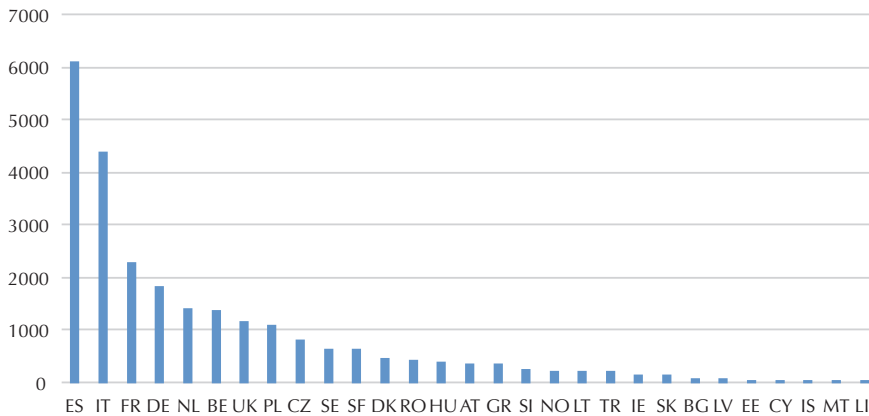
Gráfico 21 –Evolução da saída de estudantes por ano e por país de origem, 2000-2007



Fontes: Elaboração própria, baseada nos dados recolhidos em EUROPEAN COMMISSION, *On the way to Erasmus+ A Statistical Overview of the Erasmus Programme in 2012-13*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2015, pp. 216-217; EUROPEAN COMMISSION, *Erasmus. Facts, Figures & Trends. The European Union support for student and staff exchanges and university cooperation in 2013-2014*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2015, p. 31.

igualmente o aumento constante das saídas para alguns países ex-membros da EFTA (Suécia e Finlândia) e para os países da Europa Central e de Leste (República Checa, Hungria, Lituânia, Polónia, Roménia, Eslovénia, Eslováquia, Letónia). Pelo contrário, as saídas começaram a diminuir para a França, a Alemanha e o Reino Unido.

Gráfico 22 – Total das saídas dos estudantes portugueses por país de destino, 2000-2007



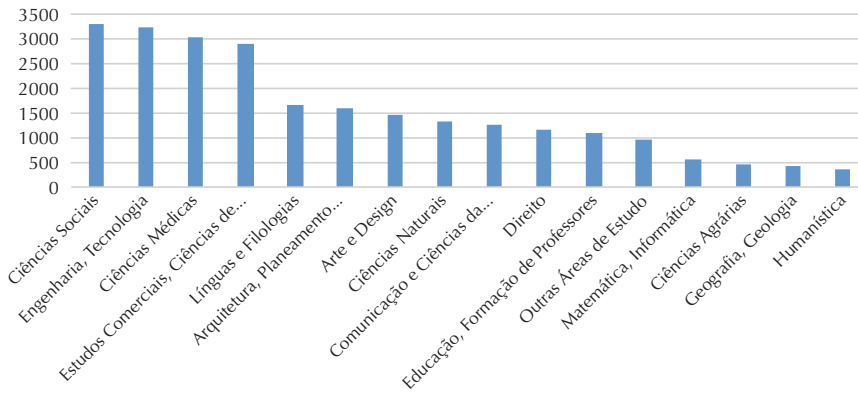
Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados oficiais da Agência Nacional ERASMUS+

De 2000/01 a 2006/07, as três principais áreas de estudo a nível europeu e em relação aos anos anteriores mantiveram-se: Gestão e Ciências Sociais (30-32%); Artes, Humanidades e Línguas (23-25%) e Engenharia e Arquitetura (13-15%). Outras áreas de estudo, como o Direito (6,6-7,9%), as Ciências Médicas (4,8-5,7%), as Ciências Naturais (3,6-4,1%), a Educação (3,1-3,7%), a Matemática e Informática (2-3,4%), mantiveram-se estáveis⁸⁷.

⁸⁷ A partir de 2000, as áreas de estudo são reagrupadas da seguinte forma: Gestão e Ciências Sociais; Artes, Humanidades e Línguas; Engenharia e Arquitetura. As áreas de estudo de Direito, Ciências Médicas, Ciências Naturais, Educação, Matemática e Informática mantêm-se.

No caso português, destacaram-se quatro áreas de estudo principais: as Ciências Sociais, a Engenharia e Tecnologia, as Ciências Médicas e os Estudos Comerciais e Gestão (gráficos 23 e 24). Ao invés, a Matemática e Informática, as Ciências Agrárias, a Geografia e Geologia, e as Humanidades constituíam as áreas de estudo menos representadas nas saídas. Se agregarmos as áreas supracitadas, sobressaíam a Gestão e Ciências Sociais (25%), Arquitetura e Engenharia (18%), Artes, Humanidades e Línguas (14%) e as Ciências Médicas (12%)⁸⁸.

Gráfico 23 – Total das áreas de estudo dos estudantes portugueses, 2000-2007

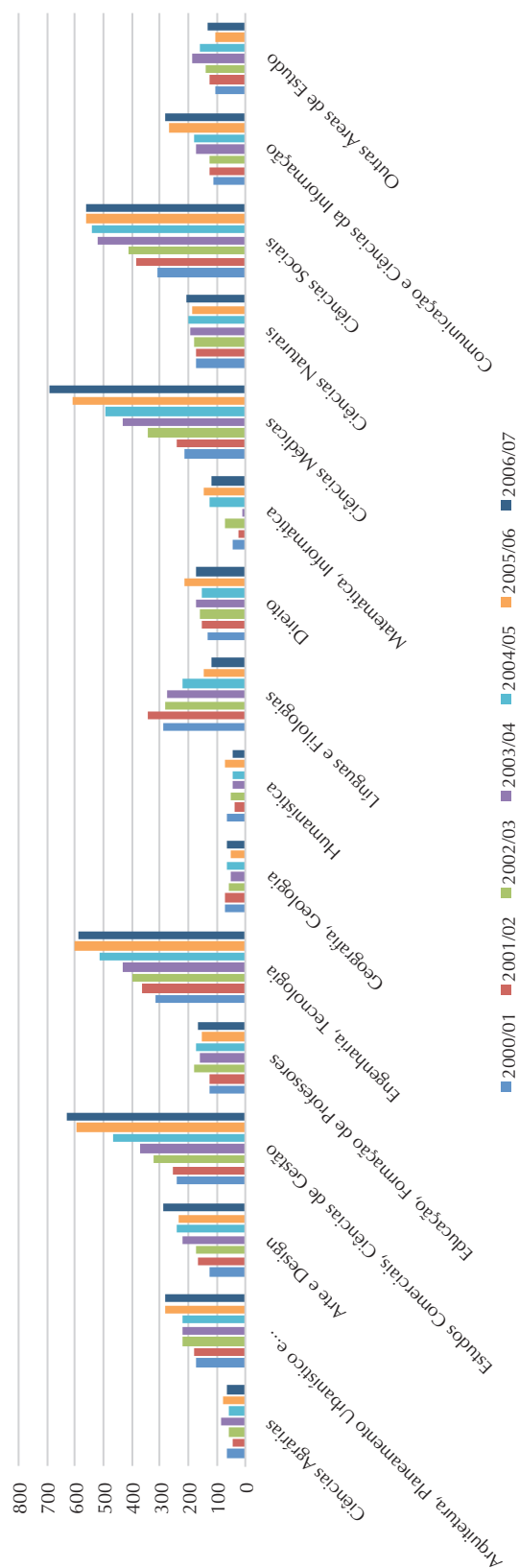


Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados oficiais da Agência Nacional ERASMUS+

A partir de 1997, as Ciências Médicas conquistaram uma maior representatividade e conseguiram atingir o nível das tradicionais áreas de estudo durante a vigência do SÓCRATES II. Por outro lado, convém também referir o dinamismo da área da Engenharia e Tecnologia, sempre em ascensão desde os

⁸⁸ De seguida, as Línguas e Filologia e Arquitetura; Arte e Design; e, por fim, as Ciências Naturais; Comunicação e Ciências da Informação; Direito; Educação.

Gráfico 24 – Evolução da saída dos estudantes portugueses por ano e por área de estudo, 2000-2007

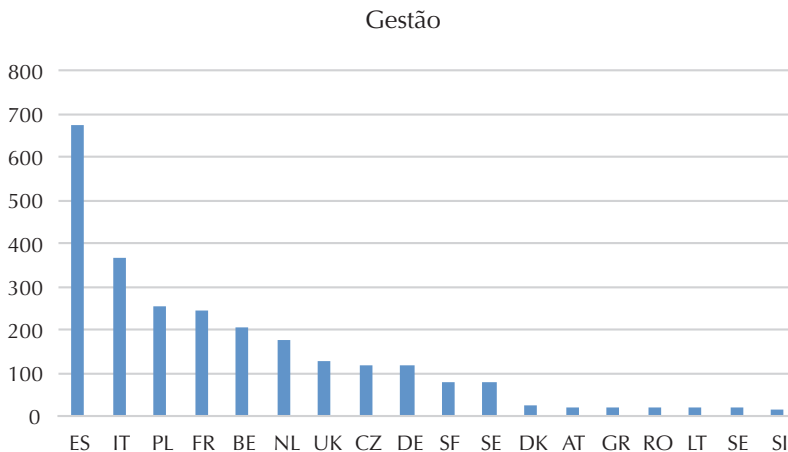


Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados oficiais da Agência Nacional ERASMUS+

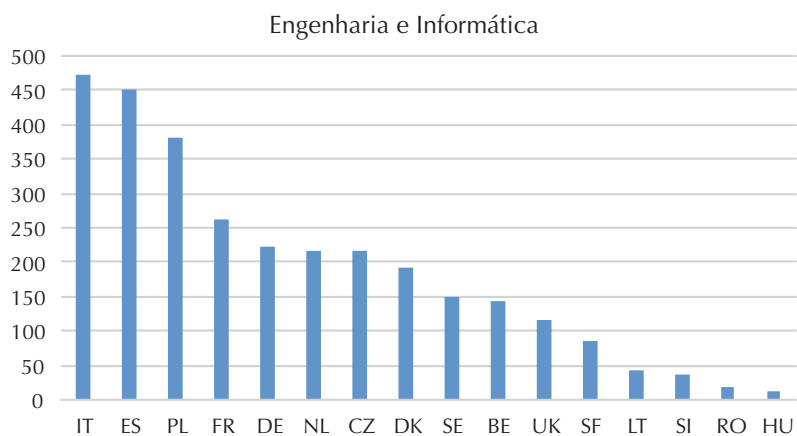
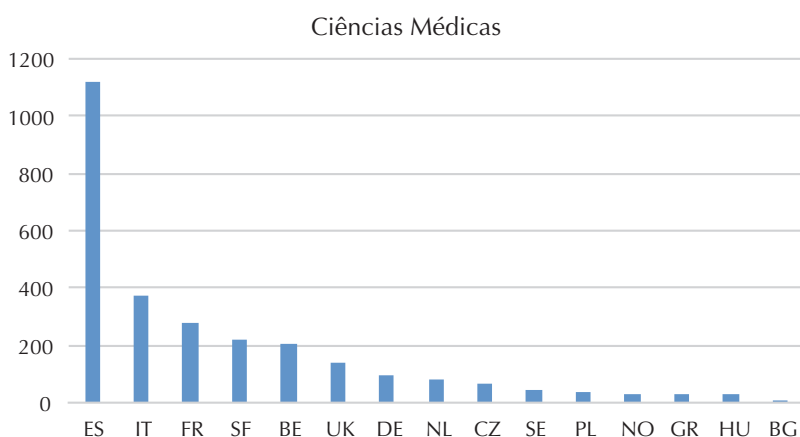
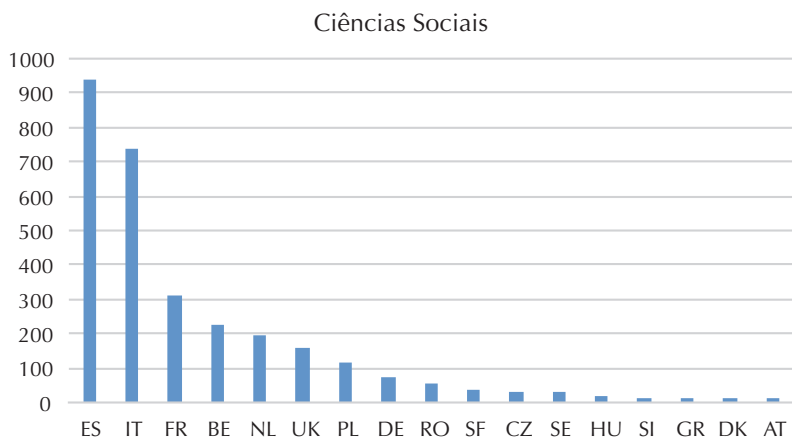
anos 2000. O curso de Línguas e Filologia iniciou uma queda a partir de 2001, enquanto Direito, Arte e Design, Arquitetura, Planeamento Urbanístico e Regional, Ciências Naturais, Comunicação e Ciências da Informação, mantiveram um aumento pouco significativo.

Cruzando as quatro principais áreas de estudo (Ciências Sociais; Engenharia e Tecnologia; Ciências Médicas; Gestão) e o destino dos estudantes portugueses (gráficos 25, 26, 27 e 28), verificamos que existem diferenças no destino conforme a área. Se, na área das Ciências Sociais e da Gestão, a Espanha e a Itália se destacavam como principal país de destino⁸⁹, na Engenharia verificava-se uma diversidade de destinos. Embora se distingam três países principais (Espanha, Itália e Polónia), a França, a Alemanha, os Países Baixos, a República Checa e a Dinamarca também atraem estudantes portugueses

Gráficos 25, 26, 27 e 28 – Total da saída dos estudantes portugueses por país de destino nas áreas de Gestão, Ciências Sociais, Ciências Médicas, e Engenharia e Informática 2000-2007

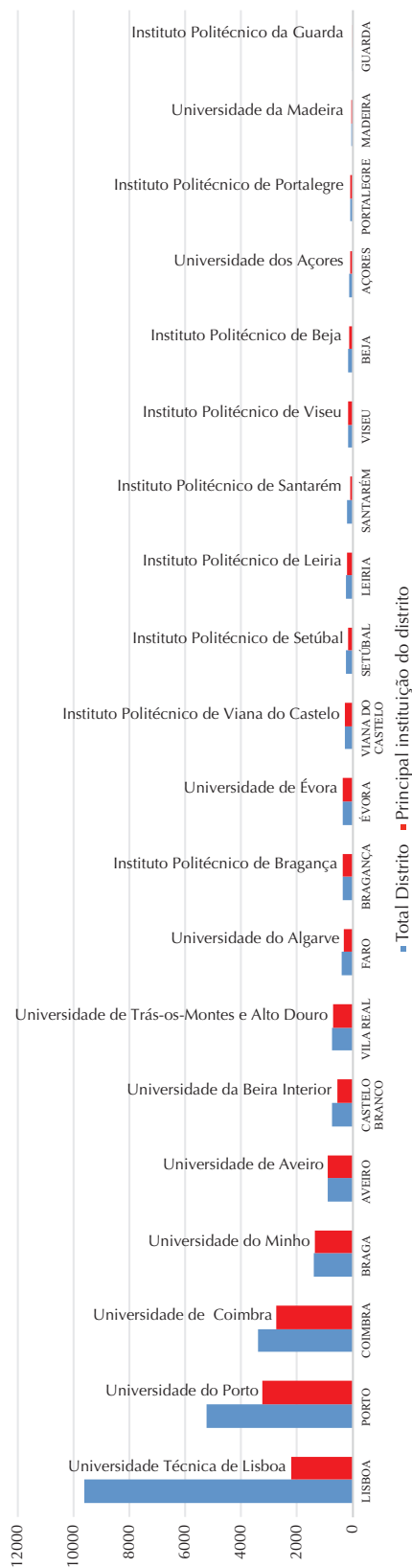


⁸⁹ Os destinos mantiveram-se iguais a partir do terceiro país.



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados oficiais da Agência Nacional ERASMUS+

Gráfico 29 – Saída total dos estudantes portugueses por distrito, 2000-2007

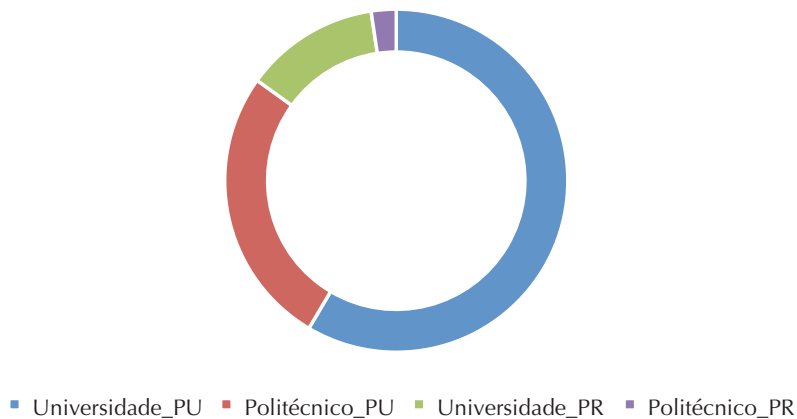


Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados oficiais da Agência Nacional ERASMUS+

de Engenharia, pelo que podemos concluir que a rede universitária de contactos foi sendo alargada e consolidada nesta área de estudo desde os anos 90, uma vez que agrega países pioneiros do ERASMUS, países da EFTA e países da Europa Central e de Leste. No caso das Ciências Médicas, a Espanha predominava como destino principal, seguida, de longe, pela Itália, França, Finlândia e Bélgica.

A nível nacional, a Universidade do Porto distinguiu-se claramente das restantes universidades e dos politécnicos, nomeadamente da Universidade de Coimbra que era, no início do programa ERASMUS, a principal universidade fornecedora de estudantes. Este estatuto foi sendo adquirido ao longo dos anos 90, sendo que a Universidade de Coimbra surgia em segundo lugar, e duas universidades de Lisboa – a Universidade Técnica de Lisboa e a Universidade Nova de Lisboa – ocupavam o terceiro lugar (Tabela 1). Uma análise ao distrito em que estão localizadas as instituições do ensino superior, permite evidenciar

Gráfico 30 – Participação total das instituições portuguesas de ensino superior, em %, 2000-2007



Nota: PU = Pública; PR = Privada

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados oficiais da Agência Nacional ERASMUS+

uma grande representação do distrito de Lisboa, seguido pelo distrito do Porto e pelo de Coimbra. Estes dados confirmam, assim, que são os grandes polos universitários do país que fornecem a maioria dos estudantes ERASMUS (gráficos 29 e 30).

Por outro lado, as universidades destacavam-se como as instituições de ensino superior portuguesas mais dinâmicas no envio de estudantes face aos institutos politécnicos que têm, todavia, feito um grande esforço de captação de estudantes não só nos grandes polos estudantis do litoral, mas também na zona do interior, norte e sul.

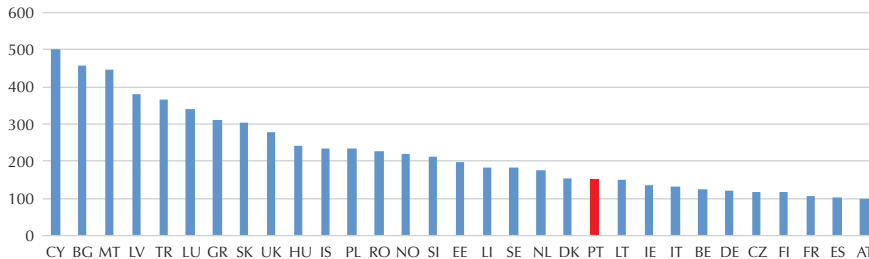
Tabela 1 – «Top 5» das saídas de estudantes nas universidades e nos institutos politécnicos, 2000-2007

| Universidades | Institutos Politécnicos |
|--------------------------------|-----------------------------------|
| Universidade do Porto | Intituto Politécnico do Porto |
| Universidade de Coimbra | Instituto Politécnico de Lisboa |
| Universidade Técnica de Lisboa | Instituto Politécnico de Coimbra |
| Universidade Nova de Lisboa | Instituto Politécnico de Bragança |
| Universidade de Lisboa | Intituto Politécnico de Leiria |

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados oficiais da Agência Nacional ERASMUS+

A nível das bolsas concedidas pela Comissão Europeia, e dado o alargamento do Programa aos países da Europa Central e de Leste e à Turquia – países com maior número de saídas registado –, o valor das mesmas tem vindo a diminuir (é o caso, por exemplo, da Espanha e da França, com valores médios respetivamente de 104€ e de 107€). Pelo contrário, os países recentemente aderentes ao Programa recebiam as bolsas com o valor mensal mais elevado, como é o caso do Chipre, da Bulgária e de Malta, com um valor médio total cada de 400-500€, como se indica no Gráfico 31. Portugal

Gráfico 31 – Valor total médio das bolsas mensais por país de origem, 2000-2007



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados oficiais da Agência Nacional ERASMUS+

recebia um valor médio mensal total de 177€, o que continuava acima da média europeia (147€)⁹⁰.

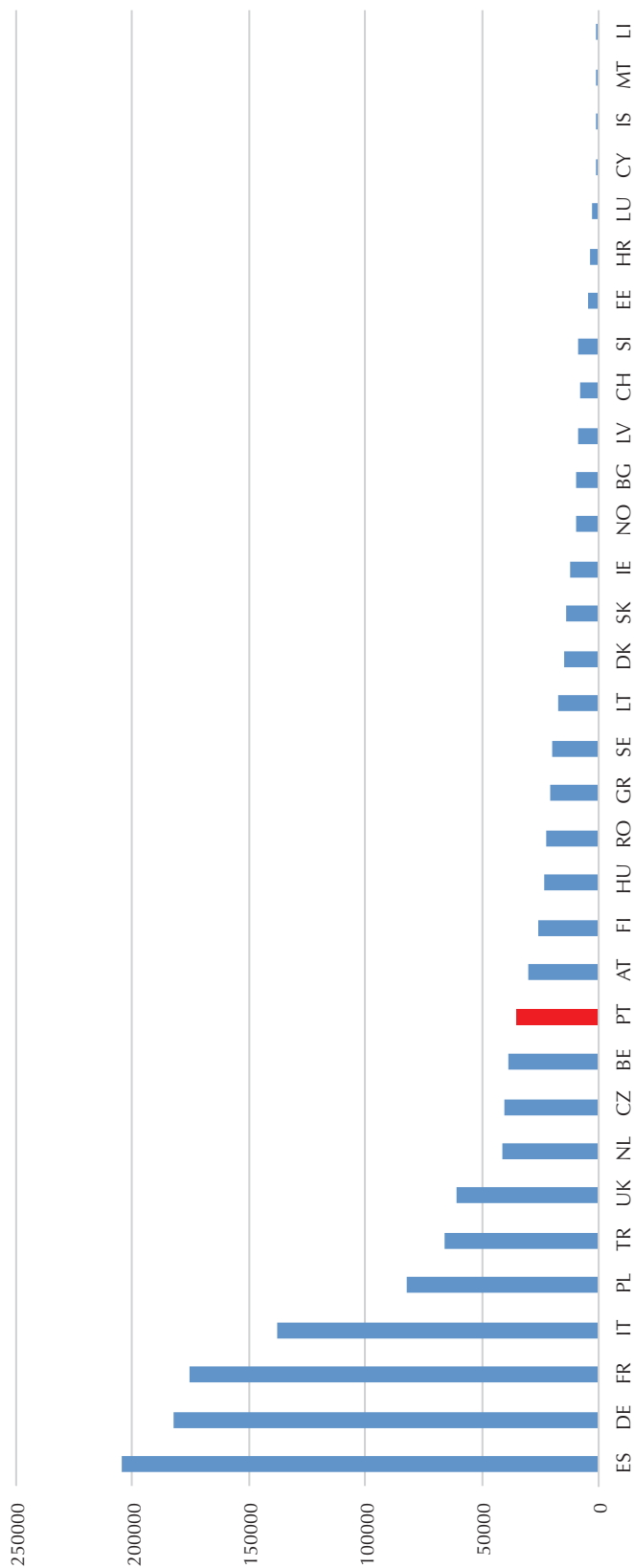
Porém, e olhando para a evolução do valor mensal das bolsas desde 2000 até 2007, confirma-se uma flutuação deste valor. Esta lógica de distribuição díspar do valor das bolsas está, aliás, em consonância com o *modus operandi* da UE, em que quem tem mais recebe menos e quem tem menos recebe mais.

Com o final do SÓCRATES II, iniciou-se um novo ciclo de programação e de financiamento, para o período 2007-2013, então designado de Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida – PALV. Tendo como premissa básica – e tal como o próprio nome indica – a aprendizagem ao longo da vida, este programa continuava a destinar-se, na senda dos anteriores, a promover a cooperação, o intercâmbio e a mobilidade entre as universidades europeias. O ERASMUS integrava o PALV como um dos seus programas sectoriais.

No decurso do PALV, verificou-se uma curva ascendente a nível geral, no que concerne ao número de estudantes que

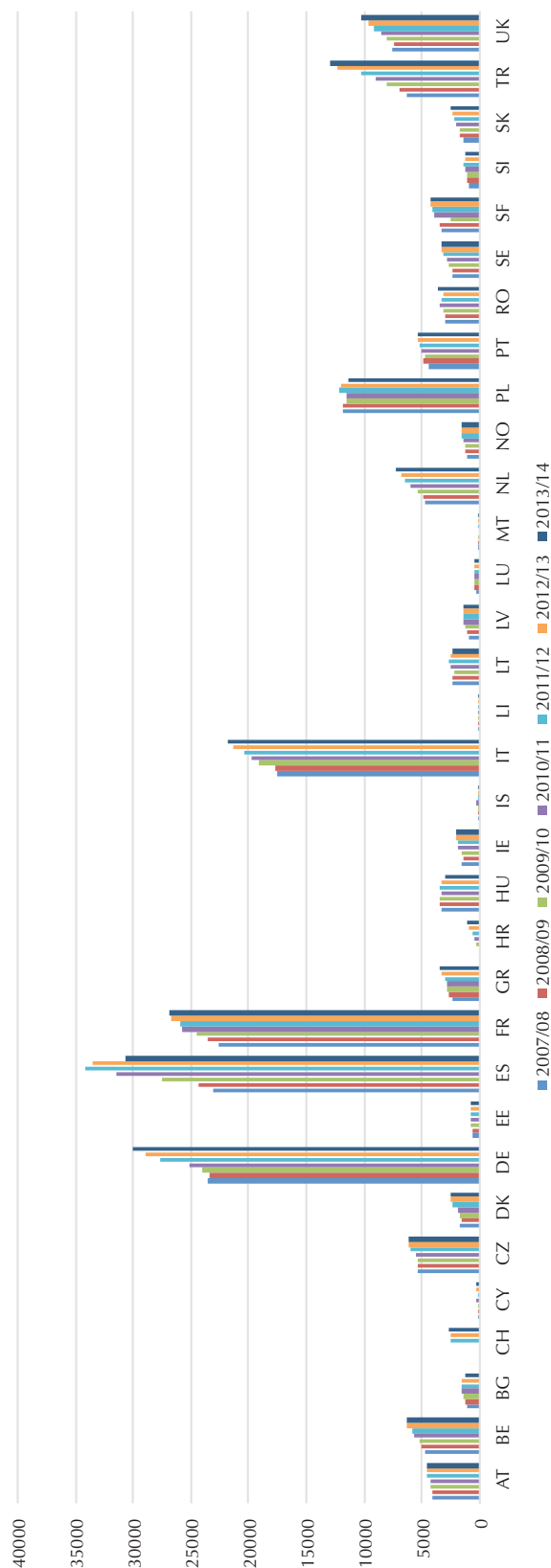
⁹⁰ EUROPEAN COMMISSION, *Statistical overview of the Implementation of the Decentralised Actions in the Erasmus Programme in 2007/2008*. Brussels: European Commission, 2009, p. 42.

Gráfico 32 – Saída total de estudantes por país de origem, 2007-2014



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados recolhidos em EUROPEAN COMMISSION, *On the way to Erasmus+ A Statistical Overview of the Erasmus Programme in 2012-13*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2015, pp. 216-217; EUROPEAN COMMISSION, *Erasmus. Facts, Figures & Trends. The European Union support for student and staff exchanges and university cooperation in 2013-2014*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2015, p. 31.

Gráfico 33 – Evolução da saída de estudantes por ano e por país de origem, 2007-2014



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados recolhidos em EUROPEAN COMMISSION, *On the way to Erasmus+ A Statistical Overview of the Erasmus Programme in 2012-13*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2015, pp. 216-217; EUROPEAN COMMISSION, *Erasmus. Facts, Figures & Trends. The European Union support for student and staff exchanges and university cooperation in 2013-2014*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2015, p. 31.

participaram no ERASMUS. A Espanha seria, até 2014, o principal país emissor de estudantes ERASMUS, seguida pela França, Alemanha, Itália e pela Polónia (gráficos 32 e 33), países com o maior número de estudantes em proporção da sua respetiva população. À exceção da Polónia, esses países constituíam também paralelamente os principais países recetores de estudantes.

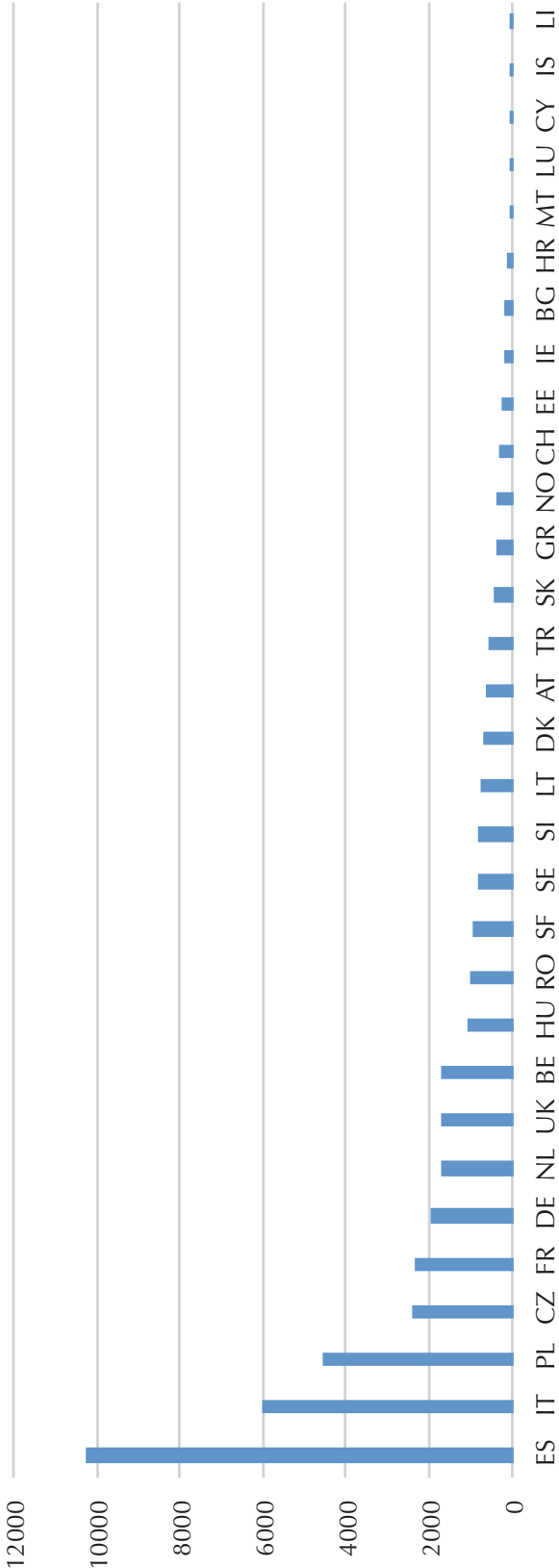
Em Portugal, as saídas seguiram a tendência geral. De 5000 estudantes em 2008, ultrapassaram os 7000 em 2012, mas voltaram a diminuir ligeiramente no final do Programa. Pela primeira vez, Portugal registou uma *décalage* significativa entre as entradas e as saídas de estudantes a partir do ano académico 2007/08 com valores de entrada muito superiores aos de saída. No ano académico 2011/12, 5269 estudantes portugueses fizeram ERASMUS, enquanto o país recebeu 8087 estudantes estrangeiros.

De 2007/08 a 2013/14, a Espanha manteve-se como o principal país de destino dos portugueses, seguido pela Itália e Polónia. Ao mesmo tempo, alterou-se a restante ordem de preferência dos destinos, sendo de destacar a República Checa em quarto lugar, a França em quinto, seguidas pelos países recetores tradicionais (Alemanha, Países Baixos, Reino Unido e Bélgica). Os países da EFTA, da Europa Central e de Leste ocuparam as últimas posições. Os países menos atrativos para Portugal foram Malta, Luxemburgo, Chipre, Islândia e Liechtenstein, como se verifica no Gráfico 34.

A partir do ano académico 2007/08, a Agência Nacional adotou uma nova classificação das áreas de estudo, agregando as Ciências Sociais, a Gestão e o Direito numa só área. Os dados oficiais disponíveis impossibilitam desagregar o número de saídas por áreas de estudo, tal como conhecidas anteriormente. A mesma situação também se aplica para a área de Engenharia que inclui, a partir de 2007, as Indústrias transformadoras e a Construção.

Para o período em análise (2007/14), a nível europeu, Ciências Sociais, Gestão e Direito foi a área de estudo mais

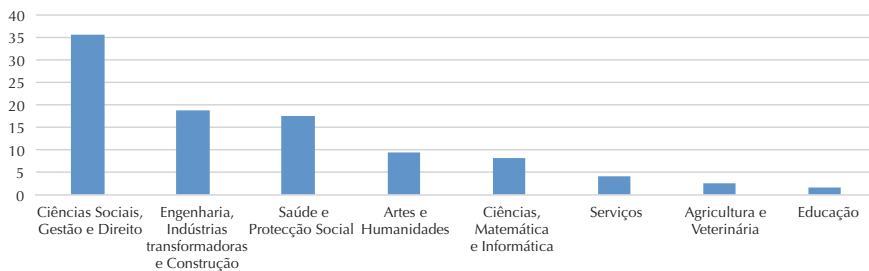
Gráfico 34 – Total das saídas dos estudantes portugueses por país de destino, 2007-2014



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados oficiais da Agência Nacional ERASMUS+

representativa (30–40%), seguida pelas Artes e Humanidades, que estiveram em constante aumento (20–30%), e pela Engenharia (12–16%). As áreas menos representadas (abaixo dos 10%) foram a Ciência, Matemática e Informática, a Educação e a Saúde e Proteção Social. Em Portugal, Ciências Sociais, Gestão e Direito foi também a principal área de estudo dos estudantes portugueses (35%), seguida pela Engenharia, Indústrias transformadoras e Construção (19%) e pela Saúde e Proteção Social (18%). Contrariamente à tendência europeia, as Artes e Humanidades situam-se abaixo dos 10% no país, como se verifica nos gráficos seguintes.

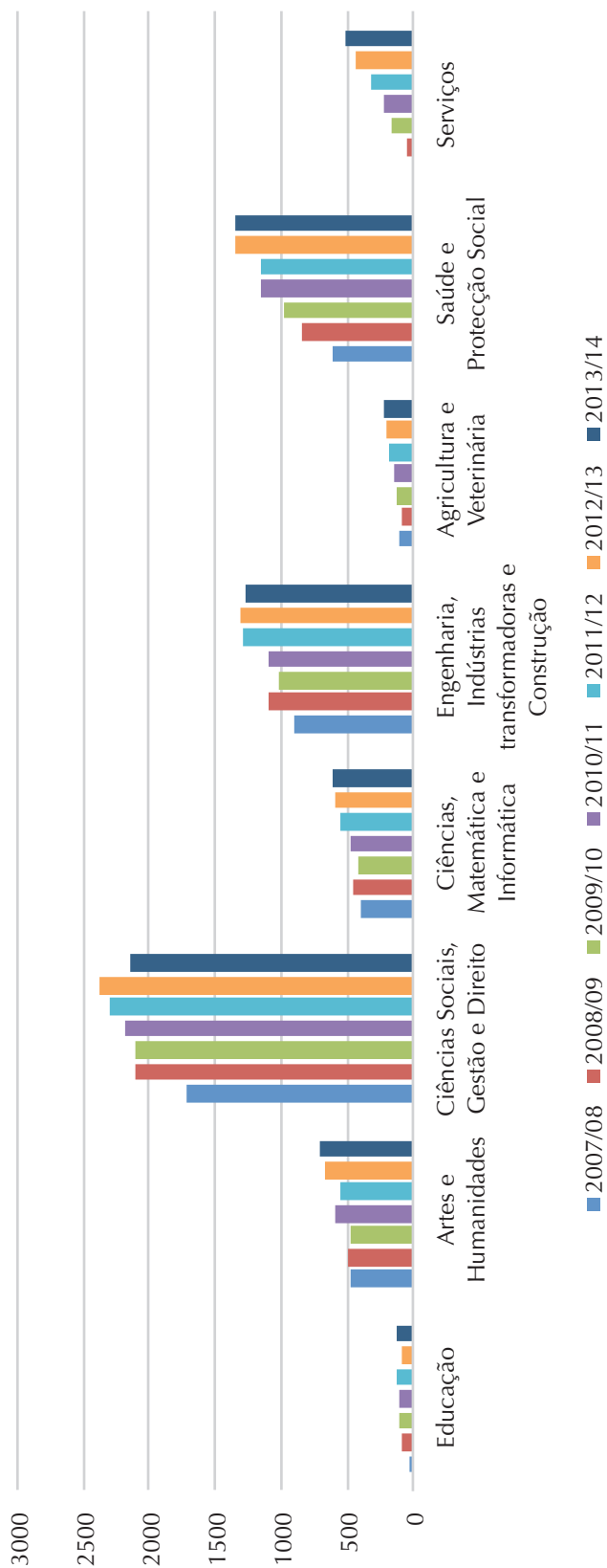
Gráfico 35 – Total das áreas de estudo dos estudantes portugueses, em %, 2007-2014



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados oficiais da Agência Nacional ERASMUS+

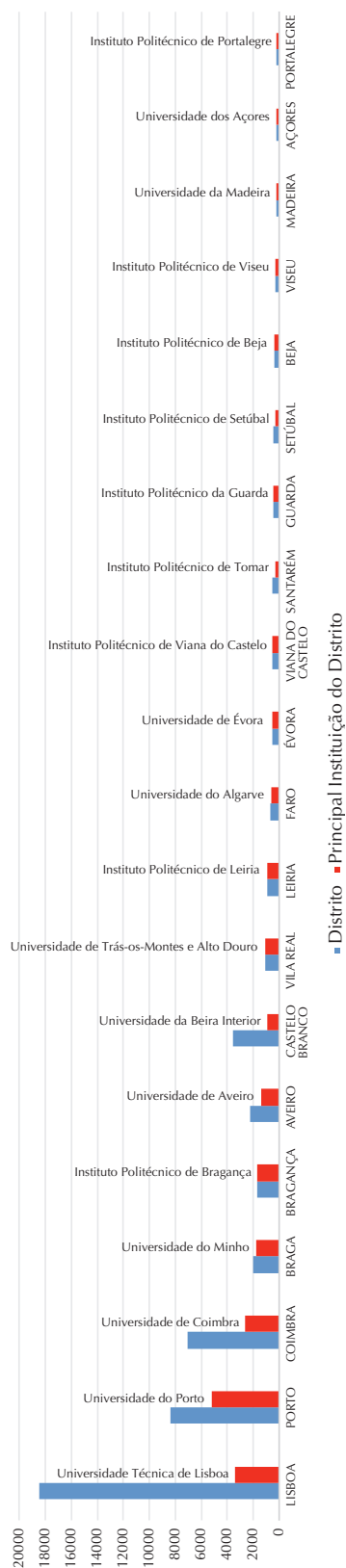
Em Portugal, as universidades mantiveram-se como as principais instituições do ensino superior emissoras de estudantes ERASMUS em comparação com os politécnicos (Gráfico 38). O distrito de Lisboa destacou-se a nível nacional, seguido pelo distrito do Porto e de Coimbra (Gráfico 37), à semelhança, aliás, do período anterior. Lisboa, Porto e Coimbra continuavam a ser, deste modo, os principais polos de saída dos estudantes. A nível das universidades, a Universidade do Porto manteve a liderança a nível nacional, seguida pela Universidade Técnica de Lisboa e pela Universidade

Gráfico 36 – Evolução da saída dos estudantes portugueses por ano e por área de estudo, 2007-2014



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados oficiais da Agência Nacional ERASMUS+

Gráfico 37 –Saída total dos estudantes portugueses por distrito, 2007-2014



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados oficiais da Agência Nacional ERASMUS+

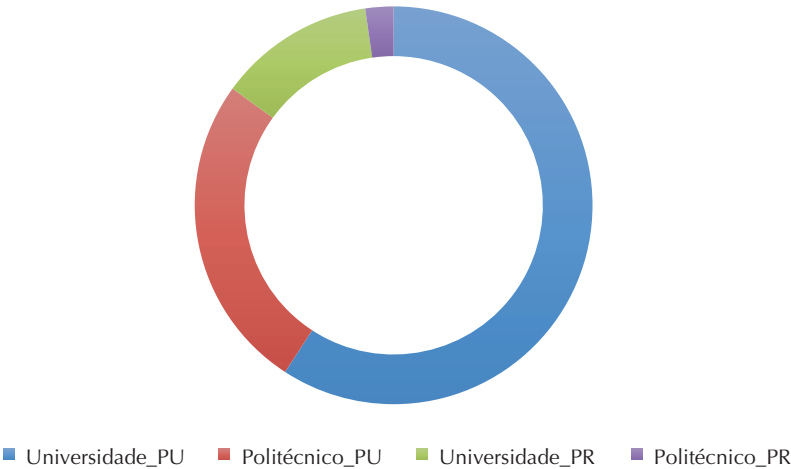
Nova de Lisboa (Tabela 2). No que diz respeito aos politécnicos, o Instituto Politécnico de Bragança destacou-se, sendo o seu número de saídas mesmo superior ao da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Tabela 2 – «Top 5» das saídas de estudantes nas universidades e nos institutos politécnicos, 2007-2014

| Universidades | Institutos Politécnicos |
|---|--|
| Universidade do Porto Universidade Técnica de Lisboa Universidade Nova de Lisboa Universidade de Coimbra Universidade de Lisboa | Instituto Politécnico de Bragança Instituto Politécnico de Lisboa e do Porto Instituto Politécnico de Coimbra Intituto Politécnico de Leiria Instituto Politécnico de Viana do Castelo |

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados oficiais da Agência Nacional ERASMUS+

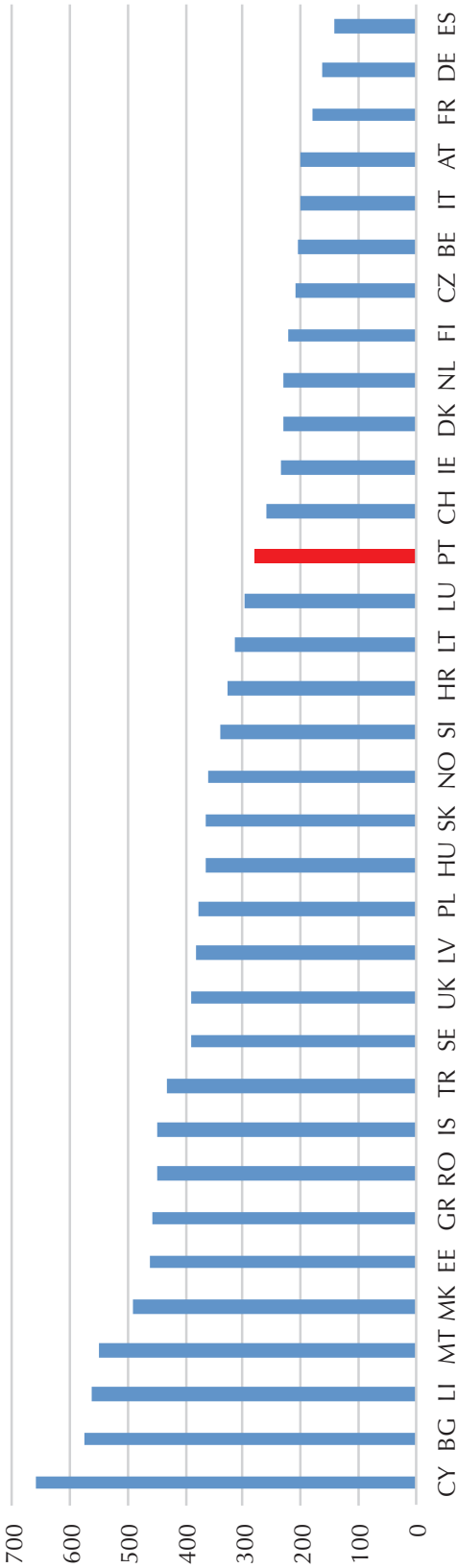
Gráfico 38 – Participação total das instituições portuguesas de ensino superior, em %, 2007-2014



Nota: PU = Pública; PR = Privada

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados oficiais da Agência Nacional ERASMUS+

Gráfico 39 – Valor total médio das bolsas mensais por país de origem, 2007-2014



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados oficiais da Agência Nacional ERASMUS+

Em relação aos valores das bolsas (Gráfico 39), esses conheceram um aumento a nível geral e em comparação com a fase anterior (à exceção do ano académico 2010/11, em que se verificou uma diminuição para 319€ em comparação com o ano académico anterior em que o valor médio total da bolsa era de 340€). A média total do valor para este período foi de 344€ mensais. Os principais países emissores e recetores dos estudantes ERASMUS (França, Alemanha, Espanha, Itália) mantiveram-se como países com valores de bolsa menos altos. Chipre, Bulgária, Lituânia ou Malta beneficiavam dos valores mais altos das bolsas mensais (entre 400€ e 661€). Casos particulares são os da Grécia, que continuou a receber um valor significativo desde o início do Programa; e o do Reino Unido, cujo valor da bolsa aumentou à medida que o número de saídas de estudantes diminuía. Portugal beneficiou de um valor abaixo da média (281€), mesmo que o valor da bolsa tenha aumentado em comparação com o período anterior.

Após a análise às tendências de participação dos estudantes portugueses no programa ERASMUS desde a sua implementação em 1987, veremos de seguida de que forma este Programa tem tido impacto na vida pessoal e profissional dos estudantes, assim como na sua relação com a União Europeia.

Da experiência ao impacto

A ideia de analisar o efeito da mobilidade estudantil na integração europeia remonta aos anos 60⁹¹, mas nunca foi

⁹¹ LIJPHART, Arend, «Tourist traffic and integration potential». *Journal of Common Market Studies*, vol. 2, issue 3, 1964, p. 252, citado por OBORUNE, Karina, «Becoming more European after ERASMUS? The Impact of the ERASMUS Programme on Political and Cultural Identity». In *Epiphany. Journal of Transdisciplinary Studies*. Vol. 6, n.º 1, 2013, p. 183.

verdadeiramente implementada. Os dados mais recentes sobre o impacto deste Programa⁹² apontam que os jovens que estudam (ou tenham estudado) ou recebam (tenham recebido) formação no estrangeiro através do ERASMUS têm mais facilidade em arranjar emprego do que os outros, e menos 50% de probabilidade de enfrentarem uma situação de desemprego de longa duração. A nível pessoal, os resultados também apontam para uma maior percentagem de relacionamentos transnacionais, existindo a estimativa de que cerca de um milhão de bebés tenha nascido de “casais Erasmus” desde 1987⁹³.

Ainda de acordo com as conclusões deste estudo, quem beneficiou deste Programa sente-se significativamente mais próximo da Europa e 80% consideram que a sua “atitude europeia” foi fortalecida pelo facto de ter ido estudar para outro país, perceção essa que é particularmente forte no Sul e no Centro-Leste da Europa, mas mesmo assim com Portugal a atingir valores de 89%.

Contudo, a maioria dos estudos neste campo (embora em número reduzido), aponta para que o sentimento de identidade europeia já esteja presente nos estudantes antes de participarem no ERASMUS. Nesse sentido, o Programa poderia ser considerado mais como um catalisador do que um promotor da identidade europeia, na medida em que os

⁹² EUROPEAN COMMISSION, *The Erasmus Impact Study. Effects of mobility on the skills and employability of students and the internationalisation of higher education institutions*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2014.

Esta avaliação foi, até à data, a maior do seu género, através da resposta a questionários *online*, que resultaram na participação de 78 891 indivíduos (incluiu estudantes e ex-estudantes – com e sem experiência ERASMUS –, professores, instituições de ensino superior e empresas), em 34 países.

⁹³ Sobre este tópico: *Diário de Notícias*, “Erasmus: quando o amor fala muitas línguas”, edição de 28 de setembro de 2014, em linha, <http://www.dn.pt/portugal/interior/erasmus-quando-o-amor-fala-muitas-linguas-4149128.html>, consultado a 19 de dezembro de 2016.

participantes já se identificam mais com a Europa do que aqueles que não participam⁹⁴.

Além de ter potenciado grandemente a mobilidade estudantil, os quatro (agora cinco) programas ERASMUS têm tido impacto noutras áreas, nomeadamente a nível da gestão administrativa e logística nas faculdades e reitorias, e consequente alocação de funcionários e/ou criação de emprego, como referimos anteriormente, mas também para a empregabilidade dos jovens licenciados, se bem que o impacto do ERASMUS na empregabilidade dos estudantes recém-licenciados seja de difícil avaliação. A este respeito, a literatura estrangeira, até aos anos 2000, tem apontado a dificuldade de avaliar o seu impacto, que varia de acordo com o grau de motivação e de envolvimento pessoal e académico dos estudantes, segundo as áreas de estudo, o grau de internacionalização, o nível de dificuldade na inserção dos recém-licenciados no mercado de trabalho, mas também segundo a perceção dos próprios empregadores e da valorização (ou não) que é feita pelos mesmos sobre este Programa e as suas mais-valias.

Em 1994, a maioria dos alunos que realizaram ERASMUS no ano letivo 1988/89 acreditava que a experiência ERASMUS era um critério importante de seleção quando se candidatavam a um emprego⁹⁵. Essa situação mantinha-se no final dos anos 90⁹⁶, mas tem vindo a diluir-se, se bem que pode constituir um fator decisivo quando falamos dos casos

⁹⁴ OBORUNE, Karina, «Becoming more European after ERASMUS? The Impact of the ERASMUS Programme on Political and Cultural Identity». In *Epiphany. Journal of Transdisciplinary Studies*. Vol. 6, No. 1, 2013, pp. 194-195; WILSON, Iain, «What Should We Expect of 'Erasmus Generations'?». In *JCMS. Journal of Common Market Studies*. Volume 49, Number 5, 2011, p. 1134.

⁹⁵ TEICHLER, Ulrich and MAIWORM, Friedhelm, *The ERASMUS Experience...*, op. cit., p. 152.

⁹⁶ TEICHLER Ulrich (ed.), *Erasmus in the Socrates Programme...*, op. cit., pp. 128-135.

de primeiro emprego, em que a experiência profissional é pouca ou nula, sendo por isso valorizadas outras experiências, como o voluntariado, a participação em projetos, e estágios ou estadias no estrangeiro. Depois do primeiro emprego, e à medida que se vai adquirindo experiência profissional, a participação no ERASMUS vai perdendo relevância no currículo.

No contexto ERASMUS, os estudos também apontam para a aquisição de aptidões pessoais e profissionais que devem ser considerados fatores positivos de empregabilidade⁹⁷, tais como a curiosidade, a tolerância para com o outro, a capacidade de adaptação aos desafios colocados pelo ambiente estrangeiro, o sentido de responsabilidade, a confiança e a capacidade de gestão e de resolução de problemas.

Na realidade, há três aspetos que podem ser considerados importantes no momento da inserção no mercado de trabalho e para o desempenho das funções profissionais, e que a experiência ERASMUS, de facto, proporciona: a internacionalização do currículo académico, o desenvolvimento pessoal e a aquisição de um mais vasto conhecimento cultural, e o aperfeiçoamento das competências linguísticas⁹⁸. Competências essas que os próprios estudantes consideram ser uma mais-valia por parte dos empregadores.

A aquisição ou o aperfeiçoamento das competências linguísticas tornam-se mais relevantes, e mesmo imprescindíveis, em determinadas áreas de estudo como nas Línguas e Literaturas Estrangeiras, Gestão ou Ciência Política e Relações Internacionais, pois são mais uma aptidão em contexto laboral. Nas restantes áreas, o conhecimento de uma ou de várias línguas estrangeiras também é valorizado pelo empregador.

⁹⁷ EUROPEAN COMMISSION, *The Erasmus Impact Study...*, *op. cit.*, p. 142.

⁹⁸ No relatório *The ERASMUS Experience* (p. 149), a realização da estadia no estrangeiro no âmbito do programa ERASMUS foi considerada importante pelos estudantes pelas competências linguísticas adquiridas, pelo desenvolvimento pessoal e social, e pela especialização académica adquirida no estrangeiro.

De resto, potencializar a empregabilidade do estudante é um objetivo simultaneamente por parte da própria filosofia do Programa e das diretrizes da UE na procura de estimular um mercado de trabalho europeu, e do estudante. Essa motivação do estudante, que se verifica sobretudo na preparação da sua saída, tende porém a ser relativizada aquando do seu regresso ao país de origem, altura em que se reavalia a importância da estadia fora como elemento facilitador da sua integração no mercado de trabalho.

A este respeito, e em discurso direto, confirma-se a percepção de que “ter uma experiência internacional enquanto ainda estávamos na faculdade era importante para alavancar o currículo nomeadamente académico”⁹⁹, e da relevância do Programa na procura do primeiro emprego¹⁰⁰ que, posteriormente, pode ou não ser confirmada em contexto laboral. Se, nuns casos, “a questão do ERASMUS sempre foi importante nas minhas procuras de emprego porque estou na área das Relações Internacionais, e internacionalização do currículo, do ponto de vista académico, era imprescindível”¹⁰¹; noutros, como é o caso do curso de Medicina, esta experiência não garante aos seus licenciados um mais fácil acesso ao mercado do trabalho, muito devido à especificidade desse curso, o qual ainda tem uma taxa de empregabilidade perto dos 100%, embora a nível profissional a experiência ERASMUS lhes permita “estar em contacto com outras formas de trabalhar e com uma outra cultura organizacional”¹⁰², o que é significativo.

No fundo, acabam por coexistir duas realidades paralelas: enquanto nuns casos a experiência ERASMUS nem sequer é referida numa entrevista de emprego (“nunca foi referido na entrevista a minha experiência como estudante ERASMUS,

⁹⁹ Entrevista a Guilherme Nuncio.

¹⁰⁰ Entrevista a Raquel Alecrim.

¹⁰¹ Entrevista a Guilherme Nuncio.

¹⁰² Entrevista a José Quesado.

pelo que me recordo”¹⁰³), noutros é valorizada (“quando acabei o curso tinha uma experiência internacional e isso foi-me sempre referido e perguntado nas entrevistas de emprego. Sempre sublinhado”¹⁰⁴).

Fora o maior ou menor impacto que o ERASMUS possa ter tido no início da carreira profissional, as opiniões confluem no sentido das vantagens pessoais que o Programa lhes proporcionou, por exemplo a nível da sua primeira saída independente do país (“precisava de alguma experiência que me lançasse um pouco fora da minha zona de conforto; para mim, que nunca tinha viajado, que nunca tinha estado assim sozinha, foi mesmo crescer”¹⁰⁵) ou de uma experiência irrepetível (“foi um tempo único; nunca viajarei tanto em tão pouco tempo; e travei amizades sobretudo com outros colegas ERASMUS, de Espanha, do Chipre e da Alemanha”¹⁰⁶).

Na grande maioria dos casos a experiência torna-se de tal forma enriquecedora que, por vezes, o regresso se torna difícil, e acontece o que se convencionou chamar “depressão pós-ERASMUS”, em que os estudantes que regressam ao seu país de origem se sentem de algum modo desajustados ou a achar que a sua vida voltou a ser demasiado calma.

No cômputo geral, esta é considerada uma experiência muito positiva. E mesmo que os estudantes já se considerem tolerantes, pró-europeus e com uma consciência europeia antes de participar no Programa, fazem amizades novas com pessoas de vários Estados, viajam e ficam a conhecer outros países, culturas, línguas e práticas, pelo que o ERASMUS acaba, assim também, por ser “um contributo para a pessoa que eu já era”¹⁰⁷.

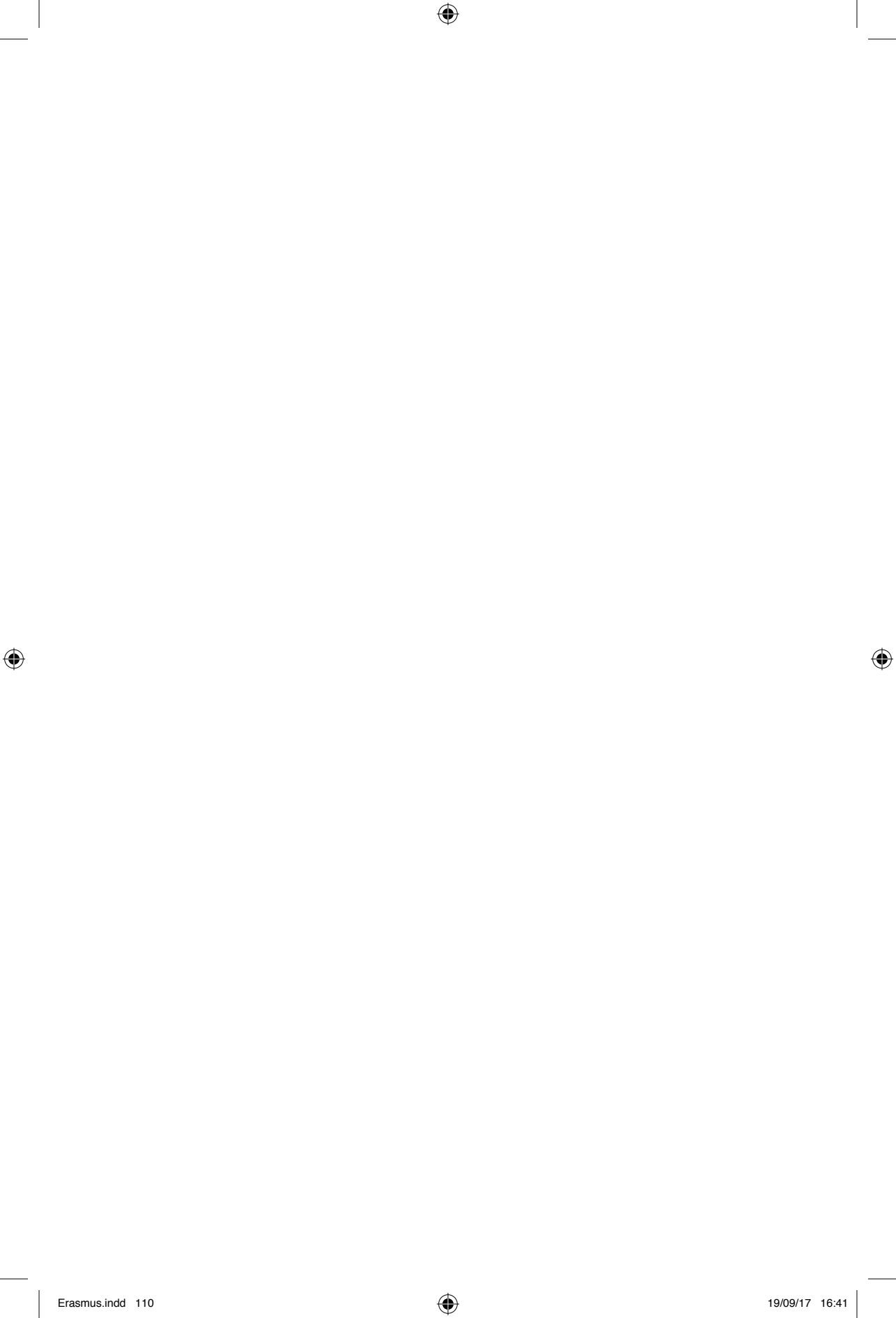
¹⁰³ Entrevista a Raquel Alecrim.

¹⁰⁴ Entrevista a Guilherme Núncio.

¹⁰⁵ Entrevista a Raquel Alecrim.

¹⁰⁶ Entrevista a José Quesado.

¹⁰⁷ Entrevista a José Quesado.



Notas finais

Desde 1987 até à atualidade, o mundo e a Europa mudaram. Na facilidade de transporte, na rapidez das comunicações, o que permitiu um maior conhecimento entre povos e culturas e daí, também, uma maior abertura. Os últimos tempos, contudo, têm registado, de algum modo, um retrocesso, sobretudo no que diz respeito à liberdade de circulação no espaço europeu. Com a crise dos refugiados e a decorrente sobrepressão externa e interna das fronteiras da UE, e as ameaças terroristas, alguns têm sido os Estados-membros que temporariamente têm fechado as suas fronteiras e/ou reforçado o seu controlo. Neste cenário, no qual se questiona a liberdade de circulação e, logo, a manutenção do Espaço Schengen, também se pode equacionar o papel que cabe ao ERASMUS neste contexto difícil para a Europa e até que ponto é necessário mais do que nunca.

Colocando, desde logo, de lado a hipótese de que o Programa possa estar em risco, pode, pelo contrário, e mais do que nunca, funcionar como um elemento agregador entre os europeus, para a compreensão de diferentes culturas, para fortalecer a pertença comunitária e uma identidade societal e valores comuns. E também para combater nacionalismos exacerbados, que podem estar na génese de tudo aquilo que o projeto de construção europeia procura combater desde o seu início.

Embora o ERASMUS não seja o único programa de intercâmbio estudantil – existindo inclusive uma forte colaboração internacional entre muitas universidades europeias com congêneres nos Estados Unidos da América e no Japão, por exemplo –, desde o seu início que este Programa é um importante instrumento de europeização e de internacionalização dos estudantes e das universidades portuguesas e europeias, e parte do êxito do Programa também passa pelo aumento do número de universidades e de outras instituições de ensino superior que aderiram ao mesmo.

Quem beneficia do ERASMUS ganha naturalmente competências. Desde logo, melhora a sua capacidade de comunicar com povos de outras culturas e de aceitar e respeitar as suas diferenças e, no campo mais tangível, aperfeiçoa o conhecimento de outras línguas, conhece outras realidades de trabalho e ganha mais competências profissionais.

Em Portugal, tal situação também se verifica. A participação de estudantes portugueses já superou os 80 000 em 2014. Numa visão global, os portugueses participaram de forma cada vez mais sistemática e em maior número no Programa, tendo diversificado os seus destinos – acompanhando, de resto, os passos dos vários alargamentos do Programa aos países da Europa Central e de Leste –, movendo-se para a Polónia e a República Checa, mas mantendo como destinos principais os países pioneiros do Programa (entre outros Espanha, Itália, França).

Quase que se pode dizer que, em Portugal, a adesão à UE e ao Programa ERASMUS andaram a par e passo, pois ambos começaram a dar os primeiros passos com apenas um ano de diferença. Assim, enquanto o país, as suas instituições e os seus cidadãos começavam a adaptar-se às exigências, aos desafios e aos benefícios da pertença comunitária, o Programa ERASMUS começava a ser implementado e a ganhar, a cada ano, um número cada vez maior de participantes no país.

Quando regressam da sua experiência ERASMUS, os estudantes tornam-se numa espécie de embaixadores da

integração e da identidade europeias¹⁰⁸ – o que é confirmado pelos próprios¹⁰⁹ –, embora o seu reduzido número (em comparação com o total de alunos inscritos no ensino superior) o possa tornar pouco significativo nessa função. Por outro lado, os líderes da UE, assim como os seus altos funcionários, deverão ter em consideração a promoção da identidade europeia entre o leque de alunos que não participam no Programa, por um número variado de razões, entre as quais a falta de interesse e a reticência em sair da sua zona de conforto; o peso da burocracia; mas essencialmente a falta de meios financeiros e o valor dos apoios concedidos, que são considerados insuficientes.

O discurso público (e político) é de louvor para com o ERASMUS, o que é partilhado, de resto, pelos próprios estudantes em geral e pela academia. Apesar das suas limitações, as suas conquistas no domínio da mobilidade estudantil, do aperfeiçoamento linguístico, do conhecimento de outras realidades académicas e culturais, e de criação de um verdadeiro mercado de trabalho europeu são evidentes. E os seus resultados visíveis tanto a nível dos números (de participantes, de intercâmbio entre Estados-membros, de competências linguísticas) como da sua contribuição (para um mais amplo conhecimento da história, da cultura e das tradições dos vários povos europeus). Do conhecimento surge o respeito, logo uma Europa mais unida na diversidade.

¹⁰⁸ PAPATSIBA, Vassiliki, «Student Mobility in Europe: An Academic, Cultural and Mental Journey? Some Conceptual Reflections and Empirical Findings». In *International Perspectives on Higher Education Research*, vol. 3, 2005, pp. 5-6.

¹⁰⁹ Entrevista a José Quesado.



Fontes e Bibliografia

AGÊNCIA NACIONAL SÓCRATES E LEONARDO DAVINCI, *Estudo sobre a Evolução da Ação. Programa Sócrates 2000-2004*. Lisboa: Agência Nacional Sócrates e Leonardo da Vinci, 2005.

AMORIM, Fernando, «O sistema europeu de transferência de créditos (ECTS)». In *Janus*, 2006.

BALLATORE, Magali et BLÖSS, Thierry, «L'autre réalité du programme Erasmus: affinité sélective entre établissements et reproduction sociale des étudiants». *Formation Emploi. Revue française de sciences sociales*, n.º 103, 2008, pp. 57-74.

BOURDON, Muriel, *L'Europe des Universitaires. Naissance et développement d'une politique européenne: l'Université Pierre Mendès France et son réseau*. Grenoble: Université de Grenoble, 2010.

COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES, *Action Scheme for the Mobility of University Students, Erasmus Directory/Répertoire Erasmus, 1989/90*. Bruxelles: Task Force: Human Resources, Education, Training and Youth, 1990.

Dados oficiais da Agência Nacional ERASMUS+.

DI PIETRO, Giorgio and PAGE, Lionel, «Who Studies Abroad? Evidence from France and Italy». In *European Journal of Education*. Vol. 43, n.º 3, 2008, pp. 389-398

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, “Erasmus: quando o amor fala muitas línguas”, edição de 28 de setembro de 2014, em linha, <http://www.dn.pt/portugal/interior/erasmus-quando-o-amor-fala-muitas-linguas-4149128.html>, consultado a 19 de dezembro de 2016.

Entrevista a Guilherme Nuncio, realizada em Lisboa, a 22 de março de 2017.

Entrevista a José Quesado, realizada via telefone, a 29 de março de 2017.

Entrevista a Madalena Martins, realizada em Lisboa, a 27 de março de 2017.

Entrevista a Sandra Matias, realizada em Lisboa, a 23 de março de 2017.

Entrevista a Raquel Alecrim, realizada em Lisboa, a 21 de março de 2017.

ERASMUS: Boletim de Informação 1/89. Brussels: ERASMUS Bureau, 1989.

ERASMUS: Boletim de Informação, volume 1990, n.º 9. Brussels: ERASMUS Bureau, 1990.

ERASMUS Newsletter 3/89. Brussels: ERASMUS Bureau, 1989.

EUROPEAN COMMISSION, *Erasmus. Facts, Figures & Trends. The European Union support for student and staff*

exchanges and university cooperation in 2013-2014. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2015.

EUROPEAN COMMISSION, *For a Community policy on education*. Report by Henri Janne, Bulletin of the European Communities, Supplement 10/73, Bruxelles: European Commission, 1973.

EUROPEAN COMMISSION, *On the way to Erasmus+ A Statistical Overview of the Erasmus Programme in 2012-13*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2015.

EUROPEAN COMMISSION, *Statistical overview of the Implementation of the Decentralised Actions in the Erasmus Programme in 2007/2008*. Brussels: European Commission, 2009.

EUROPEAN COMMISSION, *The Erasmus Impact Study. Effects of mobility on the skills and employability of students and the internationalisation of higher education institutions*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2014.

EUROPEAN COMMISSION, *The Adonnino Report*, disponível em <https://www.ombudsman.europa.eu/en/resources/historicaldocument.faces/en/4659/html.bookmark>, consultado a 10 de fevereiro de 2017.

EUROPEAN COMMUNITIES. COMMISSION, *Report on European Union*. Report by Mr Leo Tindemans, Prime Minister of Belgium, to the European Council, Bulletin of the European Communities, Supplement 1/76. Bruxelles: European Communities, 1976.

EUROPEAN COMMUNITIES. COUNCIL, *Decisão do Conselho de 15 de Junho de 1987 que adopta o programa de acção comunitário em matéria de mobilidade dos estudantes (ERASMUS) (87/327/CEE)*.

EUROPEAN COUNCIL, *Ad Hoc Committee «on a people's Europe»*. Report to the European Council. Milan: European Council, 1985, A 10.04 COM 85.

GONZÁLEZ, Carlos Rodríguez, MESANZA, Ricardo Bustillo and MARIEL, Petr, «The determinants of international student mobility flows: an empirical study on the Erasmus programme». In *Higher Education*. Vol. 62, 2011, pp. 413-430.

KING, Russell, FINDLAY, Allan and AHRENS, Jill, *International student mobility literature review: final report*, London: Higher Education Funding Council for England, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. GAERI, *A participação portuguesa no ERASMUS: 1987-1999*. Lisboa: Ministério da Educação, 2000.

OBORUNE, Karina, «Becoming more European after ERASMUS? The Impact of the ERASMUS Programme on Political and Cultural Identity». In *Epiphany. Journal of Transdisciplinary Studies*. Vol. 6, No. 1, 2013, pp. 182-202.

OTERO, Manuel Souto, «The socio-economic background of Erasmus students: A trend towards wider inclusion?». In *International Review of Education*. Vol. 54, 2008, pp. 135-154.

PAOLI, Simone, *Il sogno di Erasmo. La questione educativa nel processo di integrazione europea*. Milano: Franco Angeli, 2010.

PAPATSIBA, Vassiliki, «Political and Individual Rationales of Student Mobility: a case-study of ERASMUS and a French regional scheme for studies abroad». In *European Journal of Education*. Vol. 40, n.º 2, 2005, pp. 173-188.

PAPATSIBA, Vassiliki, «Student Mobility in Europe: An Academic, Cultural and Mental Journey? Some Conceptual Reflections and Empirical Findings». In *International Perspectives on Higher Education Research*. Vol. 3, 2005, pp. 29-65.

SILVA, J. Lopes da, «O Programa ERASMUS na Universidade Técnica de Lisboa». In ERASMUS: Boletim de Informação 2/89. Brussels: ERASMUS Bureau, 1989.

TEICHLER Ulrich (ed.), *Erasmus in the Socrates Programme. Findings of an Evaluation Study*. Bonn: Lemmens Verlags & Mediengesellschaft mbH, 2002.

TEICHLER, Ulrich and MAIWORM, Friedhelm, *The ERASMUS Experience. Major Findings of the ERASMUS Evaluation Research Project*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 1997.

TRANFAGLIA, Ludovica, *O desafio para o multilinguismo: o projecto Erasmus*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2014 [Dissertação de Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa].

WILSON, Iain, «What Should We Expect of 'Erasmus Generations'?». In *1JCMS. Journal of Common Market Studies*. Volume 49, Number 5, 2011, pp. 1113-1140.

